

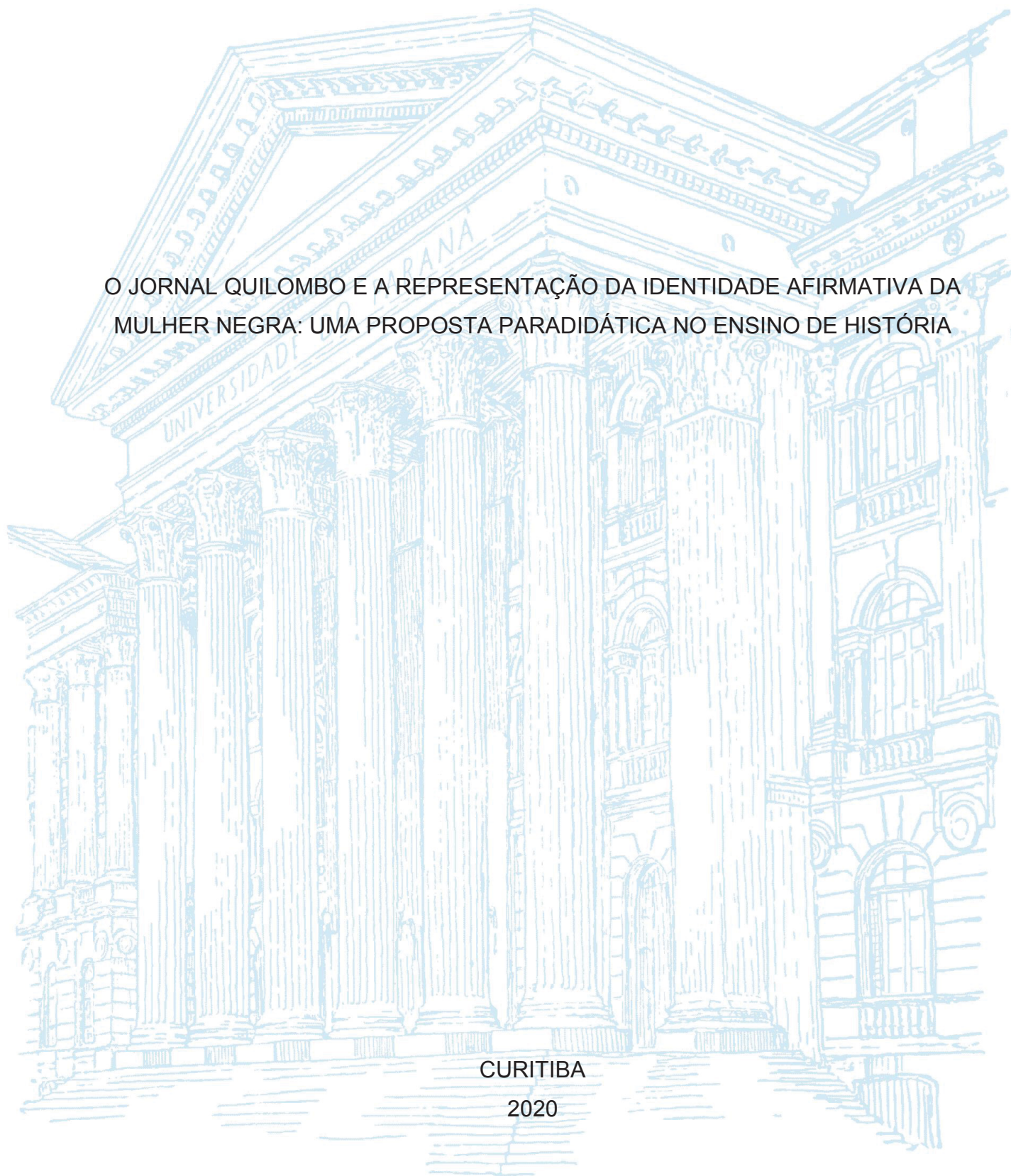
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIA MARIA FERNANDA MACHADO FERNANDES

O JORNAL QUILOMBO E A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE AFIRMATIVA DA
MULHER NEGRA: UMA PROPOSTA PARADIDÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

CURITIBA

2020



JULIA MARIA FERNANDA MACHADO FERNANDES

O JORNAL QUILOMBO E A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE AFIRMATIVA DA
MULHER NEGRA: UMA PROPOSTA PARADIDÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Hector R. G. Hernandez

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Fernandes, Julia Maria Fernanda Machado

O Jornal Quilombo e a representação da identidade afirmativa da mulher negra :
uma proposta paradigmática no ensino de história. / Julia Maria Fernanda Machado
Fernandes. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Hector R. G. Hernandez

1. História (Ensino médio) – Estudo e ensino. 2. Quilombo (Jornal) – História.
3. Brasil – História. 4. Negras – Identidade. 5. Material didático. I. Guerra Hernandez,
Hector, 1969-. II. Título.

CDD – 907

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **JULIA MARIA FERNANDA MACHADO FERNANDES** intitulada: **O JORNAL QUILOMBO E A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE AFIRMATIVA DA MULHER NEGRA: UMA PROPOSTA PARADIDÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA**, sob orientação do Prof. Dr. HECTOR ROLANDO GUERRA HERNANDEZ, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica

26/08/2020 17:00:31.0

HECTOR ROLANDO GUERRA HERNANDEZ

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/08/2020 17:59:44.0

PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

27/08/2020 20:15:20.0

ANDREA MAILA VOSS KOMINEK

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor e orientador, Hector Hernandez, que sempre me apoiou em minhas escolhas, me impulsionando ao exercício da autonomia, ao mesmo tempo em que seus apontamentos e ponderações nesta jornada, me levaram a novas perspectivas, ampliando meus horizontes. Minha sincera gratidão pelo seu pronto acolhimento, disponibilidade, compreensão e empenho.

À Universidade Federal do Paraná, à coordenação, à secretaria e demais profissionais, que não medem esforços para a manutenção e desenvolvimento do curso, que corroborando com os propósitos de ofertar uma educação pública, gratuita, humanizadora e de qualidade, capacita pessoas como pesquisadores cada vez mais comprometidos em suas realidades.

Aos professores do programa e todos aqueles que contribuíram para o enriquecimento desse trabalho, com sugestões, indicações teóricas, reflexões e cuidadosas leituras.

À professora Andrea Maila Voss Kominek, pelo seu otimismo, incentivo e encaminhamentos durante a qualificação e a defesa. Ao professor Paulo Vinicius Baptista da Silva por compartilhar seu conhecimento de modo generoso e com maestria durante as aulas, na qualificação e na defesa.

Aos colegas do curso, pelos momentos de debates e aprendizagens em aula e pelos momentos de descontração e auxílio mútuo.

Aos familiares e amigos, em especial, ao Marcos, pelo apoio irrestrito, ajuda e companheirismo.

RESUMO

Buscando fazer do ambiente escolar um espaço de ressignificação e da construção de novas concepções e saberes, sobretudo, no ensino de História, ainda bastante arraigado em concepções eurocêntricas, o objetivo deste trabalho foi desenvolver um material paradidático com a finalidade de complementar o ensino de História do Brasil de forma transversal. Esse material está disponibilizado em uma plataforma virtual, sendo indicado ao Ensino Médio regular e presencial. Assim, visando ampliar os conhecimentos sobre a trajetória da população negra na primeira metade do século XX e também desenvolver a capacidade técnica dos estudantes para consultar fontes históricas, utilizou-se o jornal “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro” cujos dez números, foram editados sob a direção de Abdias do Nascimento entre 1948 e 1950. O jornal se apresenta como rica fonte de estudo, pois é um marco dentro da segunda fase do movimento negro brasileiro, divisão proposta por Petrônio Domingues. Debatendo sobre a condição da população negra na época e divulgando pautas e eventos da agenda da comunidade negra, o jornal retratou atrizes, dançarinas, cantoras, pintoras, educadoras, empregadas domésticas, meninas e candidatas em concursos de beleza negra. Realizando um recorte sobre a produção intelectual feminina presente nas colunas e as representações iconográficas da mulher negra no periódico, questiona-se: como a atuação do movimento negro no Brasil até a primeira metade do século XX contribuiu para o processo não só de integração social, mas também emancipatório da população negra brasileira, especificamente a feminina? A que medida o jornal “Quilombo” colaborou para a construção positiva de uma imagem e identidade da mulher negra? Para isso, a dissertação se pautou em pesquisas bibliográficas e uso de fontes históricas. Partindo de pressupostos sintetizados por autores que discutem sobre a trajetória do movimento negro brasileiro, gênero, raça e identidade, buscou-se compreender os contextos que levaram a necessidade da criação das frentes do movimento negro no Brasil e de uma imprensa específica, voltada para as necessidades da população negra, salientando a inserção do jornal “Quilombo” no ambiente político e cultural de mobilização antirracista, entre o final da década de 1940 e início de 1950. Do mesmo modo, verificou-se em que medida o jornal “Quilombo” possibilitou a construção positiva da imagem e da identidade da mulher negra, no período de publicação do periódico. Como resultado, a pesquisa culminou em um material na plataforma Moodle, que aborda sobre os processos identitários em um período marcado pelo mito da democracia racial, enfatizando a atuação do movimento e do feminismo negro. Com isso, espera-se propiciar a intensificação do diálogo entre os estudantes e docentes para além da sala de aula; estimular a autonomia e a reflexão crítica; e ampliar o repertório sobre a população negra brasileira.

Palavras-chave: Ensino de História. Jornal Quilombo. Identidade. Mulher negra. Material paradidático.

ABSTRACT

To make the environment school a place designed for reframing and construction of new concepts and knowledge, especially in History teaching, who is still deeply rooted in Eurocentric conceptions, this work was objectived to develop a paradidactical material with the purpose of complementing of Brazilian History teaching in a transversal conception. This material is available on a virtual platform and is recommended for high school students. Therefore, to foment the expansion of students knowledge about the trajectory of the black population in the first half of the 20th century and also to develop the technical capacity of them to consult historical sources, the newspaper "Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro" was used in your ten numbers edited by director Abdias do Nascimento, between 1948 and 1950. This newspaper is a historical source of study, considered a milestone within the second phase of the Brazilian black movement, a division proposed by Petrônio Domingues. Approaching about the condition's life of the black population at that time and publicizing agendas and events about black community, the newspaper portrayed actresses, dancers, singers, painters, educators, maids, girls and candidates in black beauty contests. Carrying out a section on the female intellectual production present in the columns and the iconographic representations of the black woman in the journal, the question arises: how did the performance of the black movement in Brazil until the first half of the 20th century contributed to the process not only of social integration, but also emancipatory of the black Brazilian population, specifically the female? To what extent did the newspaper "Quilombo" contribute to the positive construction of an image and identity of black women? For this, this dissertation was based on bibliographic research and used historical sources. Based on assumptions synthesized by authors who discuss the trajectory of the Brazilian black movement, gender, race and identity, we sought to understand the contexts that led to the need to create the fronts of the black movement in Brazil and a specific press, focused on needs of the black population, highlighting the insertion of the newspaper "Quilombo" in the political and cultural environment of anti-racist mobilization, between the end of the 1940s and the beginning of the 1950s. Likewise, it was verified to what extent the newspaper "Quilombo" made possible the positive construction of the image and identity of the black woman, during the period of publication of the journal. As a result, the research culminated in a material on the Moodle platform, which addresses the identity processes in a period marked by the myth of racial democracy, emphasizing the performance of the movement and black feminism. With this, it is expected to promote the dialogue between students and teachers beyond the classroom; encourage autonomy and critical reflection; and expand the repertoire on the black Brazilian population.

Keywords: History teaching. Quilombo newspaper. Identity. Black woman. Paradidactic material.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ RUTH DE SOUZA NA CENA DO FILME “TERRA VIOLENTA”.....	96
FIGURA 2 - FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ ESEZA MAKUMBI, DO FILME “ATAVISMO”.....	99
FIGURA 3 - FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ RUTH DE SOUZA.....	101
FIGURA 4 - FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ARTISTA PHILIPPA SCHUYLER.....	102
FIGURA 5 - FOTOGRAFIA DE CAPA COM A BAILARINA JOSEPHINE BAKER.....	104
FIGURA 6 - FOTOGRAFIA DE CAPA DA BAILARINA MERCEDES BAPTISTA....	105
FIGURA 7 - FOTOGRAFIA DE CAPA DA BAILARINA KATHERINE DUNHAM....	106
FIGURA 8 - ILUSTRAÇÃO SOBRE O CANDOMBLÉ.....	109
FIGURA 9 - FOTOGRAFIA DE UMA CERIMÔNIA RELIGIOSA COPTA EM ADIS ABABA.....	110
FIGURA 10 - BONECA UTILIZADA EM CULTO RELIGIOSO.....	111
FIGURA 11 - FOTOGRAFIA DE MERCEDES BAPTISTA, ELEITA “RAINHA DAS MULATAS DE 1948” EM CONCURSO DE BELEZA.....	115
FIGURA 12 - FOTOGRAFIA DE CAPA DA EDIÇÃO 2, COBRINDO A PRIMEIRA EDIÇÃO DO CONCURSO DE BELEZA “BONECA DE PIXE” EM QUE MARIA ELEITA EM 1947.....	116
FIGURA 13 - FOTOGRAFIA DE NELÍ, CANDIDATA A “BONECA DE PIXE”.....	117
FIGURA 14 - FOTOGRAFIA CATTY SILVA, VENCEDORA DO CONCURSO DE BELEZA “BONECA DE PIXE”.....	119
FIGURA 15 - FOTOGRAFIA DA PREMIAÇÃO DE CATTY COMO “BONECA DE PIXE 1950”, ENTREGUE PELO ENGENHEIRO E INDUSTRIAL JAIL DE OLIVEIRA LIMA.....	120
FIGURA 16 - FOTOGRAFIA DE CATTY, A “BONECA DE PIXE DE 50”, ABDIAS NASCIMENTO, MARIA TEREZA, A “BONECA DE PIXE 48”, E A MODISTA LUCILA.....	120
FIGURA 17 - FOTOGRAFIA DA ADVOGADA E ATIVISTA, GUIOMAR FERREIRA DE MATOS, PARTICIPANDO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO NEGRO.....	124
FIGURA 18 - FOTOGRAFIA DA MESA DE CONFERENCISTAS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO NEGRO, COM A MÉDICA NEGRA, MARIA MANHÃES.....	125

FIGURA 19 - FOTOGRAFIA DO MOMENTO DE UMA FALA DE MARIA NASCIMENTO, NO ATO DO “CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES NEGRAS”.....	126
FIGURA 20 - FOTOGRAFIA ONDE MOSTRA A CONFERENCISTA AO LADO DE AUTORIDADES E ESCRITORES.....	127
FIGURA 21 - FOTOGRAFIA DA FAMÍLIA DO ESCRITOR EDISON CARNEIRO, ESPECIALIZADO EM TEMAS AFRO-BRASILEIROS.	128
FIGURA 22 - FOTOGRAFIA DO CASAMENTO EM FESTA DE SÃO JOÃO, COM DESTAQUE PARA A NOIVA E O NOIVO.....	129
FIGURA 23 - FOTOGRAFIA DE PESSOAS QUE COMPARECERAM AO ATO DE LANÇAMENTO DE CANDIDATURA DE ABDIAS DO NASCIMENTO À VEREADOR.	130
FIGURA 24 - FOTOGRAFIA DA EMBAIXATRIZ DO HAITI, ESPOSA DE PIERRE RIGAUD.	131
FIGURA 25 - FOTOGRAFIA DAS BAIANAS RECEBENDO O PRESIDENTE DUTRA.....	132
FIGURA 26 – PÁGINA INICIAL DO FACEDUC.	139
FIGURA 27 - ACESSO E AUTOINSCRIÇÃO AO CURSO HISTÓRIA – JORNAL QUILOMBO.....	140
FIGURA 28 - ATIVIDADES E RECURSOS DISPONÍVEIS.....	141
FIGURA 29 - ESCOPO GERAL E PRIMEIRO TÓPICO DO CURSO.....	144
FIGURA 30 - ESCOPO DO SEGUNDO TÓPICO DO CURSO.....	145
FIGURA 31 - ESCOPO DO TERCEIRO TÓPICO DO CURSO.....	146
FIGURA 32 - ESCOPO DO QUARTO TÓPICO DO CURSO.....	147
FIGURA 33 - ORIENTAÇÕES E TÓPICOS DO FÓRUM 4 DO CURSO.	148
FIGURA 34 - ORIENTAÇÕES E TÓPICOS DO FÓRUM 5 DO CURSO.	148

LISTA DE SIGLAS

FNB – Frente Negra Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TEN – Teatro Experimental do Negro

UHC – União de cor

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ABREVIATURAS

jornal “Quilombo” – jornal “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. AS PRÁTICAS COLONIAIS E O PROCESSO DE RACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL.....	18
1.1 A ASSIMILAÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS, SUA ADAPTAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO e A SUPOSTA INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA A PARTIR DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL	22
1.2 O PERÍODO REPUBLICANO E A LUTA POR IGUALDADE: A ORGANIZAÇÃO DA MILITÂNCIA AFROBRASILEIRA POR MEIO DO MOVIMENTO NEGRO....	38
1.3 A IMPRENSA NEGRA NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO	49
2. A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NEGRA A PARTIR DO JORNAL QUILOMBO	55
2.1 OS DILEMAS IDENTITÁRIOS DA POPULAÇÃO NEGRA AO LONGO DO PROCESSO HISTÓRICO.....	55
2.2 A MULHER NEGRA E A INSERÇÃO MIDIÁTICA.....	63
2.3 A PRODUÇÃO INTELECTUAL FEMININA NO JORNAL “QUILOMBO”	70
2.3.1 A Coluna “Fala a Mulher”	73
2.4. A NATUREZA DA IMAGEM JORNALÍSTICA E AS IMPLICAÇÕES DO FOTOJORNALISMO.....	85
2.5 A PRODUÇÃO ICONOGRÁFICA ACERCA DA FIGURA FEMININA NO JORNAL “QUILOMBO”	91
3. PROPOSTA PARADIDÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	134
3.1. AMBIENTES VIRTUAIS COMO FERRAMENTA COMPLEMENTAR DE ENSINO	134
3.2. Estrutura do curso proposto na Plataforma Moodle	139
3.3. Material desenvolvido.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS.....	155

INTRODUÇÃO

A escola pode se tornar um espaço de ressignificação e da construção de novas concepções e saberes. A disciplina de História, em grande parte, ainda prioriza abordagens teóricas e metodológicas ligadas, quase que estritamente, à cultura europeia, enfatizando uma perspectiva colonizadora do conhecimento.

O fim da escravidão e a ascensão da República não culminaram na integração da população negra na sociedade brasileira. As oligarquias latifundiárias, durante a República Velha, mantiveram seus interesses, ao passo em que incorporaram as teorias raciais que culminaram com um projeto de branqueamento como ilusão nacional. Ao mesmo tempo em que as políticas raciais buscavam suprimir a expressão cultural negra, elas possibilitaram meios de organização de uma resistência que buscou combater as formas de racismo e conquistar direitos sociais, que, no entanto, são pouco abordadas formalmente dentro dos currículos escolares. Ainda hoje, o ensino de História possui uma abordagem ínfima e pontual sobre a população negra no Brasil, reduzindo a complexidade de sua trajetória e ocultando aspectos significativos as novas gerações dentro do âmbito escolar.

Segundo Petrônio Domingues, o movimento negro brasileiro possuiu três grandes períodos. A Primeira Fase (1889 - 1937), utilizou uma estratégia cultural de “inclusão” de caráter assimilacionista. Já a Segunda Fase (1945 - 1964), contou com a estratégia cultural de “inclusão” de caráter Integracionista. Por fim, a Terceira Fase (1978 - 2000) desenvolveu uma estratégia cultural de “inclusão” de caráter diferencialista, passando a reivindicar a igualdade na diferença de modo mais intensificado.

Sendo assim, a segunda fase do Movimento Negro brasileiro corresponde ao intervalo entre o fim do Estado Novo e o início do Regime Militar, no qual se destacam o Teatro Experimental do Negro (TEN), o I Congresso do Negro Brasileiro e o jornal “O Quilombo”, sendo, este último, o objeto de estudo dessa pesquisa.

Em 1948, o Teatro Experimental do Negro começou a publicar o jornal “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”. Ao total, o jornal teve dez edições que foram coordenadas por Abdias Nascimento entre 1948 e 1950. No periódico, a coluna “Nosso Programa” trazia uma série de reivindicações, como:

ensino gratuito para todas as crianças brasileiras; a admissão de estudantes negros em instituições de ensino secundário e primário custeados pelo governo; o combate ao racismo com base em medidas culturais; e a formação de uma imagem positiva do negro.

Dessa forma, o jornal retratou atrizes, dançarinas, cantoras, pintoras, educadoras, empregadas domésticas, meninas e candidatas em concursos de beleza. Também, possuía matérias assinadas mulheres, com destaque para a coluna “Fala a Mulher” de Maria Nascimento, uma das líderes do TEN. Os colaboradores do jornal, entre eles Maria Nascimento, tornaram-se instigadores dos saberes, a partir do diálogo aberto e afável com os leitores. Com isso, o jornal reforçara a valorização da militância e da cultura negra, levando em consideração o empírico e o científico, preponderando entre o social, o racial e o político, a partir dos colonistas convidados e dos temas abordados.

Visando contribuir com novos horizontes no ensino de História, que rompam com os silenciamentos e as ausências da população negra para além do escravismo, esse trabalho pretende apresentar o material elaborado e disponibilizado em um ambiente virtual moodle, como forma de apoio ao ensino presencial. Para isso, utilizou-se o jornal “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro” como fonte, almejou-se demonstrar o movimento negro como ator político e educador na representatividade feminina.

Na medida em que o conteúdo do jornal amplia temáticas, o material estabelece relações com a contemporaneidade e com o cotidiano de estudantes do Ensino Médio. Ao mesmo tempo, estes estudantes podem experienciar o campo da pesquisa a partir da análise de diferentes tipos de fontes, como a escrita e a visual, e também compreender outras faces da História do Brasil, que não estão contempladas no ensino regular da Educação Básica. Fontes como o jornal “Quilombo” demonstram o protagonismo de uma parte da população tradicionalmente ocultada nos currículos oficiais. Deste modo, apresentar, discutir e analisar a História do Brasil sob novas óticas, permite, a certa medida, devolver o reconhecimento usurpado pelo modelo eurocêntrico de ensino, ao mesmo tempo em que é possível gerar uma nova cultura escolar.

A Lei nº 10.639 de 2003, e sua atualização pela Lei nº 11.645 de 2008, propôs para os educandos, professores e demais sujeitos da comunidade escolar a possibilidade de experimentar um novo modelo de relação com as diferenças culturais, baseado na valorização das manifestações culturais dos diferentes grupos étnico-raciais presentes na sociedade brasileira. Essa perspectiva tem sido permeada por desafios, evidenciados na elaboração de materiais didáticos que reflitam a pluralidade da cultura brasileira; na oferta de espaços de formação para os profissionais da educação; e no movimento de transformação da estrutura escolar.

O jornal “Quilombo”, demonstrou aos seus leitores uma carga teórico-política para analisar a condição da população negra naquele período, ao mesmo tempo em que era espaço profícuo da cultura negra, através da divulgação de eventos cotidianos, tais como festas, bailes, concursos de poesia e beleza negra, os quais raramente apareciam em veículos da grande imprensa, ainda que parte da própria população brasileira fosse desescolarizada, representando uma barreira na difusão das ideias. Dessa forma, destacando-se no combate ao preconceito e na afirmação social da população negra, o jornal operava como instrumento de integração deste grupo na sociedade brasileira na metade do século XX, ainda que se buscasse estabelecer um relacionamento com a elite social e política brasileira.

Para desenvolver essa pesquisa, buscou-se na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, teses e dissertações acerca de pesquisas desenvolvidas sobre o jornal “Quilombo - vida, problemas e aspirações do negro”. Foram localizadas três pesquisas sobre esse tema.

Em 2012, Rafael dos Santos Nunes concluiu a dissertação de mestrado intitulada de “A formação e educação do negro pelo Teatro Experimental do Negro (TEN): um estudo a partir das páginas do jornal ‘Quilombo’ (1948-1950)”, pela Pontifícia Universidade Católica De São Paulo. Nunes verificou que o Teatro Experimental do Negro desenvolveu seu próprio órgão de imprensa oficial, buscando formas de conscientizar os negros dos seus próprios problemas, dilemas e dificuldades, enfatizando que sua inclusão na educação formal poderia alterar o quadro de exclusão que os afetava.

Em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina no ano de 2015, Guilherme Souza Costa analisou, nas dez edições do jornal “Quilombo”, a forma pela qual os intelectuais do Teatro Experimental Negro enxergavam o problema racial no Brasil e de que maneira eles buscavam mudar essa realidade. A partir disso, Guilherme Costa verificou que os principais temas discutidos foram o reconhecimento do racismo; o mito da democracia racial; os seminários de Grupoterapia; e as lutas pelo reconhecimento e igualdade de oportunidades. Com isso, ele concluiu que aspirações do negro naquele contexto eram, portanto, de que um dia os problemas fossem superados, sejam por meio da articulação política, sejam por meio da valorização da cultura negra e da implementação de políticas afirmativas.

Já a dissertação de Daiana De Souza Andrade, de 2016, intitulada “‘Quilombo - vida, problemas e aspirações do negro’: a presença negra em revista (1948-1950)” e apresentada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, a autora realizou um debate historiográfico sobre os movimentos negros a partir da questão da raça e dos agentes históricos. Em seguida, ela comparou a História da Imprensa e a História da Imprensa Negra. Dessa forma, o cerne de sua pesquisa foi identificar e analisar a logística de construção dos números do jornal “Quilombo” e as relações entre os diferentes atores sociais que estão presentes ou omitidos. Por fim, Daiana Andrade identificou o circuito das fotografias contidos nos jornais, analisando o papel dos fotógrafos que trabalharam com Abdias Nascimento, para compreender a representação desse negro. No entanto, faltava explorar mais a fundo acerca da mulher negra no jornal. Até 2018, faltavam indícios de pesquisas que tivessem analisado a forma como o jornal representava as mulheres e qual o possível impacto disso nos processos de formação identitária da mulher negra brasileira naquele período.

Assim, partindo de pressupostos sintetizados por autoras como Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes e Gayatri Spivak indaga-se: como a atuação do movimento negro no Brasil até a primeira metade do século XX contribuiu para o processo não só de integração social, mas também emancipatório da população negra brasileira, especificamente a feminina? A que medida o jornal “Quilombo” colaborou para a construção positiva de uma imagem e identidade da mulher negra?

A dissertação se pautou em pesquisa bibliográfica e uso de fontes históricas. O trabalho está dividido três capítulos. O primeiro capítulo realizou um panorama da organização da militância negra brasileira até chegar ao início da segunda fase do movimento negro no Brasil – divisão proposta por Petrônio Domingues. Nesse primeiro ponto, buscou-se compreender os contextos que levaram a necessidade da criação do movimento negro no Brasil e de uma imprensa específica, voltada para as necessidades da população negra, levando em consideração as teorias raciais, a implantação da política de branqueamento, a partir do conceito de colonialidade proposto por Quijano. Nessa parte, analisou-se a emergência do Teatro Experimental do Negro e a criação do jornal “Quilombo”, ambos liderados por Abdias do Nascimento. Também se verificou como se inseria o jornal “Quilombo” no ambiente político e cultural de mobilização antirracista entre o final da década de 1940 e início de 1950.

O segundo capítulo visou identificar em que medida o jornal “Quilombo” possibilitou a construção positiva da imagem e da identidade da mulher negra no período de circulação do periódico. Para isso, foram abordados alguns dos enfrentamentos sociais delegados à mulher negra, a partir da perspectiva do feminismo negro de autoras como Sueli Carneiro, bell hooks¹, Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez e Oyèrónkẹ Oyěwùmí. Também se analisou como isso se reforçava ou se desconstruía dentro das dez edições do jornal “Quilombo”. Para isso, foi realizado um recorte de análise utilizando dois critérios: a produção intelectual feminina contida nas matérias e colunas do jornal; e a produção iconográfica nas quais apareçam figuras femininas.

Por fim, o terceiro capítulo discorre sobre o desenvolvimento de um material paradidático. Devido ao surgimento e profusão de ferramentas de ensino, o presente trabalho apresenta a utilização de ambiente virtual Moodle aplicado ao ensino regular com estudantes do Ensino Médio como ferramenta paradidática digital no ensino de História. Dessa forma, esse material buscou desenvolver o trabalho com

¹ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins. Essa escolha é uma homenagem aos sobrenomes de sua mãe e de sua avó. O nome de bell hooks é grafado em letras minúsculas. Para ela, suas ideias inscritas nos livros são mais substanciais do que sua autoria.

fontes, salientando a abordagem afirmativa sobre a representação da mulher negra, que ressignificou processos identitários em um período marcado pelo mito da democracia racial, enfatizando a atuação do movimento e do feminismo negro. Desse modo, o jornal “Quilombo”, se apresenta como uma rica fonte de conhecimento sobre as ações do movimento negro na luta antirracista.

Com isso, a partir deste trabalho, espera-se valorizar as marcas da diversidade no cotidiano escolar e a riqueza da cultura negra a partir da apresentação de conteúdos antirracistas e afirmativos, permitindo que a escola possa dar passos importantes referentes à construção de novas histórias de respeito e valorização das diferenças; ao rechaçamento de estereótipos e atitudes que reforçam estigmas; e à afirmação da autoimagem positiva de estudantes negros.

A partir do link <<https://profeberssa.com/faceduc/course/view.php?id=26>> é possível acessar os materiais e atividades como visitante ou como usuário cadastrado, porém somente usuários cadastrados podem publicar e interagir nos fóruns e realizar as atividades. Embora o foco do trabalho seja desenvolver um curso em uma plataforma moodle, onde é possível ter acesso aos conteúdos, promover debates e propor atividades, como forma de apoio ao ensino presencial, foi desenvolvido um site. A existência do site permite o livre acesso do conteúdo a todos que tenham interesse em saber mais informações sobre o jornal “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro” entrando no link: <www.ojornalquilombo.com.br>. Dentro do site também é possível visualizar e acessar o material disponível na plataforma moodle.

1. AS PRÁTICAS COLONIAIS E O PROCESSO DE RACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

A organização colonial pautada em fatores como a escravização da população africana no Brasil sedimentou o processo de racialização das relações sociais. O padrão de sociabilidade estabelecido pelo escravismo permaneceu, mesmo que sob outras roupagens, após o fim do regime.

Partindo dessa realidade, Aníbal Quijano propôs o conceito de colonialidade do poder, que leva em consideração diversas hierarquias globais coexistentes e entrelaçadas. O sociólogo explica que:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009, p. 73).

Quijano, pondera que colonialidade é um conceito diferente do colonialismo, ainda que vinculado a ele. Para o autor, o colonialismo remete estritamente a uma estrutura de dominação e exploração. Nela, existe uma autoridade política que controla os recursos de produção e o trabalho de uma população de identidade diferente, sendo que isso ocorre localizado em outro território. Nesse sentido, as identidades são produzidas por este padrão de poder. Se existem identidades prévias, elas são pautadas por outras ordens que também passam pelo crivo do colonialismo, perdendo sua autonomia histórica. Já a colonialidade, embora concebida dentro do colonialismo, se constitui como uma ação prolongada em que novas identidades históricas foram produzidas sobre a ideia de raça, associando a ela papéis e lugares dentro da nova condição global de divisão e controle internacional do trabalho.

Segundo o sociólogo, “a dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista” (QUIJANO, 2005, p. 126). Assim, raça e divisão do trabalho foram estruturalmente associados e se reforçam reciprocamente, embora nenhum deles dependa, necessariamente, do outro para existir ou para transformar-se. Assim, o encerramento da escravidão no

Brasil marcou, em grande medida, a adesão das elites locais às teorias raciais, que davam subsídios à manutenção de determinadas hierarquias sociais advindas desta instituição.

Desse modo, raça se constitui como uma construção social foi definida a partir do século XVIII. Antes disso, ela era aplicada apenas para animais. O sociólogo Antônio Sérgio Guimarães destaca que:

Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado (GUIMARÃES, 1999, p. 9).

Nesse sentido, o termo será utilizado a partir do seu significado político, o qual foi construído historicamente. Dentro das relações sociais, a concepção de raça é aplicada com frequência, seja para nominar determinadas características físicas, como cor de pele ou tipo de cabelo, seja para influenciar, interferir e até mesmo determinar o lugar social e as formas de acesso para determinados sujeitos dentro das sociedades. Aníbal Quijano, destaca que:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. [...] Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, p. 118).

Quijano, enfatiza que o conceito de raça, na concepção moderna, não era aplicado antes da vinda dos europeus para a América. O sociólogo, levanta a hipótese de que essa nova percepção sobre raça tenha se originado a partir do confronto com as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, tendo como referência supostas diferenças nas estruturas biológicas entre esses grupos. Ele também discute que a ideia de raça nas interações sociais desenvolvidas nas Américas gerou novas identidades sociais, assim como redefiniu outras. O que era considerado identidade baseada na origem geográfica ou de nação, tal como os espanhóis (aragonez ou andaluz, por exemplo) ou portugueses (lisboeta ou algarviano), se redimensionou, e o europeu também adquiriu uma conotação racial em relação a essas novas identidades. Assim como outros povos colonizadores, os europeus também compartilhavam o etnocentrismo como uma característica em comum, porém “[...] no caso europeu esse traço tinha um fundamento em uma

justificação peculiar: a classificação racial da população do mundo depois da América”. (QUIJANO, 2005, p. 121). A colonialidade etnocêntrica aliada as classificações raciais fizeram com que os europeus se intitulassem naturalmente superiores aos demais. O impacto dessa perspectiva culminou uma racionalidade e uma modernidade compostos por um vasto sistema de acontecimentos, marcos e produtos os quais são tangenciadas e categorizadas pela ótica eurocêntrica, como por exemplo, contraposições e complementações como Ocidente e Oriente; civilizado e primitivo; desenvolvido e subdesenvolvido; racional e irracional; etc. Outro exemplo claro dessa relação são os marcos divisórios históricos que pontuam a passagem entre as quatro fases da História ou o fato da periodização da História do Brasil estar estritamente ligada aos eventos europeus. A história do passado do Brasil é explicada e orientada por termos como período pré-colombiano, período colonial e período imperial.

Conforme as relações sociais se conformavam com base na dominação racial, as identidades foram organizadas e classificadas em níveis de hierarquia, papel social e lugares correspondentes. Sobre isso, Quijano destaca que:

A raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 230).

Quijano, também frisa que as características fenotípicas foram relacionadas aos assuntos de ordem cultural, mental, sexual e laboral, e que, como visto, definiu a existência de uma sistemática divisão racial e de gênero do trabalho. O sistema de exploração escravista, tinha o racismo como seu sustento ideológico. O racismo, segundo o antropólogo Kabenguele Munanga, pode ser compreendido da seguinte forma:

[...] o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais (MUNANGA, 2003, p. 7-8).

Desse modo, a prática racista é pautada na suposição da existência das raças, as quais seguiriam uma hierarquia biológica que designaria aptidões, ou a

ausência delas, nos aspectos físicos, intelectuais e culturais. O processo colonial impôs a racialização como modelo de hierarquização. Nela, utiliza-se o outro como inferior, a partir de uma suposta ciência biológica, que se acentua a partir do século XIX com as teorias raciais que permearam o imaginário social brasileiro. Sobre imaginário social Nilda Tevês Ferreira e Marisa Faermann Eizirik explicam que:

Como um sistema simbólico, o imaginário social reflete práticas sociais em que se dialetizam processos de entendimento e de fabulação de crenças e de ritualizações. Produções de sentidos que circulam na sociedade e que permitem a regulação de comportamentos, de identificação, de distribuição de papéis sociais. Isso é vivido de tal forma pelos agentes sociais que passa a representar para o grupo o sentido de verdadeiro. Reforça-se, assim, a tese de que as bases sobre as quais as classes sociais se fundamentam e se legitimam passam, também, por sistemas simbólicos. Melhor dizendo, as relações hierárquicas da sociedade são apreendidas mediante cotidianos ritualizados, fazendo "crer" que elas são naturais. É contando com o imaginário social que as relações de poder estabelecidas protegem sua legitimidade contra aqueles que a atacam. Visando garantir um lugar privilegiado no domínio dos imaginários sociais, o grupo hegemônico inventa complexos e variados dispositivos de proteção. Isso vai desde produções legais, coercitivas, às formas sofisticadas de formação de opiniões (FERREIRA; EIZIRIK, 1994, p. 6-7).

Dessa forma, os discursos geram sentidos e projetam imagens que são derivadas a partir do arcabouço ideológico dos sujeitos, os quais estão envolvidos dentro de relações de poder. Essas imagens fazem parte de uma narrativa desenvolvida sobre um determinado contexto, gerando impactos na realidade. No caso brasileiro, isso implicou diferenças e ordenamentos hierárquicos, que serão explorados no tópico a seguir.

A classificação da população pautada no critério racial continua sendo aplicada até hoje no Brasil. Órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável por fazer o recenseamento da população, utiliza uma metodologia que considera o aspecto "cor ou raça".

Segundo as informações disponibilizadas no site do IBGE, pode-se entender que "cor ou raça – [é a] característica declarada pelas pessoas, de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena" (IBGE, 2019). Fátima Oliveira, ao estudar sobre os alcances e limites sobre o que é ser negro no Brasil, ressalta que "um outro dado que merece destaque é que a população negra, para a demografia, é o somatório de preto + pardo" (OLIVEIRA, 2004, p. 58). Embora a classificação racial gere fatores limitantes e problemáticos, ela servirá como

ferramenta de análise para compreender a trajetória da população negra nas próximas seções deste trabalho.

1.1 A ASSIMILAÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS, SUA ADAPTAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO E A SUPOSTA INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA A PARTIR DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, o darwinismo social se estabelece como uma corrente intelectual, composta por diversos autores que publicaram análises sociais e políticas influenciadas pelo evolucionismo, tais como: Herbert Spencer, Edward Tylor, John Fiske, Ernst Haeckel, William Graham Sumner, Cesare Lombroso, entre outros², ainda que entre eles existissem algumas nuances, especialmente em Lombroso que defendia uma proposta mais eugenista de ação política. Fernando Cosconi, esclarece que o darwinismo social “[...] apresentou uma gama variada de possibilidades de apropriação e foi usado para defender uma série de concepções políticas” (COSCONI, 2018, p. 351).

² Herbert Spencer publicou livros como “Estática Social” (1851); “Sistema de Filosofia Sintética” (1862); “O Indivíduo Contra o Estado” (1884); “A Educação Intelectual, Moral e física” (1863); “Os Princípios da Sociologia” (1874-1896). Edward Tylor publicou os seguintes livros: “Cultura Primitiva” (1871) e “Anahuac: ou, México e mexicanos, Antigos e Antigos” (1861). John Fiske publicou os livros “O progresso do bruto ao homem” (1871); “Mitos e Criadores de Mitos” (1872); “Esboços da filosofia cósmica” (1874); “O Mundo Invisível” (1876); “Darwinismo e outros ensaios” (1879); “Excursões de um evolucionista” (1883), “O destino do homem visto à luz de sua origem” (1884); “A ideia de Deus como afetada pelo conhecimento moderno” (1885); “Origem do Mal” (1899); “Um século de ciência e outros ensaios” (1899); “Pela natureza a Deus” (1899); “O vale do Mississippi na guerra civil” (1900); “Vida eterna” (1901). Ernst Haeckel publicou os livros “Morfologia geral dos organismos: princípios gerais da ciência das formas orgânicas, mecanicamente baseados na teoria da descendência reformada por Charles Darwin” (1866); “História Natural da Criação” (1868); “Ciência Livre e Ensino” (1877); “Filogenia sistemática” (1894); “Antropogenia ou desenvolvimento humano” (1874); “Sobre nossa atual compreensão da origem do homem” (1898); “O Enigma do Universo” (1901); “A luta pelo pensamento sobre a evolução” (1906); “As Maravilhas da Vida” (1904); “Almas de cristal: estudos sobre a vida inorgânica” (1917). William Graham Sumner publicou os seguintes livros: “Os Livros dos Reis” (1872); “Uma história da moeda americana” (1874); “O que as classes sociais devem umas às outras” (1883); “Nosso sistema de receita e o serviço público: eles devem ser reformados?” (1878); “Bimetalismo” (1879). Andrew Jackson publicou os seguintes livros: “Como homem público” (1882); “Problemas na economia política” (1883); “Protecionismo: o ismo que ensina que o lixo gera riqueza” (1885); “Ensaio colecionado em ciências políticas e sociais” (1885); “Alexander Hamilton” (1890); “O financista e as finanças da Revolução Americana - Vol. 1” (1891); “O financiador & a finança da Revolução Americana” (1891); “Robert Morris” (1892). “A vida de Morris adaptada de O financiador e as finanças da Revolução Americana” (1896); “Folkways: um estudo da importância sociológica de usos, maneiras, costumes, costumes e moral” (1906); “A ciência da sociedade” (1927). Por fim, Cesare Lombroso publicou os livros “O Homem Delinquente” (1885-1909) e “Os Anarquistas” (1890-1914).

As teorias raciais, em grande parte, serviram para justificar a expansão imperialista europeia. Entre os muitos teóricos raciais, estava “[...] Gobineau, a quem a história fez o pai das teorias racistas” (STRAUSS, 1952, p. 1). Em 1855, Gobineau publicou o livro “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, um dos primeiros tratados racistas e eugenistas³ do século XIX. Em 1869, esteve no Brasil e utilizou a sociedade brasileira como campo de observação e confirmação teórica.

Na época, havia um temor de que a raça branca desapareceria em função da rápida reprodução das camadas dominadas, o que também poderia ocorrer se elas insinuassem algum padrão de equidade. Desse modo, Arthur Gobineau “[...] transformou em elaborada doutrina histórica uma opinião, já aceita de modo geral entre a nobreza francesa, dizendo ter descoberto a lei secreta da queda das civilizações e elevado a história à dignidade de ciência natural” (ARENDT, 2012, p. 195).

Na base da pirâmide desse determinismo biológico encontravam-se os negros, que eram considerados intelectualmente incapazes. Sobre o pensamento racial, Hannah Arendt assinala que, “embora seja óbvio que o racismo é a principal arma ideológica política imperialista, ainda se crê na antiga e errada noção de que o racismo é uma espécie de exagerado nacionalismo” (ARENDT, 2012, p. 190). Esse caráter primordialista com que a nação é pensada, segundo o indiano Arjun Appadurai, se concentra em um escopo teórico que possui um pluralismo relativista, com universalismos reducionistas, inseridos no campo cultural. Analisando as imbricações do nacionalismo e sua relação com o Estado-nação, constatou que:

Uma das raízes deste problema está nas concepções modernas de cidadania que, ligadas a diversas formas de universalismo democrático, tendem a demandar um povo homogêneo com conjuntos padronizados de direitos. No entanto, na ideologia cultural de Estado-Nação, a realidade do pensamento etnoterritorial demanda discriminação entre diferentes categorias de cidadãos, ainda que todos ocupem o mesmo território. (APPADURAI, 1997, p. 36)

Esse pensamento acarretou consequências baseadas nos fenótipos. No século XIX, o discurso racial defendia que a população branca era considerada

³ Segundo Black, em 1883, o britânico Francis Galton, primo de Charles Darwin, desenvolveu o termo eugenia. A expressão significa “bem nascido” (BLACK, 2003, p. 56). Do grego, o prefixo “eu” significa “boa” e o sufixo “genus” significa “geração”.

“superior” e, assim, deveriam se dedicar a atividades intelectuais, ao passo em que, a população negra deveria se restringir a atividades braçais e subservientes.

Joseph Anténor Firmin era haitiano e atuou como advogado, diplomata e membro da Sociedade de Antropologia de Paris. No ano de 1885, publicou em Paris o livro “A igualdade das raças humanas” como resposta ao livro do escritor francês Arthur de Gobineau. O livro de Gobineau foi publicado em 1855 e o de Firmin em 1885, ou seja, 30 anos depois. Apesar do lapso temporal, o livro de Anténor aponta para a existência de uma contestação científica ao racismo europeu, porém nas Américas, optou-se por manter a adesão a este último.

Refutando as ideias contidas em “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” de Gobineau, o haitiano desconstruiu as argumentações baseadas nas classificações, de antropometria como a frenologia, a pigmentação e a linguística. Destacou o papel essencial das culturas africanas na história da civilização, desde os antigos egípcios até a primeira república negra do Haiti. Sobre os teóricos raciais do século XIX, Firmin esclarece que “[...] poucos imaginaram nada melhor do que fazer da escravidão uma instituição divina” (FIRMIN, 2013, p. 181). Neste caso, Firmin apontava para a relação que ligava os aspectos biológicos aos teológicos, em uma época em que as instituições religiosas permeavam as mentalidades no Ocidente.

O uso do conceito de raça, defendida por Gobineau, foi fortemente questionada por Firmin. Entre os diversos aspectos examinados por Firmin estava a discussão sobre a origem dos seres humanos sob duas perspectivas: a poligenista e a monogenista.

O poligenismo, hipótese que baseava os estudos de muitos teóricos raciais, defendia a existência de diferentes linhagens para a raça humana, ao passo em que o monogenismo defendia uma única origem entre os seres humanos. Gobineau adotava a corrente monogenista, acreditando que a humanidade veio de um único casal, como está postulado pela Bíblia, porém, como afirmou Poliakov, ele era “monogenista em teoria e poligenista na prática” (POLIAKOV, 1974, p. 218) devido sua postura discriminatória. Para o conde de Gobineau, a gênese humana iniciou-se por uma raça denominada como “adamita”. Esta primeira raça teria se rompido em função dos deslocamentos do grupo, que tendo vivido em diferentes terrenos e

climas que passaram a ocupar, propiciou o surgimento de raças secundárias, como a branca, a negra e a amarela. Sendo assim, ele defendia que cada “raça” vivia em uma nação e vários fatores influenciariam o desenvolvimento dela, como a localização geográfica, a língua, os hábitos cotidianos, a história, as músicas e tradições e, sobretudo, o aspecto biológico. Partindo desse pressuposto, nem todas as pessoas que viviam em uma mesma nação eram iguais, permitindo assim, que os mais puros dominassem os outros, deixando evidente uma visão baseada no poligenismo.

Durante a vigência das teorias raciais, os poligenistas buscavam demonstrar a infertilidade das populações mestiças, alegando que seria necessário esperar dez ou até vinte gerações para serem conclusivos. Além disso, eles discorriam sobre a possível inferioridade intelectual e moral dos mestiços, os colocando como uma população perigosa. No entanto, Firmin destaca que havia uma recusa dos poligenistas em seguirem procedimentos científicos, demonstrando a fragilidade do caráter científico das pesquisas:

De acordo com as teorias poligenistas em que estão os negros africanos e os brancos europeus – [...] este caso não deve estar ligado a fatores etnológicos do intelecto. As condições sociais que são encontradas por causa do preconceito contra suas atitudes intelectuais são razões muito mais plausíveis (FIRMIN, 2013, p. 99).

Já nesse período, Firmin buscava demonstrar que a condição dos mestiços e dos pretos, estava relacionada a sua situação na sociedade e não porque isto seria inerente a sua genética ou as expressões fenotípicas. A consequência disto foi legitimar a existência da exclusão, da dominação e da pobreza, sem esclarecer as causas reais, isentando a desigualdade social nesse processo de construção do achaque das comunidades negras.

As raças podiam, segundo Gobineau, se modificar criando outras raças - terciárias e quarteárias - por meio da mestiçagem. Ele postula que:

Para demonstrar a diferença das raças, os sábios que cito têm partido dessa ideia: que quanto maiores são os crânios, mais superiores se mostram, em geral, os indivíduos a quem pertencem. A questão colocada é, pois, esta: É igual em todas as categorias humanas o desenvolvimento do crânio (GOBINEAU, 1937, p. 93).

Para Gobineau, havia sociedades fadadas ao fracasso e outras à dominação. Isso porque, ele alegava que existiam civilizações inferiores, incapazes de se

civilizar, e outras superiores, que estavam no afã de aprimoramento, por possuir condições para tal. O ponto central em sua tese, é que, embora existissem diferenças, essas seriam raças puras, ou seja, não miscigenadas. Já os cientistas que defendiam a corrente poligenista, buscavam apontar diferenças anatômicas baseadas no crânio, no rosto, no tronco e nos membros.

Com base no pseudo cientificismo, Gobineau considerava que “os brasileiros seriam uma raça extinta em menos de duzentos anos. Isso por serem, em sua maioria, uma população mestiça, fruto da mestiçagem entre índios, negros e um pequeno número de portugueses” (SOUSA, 2013, p. 21). Para Gobineau, o mulato não se sentia integrante nem ao lado dos brancos e nem ao lado dos negros, já que as definições puras de raça rejeitam o mestiço. Porém, é preciso se atentar que, na atualidade, o branco se oculta dentro do mestiço. A mestiçagem é um projeto de dominação baseado em uma metáfora racista que permite que um setor da sociedade mantenha o poder, por meio do discurso que todos somos miscigenados. Essa questão, será mais explorada, mais adiante.

Ainda sobre a mistura das raças, um dos conceitos chave dentro da teoria racista gobineauana é a degenerescência. Gobineau afirmava que esse processo sucumbiria física e moralmente às populações, justificando suas teorias a partir de conceitos fisiológicos. Segundo o francês, o processo de degenerescência ocorria da seguinte forma:

Ele [o mestiço] morrerá definitivamente, e com ele sua civilização, no dia em que o elemento étnico primordial estiver tão subdividido e submerso entre as contribuições das raças estrangeiras, que a virtualidade desse elemento não exercerá mais ação suficiente. Sem dúvida não desaparecerá de maneira absoluta, mas, na prática, será combatido e enfraquecido de tal maneira que sua força se tornará cada vez menos sensível, e neste momento será quando a degeneração puder ser considerada completa e mostrar todos os seus efeitos (GOBINEAU, 1937, p. 39).

Sendo assim, a degenerescência defendida por Gobineau era um dos argumentos utilizados por ele para destacar os grupos superiores e inferiores. Firmin questionou a degeneração, defendendo a miscigenação ao alegar que pessoas com diferentes matizes de cor poderiam produzir incontáveis gerações fecundas, baseando-se no exemplo, entre outros, do Haiti pós independência, questionando a ideia de raça pura.

Firmin, no auge dessas teorias raciais, enquanto intelectual, se colocou a frente rebatendo as alegações de Arthur Gobineau, porém, sua obra foi silenciada. Michel-Rolph Trouillot, ao analisar os eventos relacionados à história haitiana, observou os silêncios impostos a ela. Para ele, isso se deve ao fato de que “o Haiti fornece um argumento irrefutável para provar que nós, os descendentes da África, jamais fomos designados por nosso criador para sustentar uma inferioridade, ou até mesmo uma mediocridade na cadeia da existência” (TROUILLOT, 1995, p. 91, tradução livre).

Durante muito tempo, os governos europeus, como Portugal, obtiveram enormes lucros com o tráfico atlântico. Nessa época existiam inúmeras revoltas e práticas de resistência da população escravizada no território brasileiro. Clóvis Moura analisou as formas de quilombagem que antecederam o movimento liberal abolicionista no Brasil. Para o pesquisador, o quilombo foi a forma de resistência mais importante da população negra no Brasil, seja pela sua profusão no território, seja pela sua continuidade histórica, como explica:

o quilombo é o centro organizacional da quilombagem, embora outros tipos de manifestação de rebeldia também se apresentassem, como as guerrilhas e diversas outras formas de protestos individuais ou coletivas (MOURA, 1992, p. 23)

Desse modo, os quilombos se tornaram núcleos de resistência que estabeleciam uma barreira cultural e militar contra o sistema que oprimia a população escravizada. Sua existência ocorreu no país desde a instauração do sistema escravista e, ainda que por diversas vezes tenham sido desarticulados, a resistência causava medo ao regime senhorial.

No Brasil, ao final do século XIX as teorias raciais começaram a ser absorvidas. Utilizando o país como laboratório, diversos cientistas vieram ao Brasil no século XVIII. No período, havia uma porção minoritária de brancos e de origem europeizada no Brasil. Isso classificava o país como uma nação fadada a própria auto degradação, caso continuasse existindo uma numerosa população negra, segundo as teorias raciais.

O racismo existente, passa a ser reforçado por teorias trazidas da Europa, que defendia que os pretos e mestiços pertenciam a “raças inferiores” que impediam o Brasil de se tornar um país civilizado. Os brancos, por sua vez, eram tidos como

uma “raça superior”, a única capaz conduzir a civilização. Thomas Skidmore, esclarece como a doutrina do branqueamento no Brasil foi aceita:

[...] os brasileiros liam tais autores, de regra sem nenhum espírito crítico e ficavam profundamente apreensivos. Caudatários, na sua cultura, imitativos no pensamento – e, cômicos disso – [...] estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais da Europa. (SKIDMORE, 1976, p. 13)

As teorias raciais legitimaram as diferenças sociais da antiga ordem escravista, pois foram usadas como argumento para estabelecer de critérios diferenciadores de cidadania, assim como se tornaram um modelo para pensar sobre um projeto civilizatório para o país.

Segundo Lilia Schwarcz, as teorias raciais europeias como o evolucionismo, o positivismo, o naturalismo e o social darwinismo, começam a ganhar espaço no pensamento social brasileiro a partir de 1870. A autora explica que “[...] o argumento racial foi política e historicamente construído, assim como o conceito “raça” que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação, sobretudo social.” (SCHWARCZ, 1993, p. 17). No caso brasileiro, houve a remodelação dos conceitos, conforme as conjunturas do país, adaptando-se ao modelo civilizatório europeu conforme as necessidades dirigidas pela classe intelectual.

Entre os “homens de Ciencia” brasileira, destacavam-se: Edgard Roquete Pinto, do Museu Nacional; Raimundo Nina Rodrigues, da Faculdade de Medicina da Bahia; Francisco José de Oliveira Viana, do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói; Tobias Barreto, da Faculdade de Diretos de Recife; Silvio Romero, da Faculdade de Direito de Recife; João Baptistista Lacerda, do Museu Nacional; Euclides da Cunha, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Herman Von Ihering, do Museu Paulista; Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Miguel Pereira, da Academia de Medicina do Brasil; e Azevedo Sodré, da Faculdade de Medicina do Rio do Janeiro (SCHWARCZ, 1993).

Os cientistas sociais brasileiros do período foram encarregados da missão de pensar sobre a nação brasileira, seu futuro e seus impasses, definidos como intelectuais que lutavam “pelo progresso científico do país” (SCHWARCZ, 1993, p. 37). Na necessidade de construir a história de um país formado por uma população majoritariamente preta e parda, que se desenvolveu desde os princípios coloniais servindo-se do escravismo, havia o desejo de aproximação aos moldes europeus de civilização, que considerava negros e mestiços não civilizados. Os paradoxos na

sociedade brasileira eram evidentes e por isso, houve modificações das teorias europeias segundo o contexto nacional, buscando uma saída positiva. Desse modo, conforme apontado por Schwarz, a tradução das teorias dos pensadores estrangeiros passou pelo crivo das especificidades brasileiras. Com base em uma formação eclética de textos e manuais de ideologia positivista e darwinista social, vários aspectos foram descartados durante a construção de uma argumentação racial sobre a nação.

A elite brasileira, que mantinha estruturas semelhantes ao do Haiti, tomou decisões também baseadas no medo da “haitização”, que levou o país a se tornar a primeira república negra do mundo. Ele também se tornou o primeiro país latino-americano a realizar a independência de sua metrópole, em 1804, depois de mais três séculos de domínio e exploração violenta dos corpos dos escravizados. Trouillot aponta que a Revolução Haitiana se apresentava como “uma história impensável” quando já estava em curso (TROUILLOT, 1995, p. 90). A revolução haitiana se tornou o modelo da libertação negra, baseada na organização da sociedade contra a escravidão e na garantia de igualdade para todos que tivessem ancestralidade africana, o que inspirou os afrobrasileiros.

Durante séculos, os países europeus obtiveram altos lucros com o tráfico transatlântico. Em 1944, Eric Williams publicou o livro “Capitalismo e escravidão”. Nele, o autor analisou como a “[...] escravidão negra e o tráfico de escravos [foi essencial] no fornecimento do capital [que] financiou a Revolução Industrial [...]” (WILLIAMS, 2012, p. 9) e como a partir do desenvolvimento capitalista industrial o tráfico de pessoas e o sistema escravista deixou de ser conveniente.

Segundo Eric Williams, o comércio triangular estabelecido pelo Império Britânico colaborou para o desenvolvimento industrial. Entre os aspectos salientados por Williams está o fato de que foi possível conquistar um mercado para os seus itens manufaturados, ao mesmo tempo em que poderia se obter matérias-primas e alimentos a um baixo custo produzidos por escravizados. Essa balança comercial favorável, possibilitou o investimento dos lucros que impulsionam os primórdios da Revolução Industrial (WILLIAMS, 2012, p. 51-52). No entanto, a política econômica britânica que até no final do século XVIII, acumulava de metais preciosos migrou, por diversos fatores internos e externos para o desenvolvimento industrial e a

consolidação de um novo modelo econômico. Esse novo modelo, necessitava da ampliação de consumidores e de trabalhadores assalariados. Assim, em 1807, a Inglaterra passa a proibir a venda de africanos para as suas colônias na América. A Revolução Industrial se fortificava em seu país, expandindo os lucros da burguesia de modo vertiginoso. Isso gerava o interesse em buscar ampliar o mercado para seus produtos, porém nos países, como o Brasil, o mercado era muito restrito e a escravidão se constituía como um entrave comercial. Pressionado por fatores externos e internos, o governo de Dom Pedro II aprovou em 1850 a Lei Eusébio de Queirós, que proibia a entrada de escravizados no Brasil.

Como os cafezais continuavam exigindo mão de obra, pensou-se em dar emprego aos trabalhadores livres nacionais, que eram na maioria pretos ou mestiços. A elite do Império, porém, absorvendo as tendências europeias, a partir de seu imaginário social considerava que a população negra era inapta para o trabalho livre, argumentando que as massas de trabalhadores europeus compreendiam melhor o disciplinamento ao sistema de trabalho assalariado. No livro “O medo ao pequeno número”, o antropólogo indiano Arjun Appadurai argumenta que os Estados-nação modernos estão fundados sobre um “genius” étnico, que se caracteriza pelo seu primordialismo, em que se assenta sua soberania. Appadurai explica que:

Nenhuma nação moderna, por mais benevolente que seja seu sistema político, e por mais eloquentes que sejam suas vozes públicas sobre as virtudes da tolerância, do multiculturalismo e da inclusão, está livre da ideia de que sua soberania nacional se baseia [...] em um único *ethnos* nacional, produzido e neutralizado a um grande custo, por meio da retórica da guerra e do sacrifício, de exaustivas regras de uniformização educacional e linguística e da subordinação de milhares de tradições locais e regionais (APPADURAI, 2009, p. 14-15).

Com isso, esse “*ethnos* nacional” é constituído por formulações unilaterais, não admitindo a diversidade. Nesse sentido, no caso brasileiro, pode-se compreender a nação como uma metáfora de raça, contradizendo o postulado de Arendt, ou em última instância, o caráter racial purista do conceito de nação. Assim, os conceitos de raça e nação se concatenam, gerando sentidos à imaginação política, conforme cada as idiossincrasias de cada nação.

Nos Estados Unidos, o racismo pautava-se na ascendência, baseado na regra da “gota de sangue”. Com isso, mesmo que uma pessoa tivesse o fenótipo

branco, já seria discriminada por ter ascendência negra. Já no Brasil, houve um discurso racial que defendeu a miscigenação. Lilia Moritz Schwarcz explica que isso ocorreu porque:

Evidenciava-se a defasagem entre as teorias deterministas que chegavam de fora quando pensadas em função da realidade mestiça de dentro e a rigidez da teoria quando o objeto em questão era a nação brasileira. A saída foi então preconizar a adoção do ideário científico, porém, sem seu corolário teórico (SCHWARCZ, 1994, p. 167).

Assim, diante do fato de que havia uma elevada densidade demográfica composta por pessoas que não eram brancas, houve a necessidade de inventar um modelo que garantisse a hegemonia ideológica. Dessa forma, o país foi apresentado como uma nação composta por raças miscigenadas, mas em transição. Existia uma projeção de que o Brasil iria ser um país branco, a partir do cruzamento das raças. Esse posicionamento estava presente na ciência, particularmente na eugenia, assim como nas artes e na imprensa, que evidenciavam esses fatos como um paliativo ao medo gerado pelo crescimento da população preta e parda que “[...] segundo o Censo de 1872, chegava a 55% do total de brasileiros” (BENTO, 2002, p. 48).

A questão da mestiçagem foi pauta nas discussões referentes ao caráter nacional. Surge o mito de uma nação que se desenvolveu a partir da fusão das três raças: o branco, o negro e o índio. Embora houvesse essa compreensão, isso não representou formas de igualdade ou isonomia. A próprio conceito de democracia racial ganhou força, principalmente, no período do surgimento dos purismos racialistas europeus no período do entre guerras, com sua expressão supremacista durante a Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto da ideia de fusão das três raças, afirmava-se que os brancos possuíam os elementos necessários para conduzir o país, desde que aclimatizados aos trópicos pela experiência da mestiçagem. Sobre isso, Renato Ortiz explica que:

o mestiço é para os pensadores do século XIX mais que uma realidade concreta, ele representa uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social – a elaboração de uma identidade nacional [...]. A temática da mestiçagem é neste sentido real e simbólica; concretamente se refere às condições sociais e históricas da amalgama étnica que transcorre no Brasil, simbolicamente conota as aspirações nacionalistas que se ligam à construção de uma nação brasileira. (ORTIZ, 1986, p.20-21)

As teorias da época classificaram o mestiço como essencialmente fraco, uma vez que, na experiência da mestiçagem, carregava condições biológicas de raças diferentes, fazendo com que tivesse uma “natureza” inferior, possível de ser

identificada pela apatia e pelas debilidades. Com base nessas pseudo teorias científicas raciais criadas por positivistas, naturalistas e evolucionistas, a elite imperial criou políticas de incentivo à entrada maciça de europeus com fenótipos claros, como escravos, alemães e italianos, os quais trariam para o Brasil a evolução genética por meio do branqueamento da população, sendo este o único meio de se chegar ao progresso.

Desse modo, ainda durante o reinado de Dom Pedro II, o Brasil adotou a política de branqueamento. Essa ideologia do determinismo genético e racial, que adquiriu um estatuto científico no século XIX, é ainda é muito presente na nossa sociedade. No Brasil, o fator raça atua como elemento de gênese e permanência das desigualdades. Mesmo no sistema capitalista, a questão da raça foi utilizada por determinados grupos como estratégia para embasar prerrogativas que garantissem privilégios e mecanismos que lesam os meios de acesso aos bens de grupos subordinados. Por isso, se fez necessário compreender a construção do processo histórico e a desigualdade pela dimensão da colonialidade do poder, proposta por Quijano, que se expressa no plano político e econômico, hierarquizando e classificando grupos humanos e lugares (QUIJANO, 2005).

O fim da escravidão legal no Brasil foi impulsionado por fatores externos e internos e ocorreu de modo lento e gradual, fazendo com que o país se tornasse o último a abolir a prática no continente americano. A partir da segunda metade do século XIX, uma série de legislações abolicionistas, foram promulgadas paulatinamente. A primeira delas, foi a Lei Eusébio Queirós, assinada em 04 de setembro de 1850, que proibia o tráfico transatlântico. Dias depois, em 18 de setembro de 1850, foi aprovada a Lei de Terras que estipulou formas para a regularização fundiária, fazendo com que terras inocupadas passassem a ser vendidas pelo Estado e não doadas, como era feito até então. Para os fazendeiros, o valor da compra da terra era aceitável para expandir os domínios, porém, para pobres e alforriados, o custo da terra era o suficiente para que não pudessem obter pequenas propriedades e assim, “[...] restringia-se a possibilidade de existência da pequena propriedade, preservando-se a estrutura latifundiária da terra” (GADELHA, 1989, p. 162).

Em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre e em 1885, a Lei dos Sexagenários. Essas leis, na prática, foram ineficazes e indicavam o desejo de manutenção do sistema. Em 1888, foi assinada a Lei Áurea, que extinguiu formalmente a escravidão. No ano seguinte, em 1889, a Proclamação da República instaura um novo período político, no qual se pressupunha a universalização dos direitos básicos, como educação, saúde, emprego, entre outros.

É necessário não ignorar o fato de que apesar das ideologias do movimento abolicionista nacional e do projeto republicano, o sistema escravista declina em função das transformações econômicas do período. A emergência do capitalismo industrial desenvolve um novo modelo comercial que torna o escravismo um entrave. A busca pelo aumento dos lucros e a ampliação dos mercados pelas nações industrializadas tornava a manutenção de uma população escravizada inviável em um modelo que almejava a expansão de consumidores. Por outro lado, a própria expansão do sistema capitalista, a busca por matérias-primas, a angariação de metais preciosos, a possibilidade de obter mão de obra barata e o fato de encontrar locais para investimento, desembocou no imperialismo europeu. Essa política fez com que estes países invadissem os continentes africano e asiático, justificando sua dominação com base nas teorias raciais.

Apesar de se constituírem como marcos legais importantes, A Lei Áurea não veio acompanhada por um programa de políticas públicas promovidas pelo Estado a fim de gerar mudanças estruturais, assim como a instauração da República não garantiu os direitos básicos à população negra e “por isso, muitos libertos tiveram que se submeter a uma situação de vida, análoga à escravidão” (GOMES, 2018, p. 102) em troca de um baixo salário ou parte da colheita.

As oligarquias latifundiárias, durante a República Velha, mantiveram seus interesses ao passo em que incorporaram as teorias de branqueamento, dando preferência pela mão de obra europeia, que aumentou significativamente no Brasil após a abolição. Na época, conforme aponta Florestan Fernandes:

os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho (FERNANDES, 1978, p. 98)

Desse modo, a população negra foi obrigada a aceitar atividades laborais degradantes, recebendo baixos salários e tendo que conviver com um racismo silencioso e violento. Os que habitavam nos centros urbanos, se instalavam em moradias precárias, como nos cortiços. Praticamente não tinham acesso à educação e poucos conseguiam ascender socialmente. Com o início do século XX, fortifica-se no imaginário social o que Roberto da Matta chamou de fábula das três raças:

[...] esse triângulo foi mantido como um dado fundamental na compreensão do Brasil pelos brasileiros. E mais, como essa triangulação étnica, pela qual se arma geometricamente a fábula das três raças, tornou-se uma ideologia dominante, abrangente, capaz de permear a visão do povo, dos intelectuais, dos políticos e dos acadêmicos de esquerda e de direita, uns e outros gritando pela mestiçagem e se utilizando do «branco», do «negro» e do «índio» como as unidades básicas através das quais se realiza a exploração ou a redenção das massas. (DAMATTA, 1981, p. 63)

Na década de trinta, o recifense Gilberto de Mello Freyre argumentava que a hibridez existente na figura do brasileiro era advinda da contribuição que cada raça dava na construção de uma identidade. Seu livro “Casa-Grande & Senzala”, publicado em 1933, que suavizava os conflitos raciais, se tornou o apogeu da democracia racial⁴, servindo como principal elemento para constituir o projeto de identidade nacional brasileira durante as primeiras décadas da República.

Alegando que o abismo social entre os dominantes e os dominados seria mudado pelo cruzamento racial, o autor defendia a miscigenação, o autor alegava que “a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala” (FREYRE, 1980, p. 33). Bernardino frisa que “o mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de Casa-grande & Senzala, mas ganhou através dessa obra, sistematização e status científico”

⁴ A terminologia “democracia racial” atribuída ao pensamento de Gilberto Freyre, não consta diretamente nos escritos do autor. Segundo as pesquisas de Antonio Guimarães (2006), acredita-se que “o termo teria sido usado pela primeira vez por Roger Bastide num artigo publicado no Diário de S. Paulo em 31 de março de 1944, no qual se reporta a uma visita feita a Gilberto Freyre, em Apipucos” (GUIMARÃES, 2006, p. 138). Ainda segundo Guimarães, Freyre teria usado a expressão “democracia étnica”, para se referir a catequese jesuítica em uma conferência universitária no estado de Indiana em 1944. Em 1950, Abdias do Nascimento no I Congresso do Negro Brasileiro de 1950 empregou o termo “democracia racial” em seu discurso e primeira aparição literária da expressão teria sido aparecido na “Introdução”, escrita por Charles Wagley em 1952, do primeiro volume de uma série de estudos sobre relações raciais no Brasil, patrocinado pela UNESCO (GUIMARÃES, 2006, p. 139).

(BERNARDINO, 2002, p. 251). Com isso, Freyre alegava a existência de um convívio cordial e harmonioso entre negros, brancos e indígenas.

Ao passo que buscava apagar as contradições e harmonizar as desavenças que levariam à diluição dos conflitos, destacando os aspectos positivos na mestiçagem, o pensamento freyriano robusteceu a ideologia do branqueamento. Desta forma, abasteceu de argumentos a elite branca. Ela, por sua vez, utilizava o mito da democracia racial para se proteger, legitimando a discriminação, fazendo com que seu grupo continuasse a usufruir dos seus privilégios raciais.

Freyre, também defendeu que o escravismo no Brasil teria sido cordial, brando e afetuoso em relação a outros países. Sobre isso, ele argumenta que "desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América" (FREYRE, 1980, p. 393). Além de Freyre, vários outros livros de autores brasileiros e brasilianistas corroboravam com essa ideia, inclusive quando ainda este sistema era vigente no país.

A ideia de que escravizados ganhavam um tratamento mais brando no Brasil, é registrado desde o século XVIII. Jean Baptiste Debret, por exemplo, que esteve no Brasil, com a Missão Artística Francesa, no livro "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil", publicado ainda na primeira metade do século XIX, alegou que aqui era "seguramente a parte do Novo Mundo onde o escravo é tratado com maior humanidade" (DEBRET, 1949, p. 264). Já o pintor alemão Johann Moritz Rugendas, que também esteve no Brasil na primeira metade do século XIX, tinha uma visão altruísta sobre os escravocratas. No livro "Viagem pitoresca através do Brasil" de João Maurício Rugendas, aparecem relatos do pintor. Em um deles, sobre a chegada de escravizados a uma fazenda, descreveu que os senhores davam um bom tratamento aos cativos, "[...] não sendo por isso de estranhar que em geral se mostrem contentes e logo esqueçam suas desventuras anteriores" (RUGENDAS, 1940, p.177). Nesse rol de escritores também estão: Pandiá Calógeras, Manuel de Oliveira Lima, Nina Rodrigues, entre outros. Dessas pressuposições surgiriam ideias que afirmavam a ausência de conflitos que conduziram a criação de uma visão pacifista dentro processos históricos brasileiros durante várias décadas, como salienta Guimarães:

Em termos literários, desde os estudos pioneiros de Gilberto Freyre no início dos anos 30, seguidos por Donald Pierson nos anos 40, até pelo menos os anos 70, a pesquisa especializada de antropólogos e sociólogos, de um modo geral, reafirmou (e tranquilizou) tanto aos brasileiros quanto ao resto do mundo o caráter relativamente harmônico de nosso padrão de relações raciais (GUIMARÃES, 1999, p. 26).

Como visto, a população negra foi submetida ao discurso da miscigenação. Já a elite, ao mesmo tempo em que, realizava uma forma de integração excludente, que segregava o povo negro como elemento constituinte da formação nacional, elencava o branqueamento com um acontecimento irreversível. Esse processo, iniciado com o fim da escravidão e o advento da República, operava em nível discursivo e ideológico, escondendo as contradições de uma sociedade que passou por um processo de reordenamento interno com base nos valores raciais europeus e que se estendem até os dias atuais. Um exemplo disso, era o fato de que a elite estava vinculada quase que totalmente ao estrangeiro no seu imaginário, operando no país com uma voracidade colonial.

A escritora Gayatri Chakravorty Spivak, com base no modelo da sociedade indiana, analisou a figura do sujeito subalterno e a relação entre quem representa e como isso é percebido para os que são representados. O sujeito da subalternização, segundo a autora, pertence “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). Assim, a subalternização se caracteriza pela invisibilização social, política e econômica.

É relevante considerar o fato de que Spivak desenvolveu sua análise baseada em uma sociedade formada por castas sociais. Ainda que no Brasil estas castas sociais não existam justificadas com no sistema religioso preponderante, a estrutura patrimonialista de dominação existente no Brasil permite algumas comparações. No caso brasileiro, no período republicano persistiu uma ação sistemática, que impedia a inclusão e a ascensão do negro na sociedade. Spivak (2010) entende que dentro do sistema de violência epistêmica do subalterno (colonizado), existem estratégias que conduzem a neutralização desse grupo. Esse sistema, impele esses grupos à invisibilização, fazendo com que os sujeitos sejam expropriados de qualquer possibilidade de representação, levando ao seu silenciamento. Para ela, a

superação desse fator ocorre mediante a questão da consciência e da conscientização da resistência da/na subalternidade.

O mito da democracia racial, caracterizado por um processo histórico de violência simbólica e exclusão cotidiana da população negra, arraigado nas relações sociais reiterou a crença de que as dificuldades que a comunidade negra passava estavam no mesmo patamar de enfrentamento pelo qual passava a população pobre no Brasil. Abdias do Nascimento, aponta que:

Devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, 1978, p. 92)

Portanto, diferentemente do que havia, por exemplo nos Estados Unidos, o problema da população negra foi compreendido como a falta de oportunidades inserção nos meios de acesso e consumo, e não como casos de racismo e discriminação, fazendo com que as marcas raciais na sociedade fossem consideradas irrelevantes.

No período, a elite defendia que o sistema social ofertava oportunidade de forma igualitária à população, sem realizar distinção de cor e que por isso, a condição de vulnerabilidade existente nas famílias negras era fruto de suas próprias inabilidades, como explica o historiador estadunidense George Andrews:

A realidade continuada da pobreza e marginalização dos negros não era vista como uma refutação da ideia de democracia racial, mas sim como uma confirmação da preguiça, ignorância, estupidez, incapacidade etc., o que impedia os negros de aproveitar as oportunidades a eles oferecidas pela sociedade brasileira (ANDREWS, 1988, p. 210)

O tratamento em relação a aplicação da política do branqueamento começa a se modificar a partir do final da década de 1940, quando pesquisadores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Roger Bastide, atrelados à Universidade de São Paulo, desenvolvem estudos sobre as relações raciais no Brasil, criticando a democracia racial, refutando a fábula sobre o convívio harmônico entre esses grupos. A partir de análises empíricas, demonstraram as formas de existência de racismo, salientando como ele é determinante nas relações sociais no país. Até os dias atuais, a perspectiva racial simbólica exclui determinadas populações de processos de protagonização. Se valendo do título de nação mestiça, o sistema

sociocultural brasileiro, opera mecanismos de racialização que levam a discriminação e a exclusão.

1.2 O PERÍODO REPUBLICANO E A LUTA POR IGUALDADE: A ORGANIZAÇÃO DA MILITÂNCIA AFROBRASILEIRA POR MEIO DO MOVIMENTO NEGRO

A manutenção do racismo que fora adensado pelas teorias raciais, ao mesmo tempo em que dificultou a organização da população negra em torno de sua identidade, também estimulou a resistência desses grupos a fim de combater as práticas discriminatórias e racistas. A identidade negra é fruto de um processo historicamente construído, permeado pelo projeto de branqueamento, do mito da democracia racial e o racismo velado. Esse processo identitário se desenvolveu a partir do contato, do embate, da permuta e da negociação com o outro, especialmente no plano simbólico.

Na condição de escravizados, a busca de assimilação era sustentada por uma lógica na qual o sujeito colonizado poderia obter os costumes, porém nunca estaria integrado à sociedade. Na década de 1950, o martinicano Frantz Fanon publicou o livro “Pele negra, máscaras brancas”. Nele, o psiquiatra verificou que a assimilação existente era fruto de um processo de alienação da cultura dominante. Para ele, a situação colonial determina práticas por ambos os lados. Assim, dentro do sistema de alienação produzido pelo *modus operandi* do colonialismo, o assimilado busca se aproximar à cultura dominante, crendo que seus saberes e costumes são inferiores. Com a população negra, o racismo despersonaliza as pessoas, que buscam formas de embranquecimento, seja no âmbito estético ou cultural. Já na população branca, gera-se o complexo de autoridade, no qual se produz a sujeição dos grupos e a hierarquização, como exemplifica Fanon para o caso da Martinica:

Há na Martinica duzentos brancos que se julgam superiores a trezentos mil elementos de cor. Na África do Sul devem existir dois milhões de brancos para aproximadamente treze milhões de nativos, e nunca passou pela cabeça de nenhum nativo sentir-se superior a nenhum branco. (FANON, 2008, p. 90)

Desse modo, tanto a sensação de superioridade como a de inferiorização não são essências humanas, mas construções socioculturais geradas na colonização e

que passam a fazer parte da colonialidade, apontada por Quijano. Sobre os processos opressores da identidade negra, Neuza Souza explica que "para o psiquismo do negro em ascensão, que vive o impasse consciente do racismo, o importante não é saber viver e pensar o que poderia vir a dar-lhe prazer, mas o que é desejável pelo branco" (SOUZA, 1983, p. 7). A psicanalista ainda enfatiza que o sofrimento do negro nessa questão de branqueamento é inevitável no processo de ascensão.

Como abordado anteriormente, o fim formal do escravismo em 1888 também não representou a integração da população negra na sociedade brasileira. A política do branqueamento da população brasileira, entendida pela elite como o único meio de se chegar ao progresso, e de particularmente resguardar sua hegemonia, se difundiu durante o mesmo período em que ocorre o início da industrialização de algumas regiões do Brasil, particularmente o Sudeste e Sul, no Brasil. Marilena Chauí, enfatiza que:

É preciso lembrar que a classe dominante manipula a noção de representação para produzir a exclusão. Em segundo lugar, a classe dominante considera este que é inferior como perigo, por isso ela legitima o seu extermínio. Então nós precisamos lidar com todas as contradições da representação, porque a nossa representação em uma sociedade racista e dividida em classes legitima o racismo, a opressão, a exclusão, e o extermínio (CHAUÍ, 2013, p.88).

Sendo assim, a filósofa ressalta que a representação nas sociedades baseadas na divisão social de classes é utilizada pelas classes dominantes para oferecer uma visão dos dominados, de forma que o outro se constrói, no imaginário social, como inferior naturalmente. Dentro da perspectiva da colonialidade do poder, o outro é definido como racialmente inferior e não possui reivindicações ou perspectivas e "a representação é utilizada para legitimar a exclusão racial no espaço público" (CHAUÍ, 2013, p. 88).

Como apontado, foi a partir dos próprios mecanismos de exclusão que a população negra criou formas de organização e resistência. Com o início da República, a população negra é liberta e foi transformada então como uma grande reserva de força de trabalho, ainda que não fizesse parte dos desejos e aspirações dessa população servir unicamente como mão de obra. Excluídos até mesmo desse processo, emergem as primeiras formas de militância. Sobre esse processo de organização na América Latina, Andrews analisa que:

Os movimentos negros obrigaram as sociedades latino-americanas a reconhecer, confrontar e começar a combater os preconceitos raciais; mas na maior parte dos países da região este processo de questionar e repensar o passado e o presente raciais está apenas começando. À medida que os americanos afro-latinos continuarem a avançar e a entrar nas classes médias da região, os movimentos raciais desempenharão um papel necessário nos próximos anos e décadas. A história de séculos das irmandades religiosas, dos clubes sociais, dos partidos políticos e das organizações cívicas dos afrodescendentes está longe de acabar. A política racial, parte tão integrante dos séculos XIX e XX, está conosco no século XXI, e talvez além (ANDREWS, 2007, p. 318).

Petrônio Domingues, no artigo “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos” (2007), compreende que o movimento negro brasileiro possuiu três grandes períodos. A primeira fase (1889-1937) utilizou uma estratégia cultural de “inclusão” de caráter assimilacionista. Já a segunda fase (1945-1964), período o qual foram realizadas as publicações do jornal “Quilombo”, contou com estratégia cultural de “inclusão” de caráter integracionista. Por fim, a terceira fase (1978-2000) desenvolveu uma estratégia cultural de “inclusão” de caráter diferencialista, ou seja, que reivindicou a igualdade na diferença.

Na fase assimilacionista, para subverter a condição de marginalização no início da República, alforriados e seus descendentes estabeleceram movimentos de organização racial negra, formando inicialmente diversos agrupamentos, como grêmios, clubes e associações. Petrônio Domingues, demonstra que:

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Segundo Henrique Cunha Junior, alguns desses agrupamentos dos homens de cor eram formadas por “[...] determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical” (CUNHA JUNIOR, 1992, p. 32). Essas organizações predominavam pelo cunho assistencialista, recreativo e cultural, e eram agrupações autogestionadas.

Esses agrupamentos, que por vezes, eram responsáveis pelos jornais da imprensa negra brasileira no início do século XX eram escritos por pessoas que se

auto denominavam pertencentes a classe dos “homens de cor”. Para se inserir no grupo dos “homens de cor”, era necessário agir conforme as regras de conduta moral estipuladas. Livia Tiede explica que “[...] os negros mais próximos dos jornais se auto intitulam, antes de 1924, de ‘homens de cor’, e eles próprios nomearam os ‘outros negros’, que não corroboraram sua conduta de ‘pretos’.” (TIEDE, 2005, p. 23). Essas normas eram registradas em artigos e colunas dos jornais escritos por eles.

Entre as reivindicações da população negra, a educação era um aspecto prioritário, uma vez que o analfabetismo e a morosa inserção nas instituições de ensino oficiais se estabeleciam como uma das principais dificuldades para a inserção no mercado de trabalho. George Andrews, postula que a partir da década de 1920, a população negra passa a ter acesso à educação e ao trabalho em indústrias em São Paulo. Medidas estatais na década de 1930, que defendiam a nacionalização do mercado, fizeram com que houvesse limitação da entrada de imigrantes no Brasil. Sobre a situação da população negra em relação à escolaridade e inserção no mercado de trabalho nesse período, ele destaca que:

Este foi um nível de realização educacional consideravelmente menor do que a população branca; mas ainda produziu um significativo número absoluto de não-brancos concorrentes para posições de colarinho branco como trabalhadores de escritório, executivos, profissionais e tecnicistas. Como estudos estatísticos e evidências anedóticas indicam, ambos, no entanto, que quando negros e mulatos procuraram obter essas posições enfrentam grandes obstáculos de preconceito e discriminação (ANDREWS, 1996, p. 493, tradução nossa).

Entretanto, como o historiador assinala, os afrobrasileiros não tiveram grandes chances de enquadramento social no mercado em profissões de trabalho não manual (white-collar). Do mesmo modo, uma parte considerável deste tipo de emprego era promovido pelo estado, que, historicamente, esteve mais empenhado em consolidar uma classe média branca. Isso dificultava o acesso à classe média pela população negra, já que os postos em que eles conseguiam ser empregados não possuíam salários atraentes. Questões como essa tensionaram a necessidade de maior articulação entre as comunidades negras no Brasil, para que houvesse mobilização expressiva na cobrança dos direitos civis e jurídicos.

Desse modo, durante o fim da República Velha, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, no evento conhecido como “Revolução de 30”, os grupos dos

“homens de cor”, terminologia usada no período, se tornaram mais expressivos, sendo fundada a Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931.

A FNB é considerada o primeiro movimento racial organizado reivindicatório no período pós-abolição. Nesse momento, o crescimento do populismo de orientação nacionalista, fez com que a democracia racial se tornasse uma ideologia oficial, elencando-se traços da cultura afrobrasileira como símbolos da identidade nacional, como o samba e a capoeira.

Nilma Lino Gomes explica: “entende-se como Movimento Negro, as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno da sociedade” (GOMES, 2017, p. 23). A professora e ativista, usa expressão movimento no singular, pois ela o compreende como um sujeito político de caráter coletivo e que possui uma trajetória histórica, sendo “[...] participante da articulação transnacional com outros movimentos e ONGs na luta pela construção de uma sociedade democrática” (GOMES, 2011, p. 133).

Para Gomes, a sistematização dos saberes específicos construídos pela população negra, ao longo de sua experiência social, cultural, histórica, política e coletiva colaboram para a superação dos estereótipos e construção de uma convivência democrática que respeita as raízes do povo negro. No entanto, esse processo, é mediado, de forma contraditória pelo Estado, que opera em instâncias diferentes. Sendo assim, se por um lado, a população, através de seus representantes impulsiona a criação de políticas públicas, obtendo conquistas por meio da promulgação de legislações de cunho afirmativo, esse mesmo grupo sofre as ações excludentes e violentas promovidas pelo mesmo poder estatal, que aplica a violência física ou se ausenta diante dos direitos básicos voltados para esse grupo.

Com isso, o movimento negro buscou construir identidade em torno da etnicidade e do combate à discriminação. No Brasil, percebe-se que ele se apresentou de forma diversificada e pulverizada, isto é, existem diversos grupos simultâneos baseados nos mesmos pressupostos, porém com abordagens diferentes, dada a realidade local e as possibilidades de articulação com os seus pares. Refutando aspectos da construção da história oficial, fornecem dados que geram uma nova interpretação da trajetória da população negra no Brasil.

A Frente Negra Brasileira, enquadrada na primeira fase do movimento negro brasileiro, vai se definir por meio de um perfil assimilacionista, fase em que a militância se guiava por princípios ideológicos mais amplos, orientados pela defesa do nacionalismo nos anos 1930, conforme aponta Petrônio Domingues (DOMINGUES, 2007, p. 117). Nesse início de luta organizada, a FNB ainda era permeada pelo processo de assimilação que o ideal de branqueamento produziu nas consciências dos sujeitos negros, se alinhava à proposta da democracia racial, ainda que buscasse ressignificar as concepções atreladas à imagem da população negra na sociedade. Essas ideias se expressavam no jornal organizado pela FNB, “A Voz da Raça”, que circulou de 1933 a 1937.

Durante a sua existência, a FNB atuou no estado de São Paulo, possuindo mais de 60 delegações, tendo intencionado operar no plano nacional. Neste período, ela conciliou o caráter recreativo, beneficente e político, sendo composta por vários departamentos que promoviam o entretenimento de seus membros. Ainda, a FNB criou escolas e promoveu cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos.

Jerry Dávila ao analisar o Brasil, entre os anos de 1917-1945, verificou como a ideia de democracia racial se tornou o mito orientador da nação durante a maior parte do século XX, impactando diretamente com o aumento e descaso das desigualdades raciais. Sobretudo, a partir do governo Vargas, a escola pública tornou-se um instrumento de branqueamento da nação, a partir da adoção de princípios eugênicos, forjando “[...] um Brasil mais europeu e preso a um senso de modernidade vinculado à brancura” (DÁVILA, 2006, p. 25).

A educação pública do período salientava aspectos higienistas. Sobre isso, Dávila conclui que, ainda que tenham surgidos recursos e oportunidades para pessoas historicamente excluídas, estes “[...] participantes na educação pública foram tratados de maneira desigual - os alunos pobres e de cor foram marcados como doentes, maladaptados e problemáticos” (DÁVILA, 2006, p. 13). Educadores e intelectuais, buscando salvar o Brasil, do que acreditava-se levar a degeneração da população “[...] construíram escolas em que quase toda ação e prática estabelecia normas racializadas e concedia ou negava recompensas com base nelas” (DÁVILA, 2006, p. 25). Nesse sentido, a brancura passou a simbolizar as virtudes almejadas referente à saúde, à cultura, à ciência e à modernidade.

Entre as atividades realizadas também pela FNB havia grupo musical, time de futebol e grupo teatral; oferecia assistência jurídica, serviço médico e odontológico; além de cursos de formação política, de artes e ofícios. Analisando as conquistas, Miles evidencia que FNB:

[...] conseguiu liberar o acesso ao ringue de patinação de gelo da cidade de São Paulo, que antes proibia a entrada de afro-brasileiros. A Frente protestou junto à polícia e se alega que se ameaçou uso de violência caso a administração do ringue não alterasse suas regras. Após o incidente, a polícia fez circular um memorando que reconhecia às pessoas de cor o direito de frequentar o ringue de patinação. Outro acontecimento que concedeu legitimidade e popularidade à Frente Negra se deu com a sua habilidade de pressionar a polícia estadual a extinguir práticas racialmente discriminatórias na contratação (MILES, 2017, p. 112-113).

Dessa forma, Miles destaca alguns avanços obtidos por intermédio da Frente Negra, que se deu também pela insistência das populações afrobrasileiras em infringir as proibições e dar continuidade as suas tradições, seja no campo religioso, com o candomblé e a umbanda (mesmo com perseguições policiais), seja no âmbito social, ao insistir em realizar festas de carnaval marcadas por elementos africanos.

Em 1936, a FNB transformou-se em partido político. Porém, como salientado por Roger Bastide “[...] a supressão de todos os partidos políticos pelo Estado Novo e o regime de censura à imprensa devia acabar ao mesmo tempo com a existência da Frente Negra e dos jornais de pretos” (BASTIDE, 1951, p. 133). Isso representou a descontinuidade da FNB em 1937, junto com todas as outras organizações políticas, durante o início do período ditatorial. Ex-integrantes, como Raul Joviano Amaral, rebatizaram a organização de União Negra Brasileira, que sobreviveu até 1941.

Em 1942, Frazier publicou estudos comparativos sobre as relações entre negro e brancos no Brasil e no Estados Unidos. O autor assinalou que, diferentemente dos Estados Unidos, o Brasil não estabeleceu diferenças jurídicas com base na questão racial, porém quando a situação é esmiuçada, percebe-se que há diferenças baseadas na cor, pois “[...] certas distâncias sociais são mantidas por um sistema sutil de etiqueta” (FRAZIER, 1942, p. 293). O sociólogo afro estadunidense evidenciou essa questão especialmente nos clubes e hotéis, frequentados pela classe média e alta, que não admitia pessoas negras nesses

locais, demonstrando que essa sutil exclusão era feita pelo Estado e pelos comércios e prestadores de serviço.

O Estado Novo de Vargas, inspirado na ascensão do regime nazifascista, se caracterizou pelo integralismo e pela supressão de direitos e pela repressão política. Com o enfraquecimento desse cenário, reascende a organização da população negra no cenário político. Em 1943, surge em Porto Alegre, a União dos Homens de Cor (UHC). Luiz Aguiar Pinto a classificou como “uma organização destinada à ação contra o preconceito de cor e pelo alevantamento moral e cultural do negro, por via, principalmente, da assistência social” (PINTO, 1952, p. 302). Cinco anos após sua fundação, “a UHC contava [...] com representação em pelo menos onze estados do país: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná” (SILVA, 2003, p. 224-225).

Uma das táticas políticas realizadas pela UHC foi firmar alianças com personalidades e autoridades locais que demonstravam sensibilidade ao combate do racismo no país. Joselina da Silva, aponta que “seus líderes chegavam, algumas vezes, a sugerir uma possível crítica ao sistema, sem, contudo, reivindicar uma postura de confronto com o Estado ou seus representantes” (SILVA, 2003, p. 229). A UHC, assim como vários outros grupos, além de promover formas de participação e ascensão social da população negra, buscava a inclusão deles no projeto de nação brasileira.

Desse modo, ao longo de sua atuação na sociedade, o movimento negro se vale da categoria raça como construção social a partir da resignificação e da politização do termo. Assim, integrantes produziram estudos que demonstram como essa categoria implica desigualdades sociais, não apenas como um legado do passado colonial escravista, mas também como um acontecimento complexo que envolve as esferas econômica, política e cultural.

O movimento negro de caráter reivindicatório adensou-se com o Teatro Experimental Negro, na fase integracionista. Assim, em 1944, na cidade do Rio de Janeiro, Abdias do Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN). Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva no artigo “Movimento negro e educação” destacam que:

O fato de a centralidade do movimento negro ser mais percebida na cidade do Rio de Janeiro, neste momento, fins dos anos 40 e início dos 50, não é

um acaso. Na Capital Federal, mobilizam-se forças de diferentes naturezas para interferir na Constituinte de 1946. Havia um enorme movimento em prol da democratização do país (GONÇALVES, SILVA, 2000, p. 146 - 147).

Nesse período, a militância negra estreita laços com outros grupos progressistas da sociedade, como a intelectualidade nacional e estrangeira. Conforme apontam Gonçalves e Silva (2000), o movimento da negritude e a ressignificação do termo se tornou central para a imprensa negra nos anos 50 com as ideias de Aimé Césaire, Leopold Sedar Senghor, Léon Damas, Langston Hughes, que questionavam os preconceitos baseados na cor e na raça. Além disso, o início dos movimentos de libertação e independência afro-asiáticos, assim como o racismo em queda devido à derrota do nazismo, também marcam esse momento histórico. É nesse contexto que figuras como Abdias do Nascimento tornam-se expressivas.

Em seu artigo “Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões”, Abdias explica que como economista não entendia de teatro, porém se sentia incomodado pelo fato dos negros ocuparem papéis secundários e desonrados, ao passo que não existiam protagonistas negros, mesmo que estes fossem indispensáveis. Segundo Abdias, o TEN:

Propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra (NASCIMENTO, 2004, p. 210).

Isso significava que o TEN fora fundado para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira. Discriminação racial; miscigenação; segregação e identidade fizeram parte da pauta desse movimento para refletir sobre a origem dos problemas dos negros no Brasil e as formas de buscar uma solução para isso. Ainda hoje, essas demandas fazem parte dos mesmos problemas pelos quais o TEN confrontava.

Sendo assim, o teatro objetivava formar atores negros devido às poucas oportunidades que eram dadas aos afrobrasileiros. Essa formação de atores negros, também tinha como expectativa criar referências para uma população com poucos referentes, em um período em que se começam a efetivar a mídia televisiva, bem como visava combater os processos cotidianos de inferiorização e violência, sobretudo, na esfera simbólica.

Em função disso, o TEN buscava nas comunidades negras interessados em obter a formação e os ensinavam sobre artes cênicas. Seus primeiros participantes foram empregados domésticos, faxineiros, desempregados, operários, marginalizados e funcionários públicos modestos. Isso possibilitou que essas pessoas, a partir das atividades desenvolvidas pelo TEN, pudessem reivindicar um espaço social e economicamente transversal ocupado pela população negra no Brasil.

A atuação do TEN começou pelo processo de alfabetização de seus integrantes, que girava em torno de “seiscentas pessoas, entre homens e mulheres” (NASCIMENTO, 2004, p. 211). Também foram ofertados cursos de iniciação à cultura geral e primeiras noções de teatro e interpretação. Ao mesmo tempo, a população preta e parda iniciava um tímido processo de resgate da ancestralidade africana, utilizando para compreender a negritude e assim firmar o processo de construção da identidade negra que foi essencial para compor uma solidariedade organizada contra a discriminação.

A ação das mulheres foi relevante dentro do TEN. Elisa Nascimento pontua que “Arinda Serafim, Marina Gonçalves, Elza de Souza e Ruth de Souza estavam entre os primeiros quadros da organização; Ilena Teixeira, Mercedes Batista, Léa Garcia, Guiomar Ferreira de Mattos, Marieta Campos Damas e muitas outras levaram adiante essa atividade” (NASCIMENTO, 2003, p. 305).

Dentro das estratégias de atuação do TEN, verificou-se a organização e concretização de eventos de caráter intelectual, político e cultural, feitos entre os anos de 1945 e 1950. Entre estas ações está a própria criação do jornal “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”, o qual serviu também como informativo dos ideais do TEN.

A década de 1950 também marcou o início de modificações no campo epistemológico sobre raça e racismo no Brasil, tanto entre pesquisadores brasileiros como entre pesquisadores estrangeiros. As críticas sobre discriminação racial, desigualdade e exclusão estiveram presentes no I Congresso do Negro Brasileiro e no jornal “Quilombo”, ambos promovidos pelo TEN.

No contexto internacional, as primeiras formas de mudança do discurso racial começaram na década de 1950 com a Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a partir de uma série de estudos encomendados. Segundo Marcos Maio, o psiquiatra brasileiro Arthur Ramos enquanto diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO propôs, por volta de 1949, estudos raciais:

Em meados de outubro de 1949, dois meses após assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, Arthur Ramos finalizou o delineamento de um plano de trabalho no qual estava previsto o incremento de investigações sociológicas e antropológicas no Brasil. Em sintonia com as crescentes preocupações da agência internacional com os problemas do racismo e com as dificuldades socioeconômicas vividas pelos países subdesenvolvidos, Arthur Ramos considerava ser necessária, junto com o programa contra o analfabetismo já implementado pela Unesco em colaboração com o governo brasileiro, uma atenção especial ao estudo dos grupos negro e indígena para a tarefa de sua integração ao mundo moderno. (MAIO, 1999, p.142)

Pesquisas demonstravam, a nível internacional, que o racismo estava presente no Brasil. Durante a 5ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 1950, ocorrida em Florença, foi aprovado a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil. O projeto UNESCO ocorreu entre os anos de 1951 e 1952. Ele amparou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. O Brasil foi escolhido, sobretudo, por refletir uma imagem de democracia racial. Sobre isso, Maio explica que:

O programa de estudos, que se convencionou denominar Projeto UNESCO, não apenas gerou um amplo e diversificado quadro das relações raciais no Brasil, mas também contribuiu para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista. (MAIO, 1999, p.141)

Deste modo, o projeto UNESCO se estabeleceu como um marco em relação às novas perspectivas sociológicas sobre a sociedade brasileira, pois além de desenvolver novos estudos acerca das relações raciais brasileiras, permitiu que os pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, uma ampliação da reflexão sobre a situação racial, assim como a análise, sob novos olhares, das relações entre classe e raça no Brasil.

Na época do projeto UNESCO, Lévi-Strauss ocupava o cargo de secretário geral do Conselho Internacional de Ciências Sociais da UNESCO. A frente do posto, escreveu o texto “Raça e História”, em 1952. Seu texto discorria sobre a diversidade cultural, alegando que a humanidade se organiza “[...] através de modos extraordinariamente diversificados de sociedades e de civilizações; esta diversidade

intelectual, estética, sociológica não está ligada por nenhuma relação de causa e efeito àquela que existe, no plano biológico” (STRAUSS, 1952, p. 1). Ao realizar uma crítica em relação as propostas do evolucionismo social, o autor coloca as implicações do etnocentrismo, no qual o ocidente analisa as outras culturas a partir de suas próprias categorias. Nas décadas seguintes, uma série de estudos documentaram e corroboraram os dados levantados sobre a desigualdade racial na sociedade brasileira.

1.3 A IMPRENSA NEGRA NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

Entre o final do século XIX e início do XX, apareceram uma série de periódicos como revistas e jornais desenvolvidas por cidadãos negros que se dirigiam aos seus pares, com o intuito de desenvolver uma ferramenta de comunicação, criando um canal para relatar as reivindicações e reportar as conquistas. Essa série de publicações que compuseram a chamada imprensa negra tiveram uma função fundamental no desenvolvimento de uma identidade afro-brasileira.

Oliveira Ferreira Silveira (2005), classifica o jornal “O Homem de Cor”, publicado pela primeira vez em 1833 com editoração de Francisco de Paula Brito, como a gênese da imprensa negra no Brasil. Segundo Silveira, ainda outros periódicos surgiram no século XIX, como os jornais “Brasileiro Pardo”, “O Cabrito”, “O Crioulinho” e “O Lafuente”, também publicados no mesmo ano. Em seguida vieram os jornais “O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social” em 1876, “A Pátria” em 1889 na cidade de São Paulo e “O Exemplo”, em 1892 em Porto Alegre. Sobre os periódicos no início do século XX, Domingues realizou um levantamento que demonstra que:

Em São Paulo [...] foram publicados [...]: O Combate, em 1912; O Menelick, em 1915; O Bandeirante, em 1918; O Alfinete, em 1918; A Liberdade, em 1918; e A Sentinela, em 1920. No município de Campinas, O Baluarte, em 1903, e O Getulino, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo [...]. Surgiram jornais dessa mesma natureza em outros estados, como a Raça (1935), em Uberlândia/MG, o União (1918), em Curitiba/PR, O Exemplo (1892), em Porto Alegre/RS, e o Alvorada, em Pelotas/RS. Este último – publicado com pequenas

interrupções de 1907 a 1965 – foi o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Esses jornais focavam nas moléstias que afetavam a população negra na esfera laboral, habitacional, educacional e da saúde. Do mesmo modo, denunciavam a segregação racial que vinham sofrendo ao tentar frequentar certos estabelecimentos, espaços públicos e instituições. Andrews, revela que “os jornais negros localizados na capital regularmente comentavam incidentes de negros que não eram servidos em bares, hotéis, restaurantes e barbearias nas cidades menores do Estado” (ANDREWS, 1998, p. 216). Operando como uma tribuna privilegiada, esses periódicos se propunham a desenvolver soluções práticas a questão do racismo e da discriminação na sociedade brasileira.

Embora esses editores não estivessem inseridos em classes sociais privilegiadas, os jornalistas simbolizavam um grupo de intelectuais negros, pertencentes a um seleto grupo de alfabetizados. Sabrina Balsamore, esclarece que “[...] dentro desse grupo de intelectuais, pouquíssimos pertenciam de fato à grande burguesia, pois atuavam, em geral, como funcionários públicos de baixo escalão, motoristas particulares, cozinheiros, etc” (BALSALOBRE, 2010, p.19). Gomes enfatiza que:

A imprensa negra rompe com o imaginário racista do final do século XIX e início do século XX que, pautado no ideário do racismo científico, atribuía à população negra o lugar de inferioridade intelectual. Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época” (GOMES, 2017, p. 19).

Nesse sentido, a imprensa negra atuava como instrumento de luta dos negros em relação à sociedade estabelecida. Luiz Gonçalves e Petronilha Silva frisam que “por intermédio dos jornais negros da época, têm-se informações importantes quanto à existência de escolas mantidas exclusivamente pelas entidades negras, sem qualquer subvenção do Estado.” (GONÇALVES, SILVA, 2000, p. 141). Assim, a imprensa negra relacionava a educação e cultura como questões imbricadas. Além disto, os jornais divulgavam cursos e apresentavam a agenda cultural das entidades, que incluíam atividades como biblioteca, conferências, representações teatrais, concertos musicais e outros.

Miriam Nicolau Ferrara (1986), na pesquisa “A imprensa negra paulista (1915-1963)”, divide a imprensa negra em três períodos. O primeiro vai de 1915 a 1923, o segundo período compreende entre 1924 a 1937 e o último vai de 1945 a 1963.

O primeiro período da imprensa negra, que coincide com a primeira fase do movimento negro (1889-1937), que possuía um caráter assimilacionista, é demarcado por uma conotação pedagógica a fim de conscientizar a população negra a enquadrar-se ao modelo social instituído pela camada dominante e, desse modo, ajustar a inclusão social desses membros. Para atingir essa finalidade, havia uma proliferação de pequenas notas anunciando eventos sociais que envolvessem a população, como festas religiosas, de aniversário ou casamento. Ferrara indica que os editores também realizavam aconselhamentos sobre a modo de se comportar, para que isso desmitificasse no imaginário social a imagem do negro como indolente e preguiçoso.

Na sequência, o segundo período da imprensa negra é marcado com o advento do jornal “O Clarim d’Alvorada” em 1928. Ferrara esclarece que, “se neste segundo período a imprensa trata dos mesmos temas explorados no primeiro, agora o que difere é a maneira de enfocá-los. A produção jornalística atinge seu ápice, sem palavras atenuantes, de forma direta e objetiva [...]” (FERRARA, 1986, p. 104). Essa fase busca unificar a população para pressionar a sociedade civil e o Estado por direitos e reclamar participação na sociedade. Nessa fase, a imprensa negra adquire um caráter mais reivindicatório ao se articular com a Frente Negra Brasileira. O início do Estado Novo marca o fim da liberdade de imprensa e esses jornais só voltariam a circular a partir da redemocratização da política nacional em 1945.

Por fim, o terceiro período, diferentemente das fases anteriores, se caracteriza por explicitar temas políticos, no qual há propaganda política aberta e declaração de apoio a candidaturas. A luta também se dava em relação ao Estado, na sua forma racializada.

Em 1948, o Teatro Experimental do Negro publicou o jornal “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”, cujos dez números foram editados sob a direção de Abdias Nascimento entre 1948 e 1950, foco dessa pesquisa. O jornal surge, como apontado por Petrônio Domingues (2007), na segunda fase do movimento negro (1945-1964) que caráter integracionista, visando a inclusão da população

negra. A última publicação, foi realizada em julho de 1950 e, em seguida, as atividades foram encerradas por falta de recursos. Roger Bastide analisou o motivo da descontinuidade de diversos periódicos realizados pela imprensa negra:

Primeiramente, os jornais de negros não têm grande tiragem; vivem miseravelmente; poucos duram mais de um ano. [...] se esses jornais têm uma existência frágil, é porque se dirigem a uma classe pobre, que não pode sustentá-los financeiramente; os seus desaparecimentos não indicam, pois, oposição entre opinião do jornal e a opinião da massa (BASTIDE, 1973, p.129).

Do mesmo modo, Leite (1992), fundador, junto com Jayme de Aguiar, do jornal “O Clarim d’Alvorada” (1924 a 1932), explica que a maioria dos jornais possuía periodicidade inconstante e trajetória abreviada por serem custeados pelos próprios redatores que arcavam com os gastos da impressão, quase sempre acabavam em prejuízo. Para conseguir fundos, por vezes, também se realizavam bazares com itens ofertados pela comunidade.

Como a questão financeira era um fator limitante, as matérias ficavam dispostas de modo apinhado já que era preciso obter um aproveitamento máximo das páginas do jornal. Constata-se que os anúncios eram colocados normalmente na última página. Sobre os eles, Santos e Salvatori explicam:

[...] que muitos deles eram de comerciantes brancos, embora os jornais não façam nenhuma menção ou diferenciação a esse respeito. Os anúncios, provavelmente, eram uma das maneiras para obtenção de recursos financeiros para auxiliar na sobrevivência destes jornais (SANTOS; SALVATORI, 2006, p. 3.614).

Leite, um dos fundadores do “O Clarim d’Alvorada” deu sua perspectiva sobre a importância em fazer circular os jornais, apesar das dificuldades com obtenção de receitas. Para ele, a intenção dos periódicos era:

Unir os negros para uma luta de reivindicação junto aos governos, para que eles ouvissem nosso apelo [...]. Porque o 13 de maio ainda não estava longe. Não era como hoje que está há quase cem anos passados. Naquele tempo era questão de menos de quarenta anos [...] de distância, de modo que muitas daquelas pessoas de idade eram netos ou filhos de escravos (LEITE, 1992, p. 74).

Em função da necessidade de superar a segregação e integrar de modo igualitário a sociedade brasileira, o trabalho jornalístico se dava pelo ideal de que a imprensa agiria como um meio para buscar melhorar a vida de seus iguais.

Em contraste com a grande imprensa, os jornais alternativos, como “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”, cumpriam um papel contra

hegemônico. Dedicado a difundir as ideias intelectuais, o jornal trouxe questões relativas à comunidade afrobrasileira, mas também suas conexões com a diáspora africana e o contexto global, assumindo uma postura parcial e politizada, cobrando com acuidade o respeito aos direitos da população negra.

Para analisar os métodos de atuação de parte dessa segunda fase do movimento negro, serão utilizados os registros contidos nas matérias e imagens dos artigos veiculados no jornal. Contendo artigos autorais e matérias não assinadas, existiram colunas fixas como “Editorial” e “Democracia racial”, que estiveram presentes em todas as edições do periódico. Algumas colunas, como “Tribuna estudantil”, “Escolas de Samba”, “Cinema”, “Nossa Capa”, “Música”, “Rádio”, “Negros na História”, “Pelourinho”, “Cartas”, “Sociais”, “Fórum Político”, “Esportes”, “Close Upe”, “Notícias do Teatro Experimental do Negro”, aparecem de modo intermitente. Já as colunas “Arquivo”, “Tópicos”, “Livros” e “Fala a Mulher” estiveram presentes ao menos seis das dez edições, sendo essa última, objeto de análise no segundo capítulo. Havia também seções dedicadas às artes, como teatro, cinema, dança e literatura.

Nas dez edições publicadas até o ano de 1950, existia a coluna “Nosso Programa”. Ela trazia uma série de reivindicações como: ensino gratuito para todas as crianças brasileiras; a admissão de estudantes negros em instituições de ensino secundário e primário custeados pelo governo; o combate ao racismo com base em medidas culturais; e a formação de uma imagem positiva do negro como forma de superação da exclusão da população negra na sociedade brasileira.

Na primeira edição do jornal “Quilombo”, em seu primeiro parágrafo, Abdias demonstra que a preocupação maior reside no diálogo com a própria comunidade negra do que o governo e outros segmentos da sociedade, apontando para uma estratégia de autonomia:

Nós saímos – vigorosa e altivamente – ao encontro de todos aqueles que acreditam, – com ingenuidade ou malícia –, que pretendemos criar um problema no país. A discriminação de cor e de raça no Brasil é uma questão de fato (Senador Hamilton Nogueira). Porém a luta de QUILOMBO não é especificamente contra os que negam os nossos direitos, sinão em especial para fazer lembrar ou conhecer ao próprio negro os seus direitos à vida e à cultura (QUILOMBO, n.1, 1948, p. 1).

Conforme avançavam as publicações do jornal, percebe-se uma escrita mais engajada em relação à conscientização sobre a discriminação, a segregação, a resistência e o protagonismo da população negra.

Em cada edição, o jornal contava com muitos colaboradores, como Raquel de Queiroz, Francisco de Assis Barbosa, Haroldo Costa, Edison Carneiro, Efrain Tomas Bó, Guerreiro Ramos, Daniel Rops, Ironides Rodrigues e Maria Nascimento. Esta última, responsável pela coluna “Fala a Mulher”. Também, evidencia-se estratégias de alianças antirracista a partir da relação direta com intelectuais brancos, os quais tiveram matérias publicadas ou replicadas dentro do jornal.

Os colaboradores do jornal, como Maria do Nascimento, tornaram-se instigadores dos saberes, a partir do diálogo aberto e acolhedor com os leitores. O jornal retratou atrizes, dançarinas, cantoras, pintoras, educadoras, empregadas domésticas, meninas e candidatas em concursos de beleza, assim como possuía uma coluna voltada à mulher.

Sendo assim, o presente capítulo buscou retomar o processo de racialização a partir do processo colonial e das teorias raciais do período pós-abolicionista e investigar como elas incidiram na organização da militância negra, especificamente no aspecto do desenvolvimento da imprensa negra. O capítulo a seguir, abordará sobre como se deu a produção escrita e imagética da mulher no jornal “Quilombo” e como isso pode ter impactado na construção de um processo identitário feminino.

2. A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NEGRA A PARTIR DO JORNAL QUILOMBO

A identidade da população negra passa pela discussão do que é ser negro no Brasil em suas diferentes variantes. Ao fazer um recorte de gênero, pretende-se compreender como as representações contidas no jornal “Quilombo”, sobre a mulher negra, incidiu na autoimagem da comunidade negra do período. Para isso, se fará um levantamento sobre os dilemas identitários da população negra ao longo do processo histórico; para em seguida discutir sobre a identidade da mulher negra e a organização da militância feminista negra. Após esta parte, se analisará sobre a mulher negra e a inserção midiática a fim de compreender os discursos que as mulheres produziram no jornal “Quilombo”, assim como analisar como elas foram retratadas nas produções iconográficas dele. Para isso, também será necessário realizar uma discussão sobre a natureza da imagem jornalística e as implicações do fotojornalismo no campo das representações.

2.1 OS DILEMAS IDENTITÁRIOS DA POPULAÇÃO NEGRA AO LONGO DO PROCESSO HISTÓRICO

Como apontado por autores como Fanon e Quijano, durante o processo da construção identitária, a população negra não conseguia estabelecer padrões da sua própria cultura, sendo impelida a refutar elementos de sua cultura ou ainda, precisava destacar referenciais de cultura da população branca, que possui predomínio dentro das relações étnico-raciais. Assim, a branquitude se estabelece como uma identidade normatizadora, que define a política de identidades e diferenças. Desse modo, o movimento negro busca, com sua proposta de afirmação, responder a essa política uniformizadora, ainda que ele próprio seja atravessado por essa normatização branqueadora. Também como visto, as relações de poder entre a população negra e a branca não ocorrem de maneira igualitária.

No caso brasileiro, nas décadas de publicação do jornal “Quilombo”, a cultura branca de predomínio europeu possuía benefício em relação às outras etnias presentes no país. Por isso, definir-se como negro geravam empecilhos dado ao fato

de que na sociedade brasileira, a cor da pele influencia na construção das hierarquias sociais, econômicas e culturais. Nesse caso, a população negra, quando percebida em relação as representações da cultura branca, o distanciamento é feito por meio do discurso e das práticas produzidas pelos grupos dominantes, que bloqueiam o desenvolvimento e a valorização da cultura negra.

A mestiçagem no Brasil também gerou dúvidas em relação ao posicionamento frente à identidade negra, exigindo do indivíduo a construção de uma compreensão das relações étnico-raciais. Sobre o impacto da mestiçagem ao longo do século XX, Antonia Lana de Alencastre Ceva explica como isso afetou a efetividade da militância negra em torno dessa questão em torno do Teatro Experimental do Negro:

Como o Teatro Experimental do Negro não possuía uma sede própria, seu campo de atuação foi-se tornando cada vez mais restrito e o fato de exigir publicamente o reconhecimento de uma identidade negra, num contexto em que o mulato era símbolo da brasilidade e a disseminação do conceito de “democracia racial” penetrava no imaginário da sociedade brasileira, abalaram a estrutura da instituição, extinta em 1968, ano em que Abdias se exilou nos Estados Unidos em função do AI-5 ⁵ (CEVA, 2009, p. 255).

Como consequência, isso significou na década de 1940 e 1950, que o projeto de identidade nacional assentado no mito da democracia racial e o enfraquecimento financeiro da militância, fez prevalecer um discurso hegemônico sobre a identidade brasileira, que mascarava as discriminações. Gomes também destaca que:

O processo de construção da identidade negra é muito mais complexo, instável e plural. Apesar das marcas negativas deixadas pelas experiências de discriminação, o negro se reconstrói positivamente. É claro que esse processo não se dá no isolamento e varia de pessoa para pessoa. Existem diferentes espaços e agentes que interferem no processo de rejeição/aceitação/ressignificação do ser negro (GOMES, 2003, p. 178).

O movimento negro tem enfatizado constantemente sobre as dificuldades de identificação racial, demonstrando como as estratégias de branqueamento tornam-se elementos que conduzem a uma baixa autoestima, dificultando a organização da militância contra a discriminação racial. Sendo assim, partindo de estudos culturais

⁵ A sigla AI-5, refere-se ao Ato Institucional número 5 decretado em dezembro de 1968 durante o governo do general Arthur da Costa e Silva. Como consta na promulgação do próprio documento, o presidente da República poderia “[...] decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências” (Ato Institucional nº 5, 1968).

sobre a identidade na pós-modernidade, Stuart Hall compreende que os sujeitos podem admitir identidades distintas em momentos diferentes, assumindo uma identidade contraditória, que se constrói historicamente e a partir de representações criadas pelos sistemas culturais e sociais. Sobre isso, ele complementa que:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 1999, p. 13).

Segundo Hall, essas relações se modificam e repercutem sobre a composição de grupos na diferença e isso altera as balizas do engajamento político, que precisa assumir a sua posição em relação a outros acontecimentos e contextos. Daí a busca de se recolocar e se reposicionar ao longo do tempo ante a situações, desenvolvendo novas alianças.

Segundo Céli Pinto (2010), as primeiras formas organizadas da luta feminista ocorreram a partir das últimas décadas do século XIX, inicialmente na Inglaterra, reivindicando direitos, entre eles, o direito ao voto. A pesquisadora assinala que no caso brasileiro, as primeiras sistematizações feministas por meio de manifestações públicas também se deram em prol da conquista pelo voto feminino, que foi efetivado em 1932, com a promulgação do Novo Código Eleitoral brasileiro. Porém, como ela, salienta:

Este feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960. No decorrer destes trinta anos um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: O segundo sexo, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949 (PINTO, 2010, p. 16).

No entanto, até esse momento o discurso feminista ocidental enfatizava para a opressão comum, porém essa unidade apagava as diferenças entre os diferentes grupos femininos que ocorriam por fatores como classe e raça.

Dada essa complexidade de relações impositivas, foi tolhido o protagonismo do processo de formação identitárias das mulheres negras. Diversas intelectuais e militantes negras, apontam problemas no feminismo hegemônico, que não consideram o lugar da mulher branca como espaço de privilégio na estrutura social

de supremacia branca e a forma como diversas vezes reiteravam o racismo. Entre tantas pesquisadoras que apontaram essas contradições, pode-se destacar Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Beatriz Nascimento, bell hooks, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, etc.

Às mulheres negras foram imputadas, de modo explícito e implícito, a adesão a determinadas condições de inferiorização com base em critérios que iam além do gênero e que, como mencionado, muitas vezes, foram reforçados pelas próprias mulheres, pertencentes a outros grupos. Assim, os desdobramentos gerados pelos efeitos da opressão de gênero impactaram de forma diferente a identidade feminina das mulheres negras. Sobre as diferenças das imposições sofridas entre as mulheres, Sueli Carneiro destaca que:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (CARNEIRO, 2003. p. 49).

Sueli Carneiro, assim como outras feministas negras brasileiras, demonstrou que enquanto as mulheres brancas reivindicavam a colocação no mercado de trabalho, outros grupos de mulheres, como as das mulheres negras, já estavam cientes da suscetibilidade das condições que esse campo gerava.

Desse modo, enquanto as mulheres negras almejavam condições dignas das atividades laborais que já executavam, outros grupos, como os de mulheres brancas, lutavam para ingressar nele. Foi partindo do feminismo clássico, que as mulheres negras se articularam em torno de suas especificidades.

O contato com discussões focadas na emancipação feminina e busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres possibilitou que ativistas negras, valendo-se de bases teóricas, comessem a colocar suas demandas próprias. Por outro lado, contribuíram para uma crítica sobre o movimento feminista, apontando a necessidade de olhares não homogeneizantes sobre a questão feminina. Nesse sentido, a socióloga nigeriana Oyèronké Oyěwùmí (2002), também aponta que

comumente o gênero é teorizado a partir de pressupostos e experiências ocidentais, sendo empregando como universal.

Em função disso, outras vivências, como a africana são relegadas, gerando distorções ao impor determinada sujeição epistemológica. Sendo assim, os movimentos sociais colaboraram para o desenvolvimento do discurso da diferença, levantando preocupações e questionamentos sobre a questão da identidade dos grupos marginalizados. Hall aponta que:

Cada movimento apelava para a identidade social de seus despontadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante (HALL, 1998, p. 45).

A mulher dentro da militância dos movimentos negros, inicialmente, possuía pautas que reivindicavam uma igualdade com o gênero masculino. A partir do momento em que foram inseridas novas reflexões e uma maior participação das mulheres, os pleitos passaram a ser discutidos e refletidos por elas mesmas:

As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da “mãe-preta”, fizeram desaforos. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça, que, mediadas pelas classes sociais, produzem profundas exclusões (RIBEIRO, 2008, p. 98).

Pelo processo histórico de colonialidade, as mulheres negras continuavam a desempenhar as mesmas atividades que o homem negro, porém por sua condição feminina, ocupavam um papel diferenciado pelo fato de lançarem aos seus corpos uma visão de objetificada. Sobre isso, a intelectual estadunidense bell hooks coloca que “sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros” (HOOKS, 1995, p. 468).

Assim como nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países da América, o sistema escravista tornou-se um aparelho responsável pela construção de uma imagem da mulher, a qual as colocavam em um regime servil. Embora ambos países acumulem suas experiência do passado escravista, essas experiências foram diferentes, com distinções na conformação política e social. No entanto, o fato de ambos possuírem no passado um sistema escravista baseado na raça, gerou desdobramentos nos grupos descendentes desses segmentos dominados, e que

foram atenuados nos processos pós abolicionistas. Sobre a mulher afrobrasileira na formação social do Brasil, os pesquisadores Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil evidenciam que:

Recorrentemente descrita por estereótipos míopes, como também o da negra trabalhadora braçal ou da mulata possuidora de uma sexualidade exacerbada. Essas imagens foram historicamente construídas de forma distante e antagônica a qualquer referencial de positividade. Evidencia os interesses em perceber menos a ausência do feminino negro na História do que o tratamento dado a seu corpo e a seu comportamento pelas produções letradas dos séculos XIX e XX (SCHUMACHER; VITAL BRAZIL, 2007, p. 196).

A partir disso, até a emergência das pautas problematizadas pelo feminismo negro, o feminismo clássico baseava-se em preceitos eurocêtricos e planificadores sobre a concepção da emancipação feminina. Isso fazia com que não fossem avaliadas as diferenças e desigualdades entre os diferentes grupos femininos, como brancas, negras e indígenas, e as opressões impostas, fazendo com que as problematizações imbricadas às questões de gênero também fossem construídas de forma racializada. Foi nessa perspectiva que o feminismo negro passou a considerar que:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil (CARNEIRO, 2003, p.10).

Nesse sentido, a mulher negra vivência um conjunto de desvantagens sociais resultantes de uma dupla discriminação, provenientes da questão da raça e do gênero. Sobre essa relação entre a relação entre sexismo e racismo, Lélia Gonzalez ressalta que:

[...] o racismo [...] que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra [...] que foi se dando a partir de certas noções que [...] nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta” (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Entre vários aspectos, era preciso superar os estereótipos ligados à mulher negra como a sexualização e irracionalidade, além da invisibilização política e a necessidade de combater o racismo, com seus vieses de sutileza, silenciamento e mascaramento.

Dessa forma, as ativistas negras brasileiras se inspiraram no posicionamento crítico de feministas negras estadunidenses enquanto entidade organizada sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, fase caracterizada pela emergência do movimento de mulheres negras no Brasil. Santos lembra que é “[...] entre os anos de 1975 a 1985, na chamada década da mulher, surgem os primeiros trabalhos acadêmicos cuja temática expõe as especificidades das afrobrasileiras, tendo como autoras as próprias militantes negras” (SANTOS, 2012, p. 140), possibilitando uma pluralização no interior do movimento feminista brasileiro.

Ao passo em que consolidavam autonomia do movimento perante a outras organizações, essas ativistas estavam em várias frentes de mobilização, como sindicatos, associações e organizações acadêmicas, políticas, religiosas e comunitárias. Entre as ativistas desse período estão:

Lélia Gonzales que foi uma das criadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978; Jurema Batista ingressou no movimento negro carioca em meados da década de 1970, participando de reuniões no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN); Lúcia Xavier entrou no movimento negro em 1982 mediante atuação no grupo carioca Kizomba, mais tarde também integrou o grupo de pesquisa do IPCN; Luiza Bairos nas décadas de 1980 e 1990 foi uma das lideranças do Movimento Negro Unificado da Bahia; Sueli Carneiro e Edna Roland integraram o MNU nos anos de 1970 e 1980 (DAMASCO, 2009, p. 65).

Dessa forma, o feminismo negro incide suas ações para a solução de desigualdades sociais que vivenciam, sendo estabelecidas pela pobreza, pelo racismo, pelo analfabetismo e pelas formas de violência, como a simbólica e a física, pelos silenciamentos de suas especificidades. Assim, o feminismo negro propõe o desprendimento de uma ideia baseada na construção social de papéis e funções atribuídas aos gêneros para uma leitura multifacetada, que reavalia as diferenças e identidades a partir de um feminismo decolonial.

Sobre a necessidade de analisar múltiplos fatores, Verena Stolcke refletiu sobre como estão implementadas as desigualdades de gênero, raça e classe. Para a pesquisadora essas categorias devem ser compreendidas como portadoras de significados sociais, dentro de um processo sócio histórico.

Com isso, gênero, classe e raça se inter-relacionam gerando fatores comuns, assim como diferenças nas experiências femininas dentro da construção das hierarquias:

As diferenças de sexo, não menos que as de raça, foram e continuam a ser ideologicamente identificadas como fatos biológicos socialmente significativos na sociedade de classes e são construídas e legitimadas por se basearem nos supostos fatos biológicos das diferenças de raça e de sexo. A característica decisiva da sociedade de classes a esse respeito é uma tendência geral a naturalizar a desigualdade social (STOLCKE, 1991, p. 110).

Portanto, há uma estrutura político, econômica e social estabelecida que implica em diferentes formas de opressão, exclusão e discriminação específicas de grupos. Essas formas de desigualdades geram um sistema combinado. No Brasil, Sueli Carneiro aponta que:

[...] o racismo como fonte do colonialismo e da escravidão, a persistência dessas práticas discriminatórias, o caráter determinante que elas têm na pobreza e marginalização social dos afro-latino-americanos e, sobretudo, as múltiplas formas de opressão em que a conjugação do racismo com sexismo produziram nas mulheres afrodescendentes (CARNEIRO, 2011 p. 120).

Sob essa ótica, o conceito de interseccionalidade permite analisar como ocorrem as interações sociais permeadas pelas múltiplas discriminações a partir dos eixos de poder. Kimberlé Crenshaw, utiliza a perspectiva interseccional como ferramenta analítica para avaliar as dinâmicas, as ações da realidade e as consequências a partir da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Crenshaw, explica que a interseccionalidade é:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Como colocado por Crenshaw, os diferentes fatores sociais de opressão expressam-se de modo simultâneo e a desigualdade se apresenta de diferentes formas na vida dos indivíduos. Isso significa que as formas culturais de exploração, além interligadas, se constituem como sistemas imbricados pelo racismo, pelo sexismo, por classe, e outros fatores que geram desigualdades que operam de forma articulada.

Ramón Grosfoguel ao analisar a contemporaneidade, valeu-se do conceito de heterarquias, que são constituídas por diferentes táticas e processos hierárquicos heterogêneos, complexos e enredados entre si, que incluem “[...] estratégias ideológico-simbólicas globais e a cultura colonial/racista, juntamente com os

processos de acumulação capitalista e o sistema interestatal, são constitutivas das relações centro/periferia à escala mundial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 128). Dentro desse sistema, o racismo organiza as formas de dominação dentro da modernidade, cultivando a existência de cada hierarquia de dominação sem diminuir uma em relação as demais, ao passo em que não seria possível compreender uma sem as demais. Conforme explica o sociólogo porto-riquenho no artigo “Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada”, o conceito de heterarquias é o mesmo princípio de complexidade “[...] que Aníbal Pinto (1976) chamou de ‘heterogeneidade histórico estrutural’, Kyriakos Kontopoulos (1993) chamou de ‘heterarquia’ e as feministas negras chamam de ‘interseccionalidade’.” (GROSFOGUEL, 2018, p. 65).

A partir das colocações a respeito da identidade e diferença, das relações entre raça, gênero e classe, refletiremos como a mulher negra se revela na mídia, sobretudo nas produções iconográficas e discursivas, levando em conta o corpo como elemento que materializa a diferença e os valores associado a ele. Assim, no próximo tópico, será feita uma análise sobre a identidade da mulher negra e sua inserção no mundo midiático.

2.2 A MULHER NEGRA E A INSERÇÃO MIDIÁTICA

As produções imagéticas e narrativas que circulam pelos meios de comunicação auxiliam a construir os aspectos cotidianos, a partir da formulação de símbolos, mitos e recursos, segundo Douglas Kellner. As mídias desempenham a função de construtor de uma cultura compartilhada entre os diversos sujeitos, que utilizam esse material para forjar as identidades dentro das sociedades. Do mesmo modo, a mídia influencia quais são os agentes de poder, assim como indica quem pode exercer formas de violência. Kellner explica que:

O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles” (KELLNER, 2001, p.9).

Nesse sentido, os meios de comunicação em massa auxiliam na modelagem de opiniões políticas e comportamentos sociais, estipulando julgamentos morais, classificando o que pode ser considerado bom, positivo, mau ou negativo, por exemplo.

Jesus Martín-Barbero ao analisar a comunicação a partir da cultura, observa que as mediações já ocorriam anteriormente aos meios de comunicação em massa, mas que estes adquiriram um papel importante, pois engendram mecanismos de identificação e projeção dos anseios, em uma sociedade em que:

A impotência política e o anonimato social em que se consome a maioria dos homens reclama, exige esse suplemento-complemento, quer dizer, uma razão maior de imaginário cotidiano para poder viver. Eis aí, segundo Morin, a verdadeira mediação, a função de meio, que cumpre dia a dia a cultura de massa: a comunicação do real com o imaginário. (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 91)

Assim, ao estudar os meios de comunicação pela ótica das mediações, Martín-Barbero defende que indústria cultural se torna um instrumento de produção de cultura em massa, reforçando que esses dispositivos se tornam suportes imaginários à vida prática e também à vida imaginária. Hall também analisou a forma como a representação impacta na construção identitária:

Todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicações – deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais. Assim, a narrativa traduz os eventos numa sequência temporal “começo-meio-fim”; os sistemas visuais de representação traduzem objetos tridimensionais em duas dimensões” (HALL, 1999, p. 70).

Hall ressalta a interdependência entre identidade, política e representação. O sociólogo aponta que as identidades são formadas e transformadas no interior das representações sobre a nação, que produz sentidos, funcionando como um sistema de representação cultural. Neste contexto, o corpo se cobre de uma matéria simbólica, transmitindo através de si os signos culturais da sociedade a qual está inserido. Ao mesmo tempo, o corpo age como suporte para a materialização das subjetividades. Assim, o corpo tensiona uma dupla natureza que engloba o biológico e o cultural.

Segundo Garcia, é por meio da percepção dos elementos culturais que as representações e subjetividades se consolidam. Nesse sentido, o corpo adere a determinados valores, como os relacionados à identidade e ao estilo de vida:

Arriscamos afirmar também que o corpo parece ser o foco determinante para instaurar a identidade cultural pós-moderna, seja a partir das “novas/outras” condições adaptativas intermediadas pela mídia. Assim, estilo de vida e atitude inscrevem-se no contemporâneo como traço absorvido e representado pelos postulados idiossincráticos do corpo (GARCIA, 2005, p. 25).

Partindo da esfera simbólica, na sociedade contemporânea, o corpo é ressignificado e realocado para a dimensão do consumo. Ao passar para a categoria de consumo simbólico, a imagem sobre o corpo dos sujeitos começa a ser cultuada por refletir determinados modos de vida. Dentro desse campo, a aparência física gera uma série de conteúdos significantes, entre eles, o do corpo como um fator de distinção social.

Oyenkore Oyěwùmí, em suas análises, destaca um aspecto importante do biologicismo na formação do olhar ocidental sobre os corpos. A pensadora verifica que se há um consenso entre os estudiosos da área de que a construção do gênero se trata de uma construção social, o fundacionismo biológico é cerne do discurso de gênero, visto que existe uma subordinação das mulheres de forma universal. No entanto, esta percepção é pouco considerada, pois há uma “inseparabilidade entre sexo e gênero no Ocidente, que resulta do uso da biologia como uma ideologia para mapear o mundo social, os termos ‘sexo’ e ‘gênero’, como observado anteriormente, são essencialmente sinônimos” (OYĚWÙMÍ, 2002, p. 409). Assim, essa “bio-lógica”, estabelece as hierarquias, já que as diferenças inscritas nos corpos, são visíveis, já que é dentro do escopo visual que se realizam as divisões baseadas em categorias de raça, gênero e classe, pois esses “sistemas de poder entrelaçados moldam a vida de todos porque estão incorporados nas estruturas da sociedade” (OYĚWÙMÍ, 2018, p. 10).

A mídia estando em diálogo com os acontecimentos sociais e com a experiência que se vivencia no campo do real, opera no cotidiano social transmitindo informações, realizando formas de entretenimento, promovendo publicidade, determinando comportamentos, introduzindo pensamentos, rotulando normas e definindo padrões estéticos. Silverstone, aponta que a mídia “filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2011, p. 20).

Como visto, a mídia influencia a considerar o que é admissível e desejável ao que condiz aos corpos, aos gêneros, às sexualidades e às relações étnico-raciais. Em função disso, são frequentes as situações de discriminação, preconceito e violência voltados àqueles que não se encaixam com essas representações.

Para Pierre Bourdieu, a violência simbólica gera mecanismos que faz com que os sujeitos entendam como normais as representações e ideias de grupos sociais dominantes. Segundo ele, essa violência simbólica é exercida pelas instituições e pelos agentes que se apoiam, e ao mesmo tempo, as mantêm para garantir o exercício da autoridade. Sobre exemplos de violência simbólica que impedem o acesso a direitos sociais de um segmento da população, Bourdieu explica que:

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos “habitus” e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2002, p. 49).

Com isso, essa violência simbólica voltada para grupos em determinadas condições socioeconômicas, socio biológicas ou socioculturais, como no caso da população negra, ocorre por meio dos mecanismos, muitas vezes, sutis, mas que também excedem os limites e se tornam formas de violência física.

Dessa forma, a autoimagem corporal do corpo feminino está condicionada a uma estrutura social, segundo a proposta de Pierre Bourdieu. Essa relação se dá por meio das reações, das interações e das representações que um corpo incide no outro e como essas situações são percebidas. Pierre Bourdieu pondera que desse modo, as mulheres se efetivam como objetos simbólicos constituintes da dominação masculina, que posiciona a mulher em um estado constante de insegurança corporal, fazendo com que “[...] elas existam primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis” (BOURDIEU, 1999, p. 82). Desse modo, o padrão que subalterniza o gênero feminino, o tornando dependente do olhar do outro, gera como implicação a internalização desse mesmo olhar, que se torna parte constitutiva do próprio ser feminino.

A violência simbólica analisada por Bourdieu também se torna em violência física. Ao menosprezar o outro, este fica vulnerável a práticas de terceiros, que

fundamentam suas ações pelo poder praticado sobre a suposta inferioridade do outro. Assim, umas das formas de refletir sobre essa questão da violência é a partir da perspectiva da Colonialidade do Poder. Essa colonialidade se manifesta de diversas maneiras, porque opera a partir de estratégias através da dominação epistêmica. A violência sistemática é consequência de um processo histórico de inferiorização do outro, que tem seus direitos negados a partir de classificações unilaterais. Assim, a violência nem sempre é puramente simbólica, ela é física e real, por outro esse habitus, defendido por Bourdieu, se constrói em uma sociedade hierarquizada onde há corpos considerados menos válidos.

De acordo com a compreensão de Muniz Sodré, a mídia “é impelida a uma homogeneização dos diversos conteúdos culturais, isto é, a redução dos mesmos a modelos facilmente aceitáveis pelo público” (SODRÉ, 1977, p. 77-78). Essa homogeneização é condicionada, porém pelas estruturas e padrões de dominação estabelecidos. Nessas condições, as corporeidades com diferenças de padrão não estariam em consonância com os corpos que são midiaticizados. Por isso, esses corpos que não são normativos, não integrariam as formas de visibilidade midiática, gerando silenciamentos e apagamentos de alguns sujeitos sociais. Em busca por essa preferência, alguns sujeitos precisam abdicar da autonomia do próprio corpo em favor de modelos preestabelecidos que representam o imaginário e o gosto do outro. Assim, o corpo torna-se produto e idealização a partir do olhar de terceiros.

Analisando-se imagens sobre a população negra na publicidade, Carlos Hasenbalg verificou duas vertentes de representação: ou como trabalhador braçal ou como uma figura que conquistou ascensão social pelos meios delegados a população negra (como cantores, artistas e esportistas). Para o pesquisador, isso remeteria a tipificações, ou seja, “[...] atributos do corpo: [como] vigor e resistência física, ritmo e sexualidade” (HASENBALG, 1982, p. 184). Portanto, a profusão de discursos midiáticos direcionados ao corpo acabam por ilegitar a autenticidade das escolhas pessoais, pois impelem os indivíduos a buscarem uma beleza padronizada, que se estabelece como critério para que os sujeitos se sintam aceitos e pertencentes a determinados grupos sociais.

Nesse sentido, Patrícia Cunha e Jéssica de Paiva destacam que “os padrões de beleza transmitidos pela mídia brasileira constroem uma imagem de feminilidade

relacionada às etnias brancas, impondo aos negros traços que remetam ao branco europeu, a mulata pode se encaixar nesse perfil [...]” (CUNHA; PAIVA, 2017, p. 4). Essa violência colonial e a miscigenação culminaram no desenvolvimento de uma identidade nacional pautada na perspectiva da democracia racial, baseando-se em um passado histórico que resgatem concepções de servilismo doméstico e de prazer sexual:

A mulata torna-se protagonista da festa em que todos os seus atributos físicos são explorados, alçando-a ao posto de celebridade. Endeusada pelo sistema que a coisifica, soma-se a isso, o excesso de violência simbólica que todo o seu passado histórico traz como bagagem. A objetificação sexual da mulata delimita o seu espaço enquanto ser humano e mulher, tornando-a uma figura mítica do desejo imaginário escravocrata e sustentando a manutenção e perpetuação da dominação patriarcal, contribuindo para o controle sóciopolítico de uma nação (CUNHA; PAIVA, 2017, p. 1).

A mídia, nesse processo, contribui para exercer formas de manipulação e opressão em torno do corpo feminino. Eventos como o carnaval, perpetuam, de forma espetacularizada, a estrutura do pensamento objetificador, ao frisar uma simbologia em torno da mulata, que também se converte em artefato de comercialização. Ellen Maziero comenta que:

O sucesso dos carnavais da década de 1950, segundo os periódicos, estava relacionado, entre outros fatores, à presença de mulheres bonitas e sensuais, que se destacavam nos bailes por meio de fantasias que permitiam a exposição de suas pernas. [...] É importante assinalar que o disfarce compondo as fantasias ocupou um papel importante nas transgressões femininas manifestas em uma sociedade ainda extremamente conservadora e rígida. A reversão dessa postura, a partir da década de 1950, indicou atitudes de extravasamento quando acompanhadas por poses e condutas mais livres registradas pela imprensa, que selecionava as imagens com maior impacto visual (MAZIERO, 2017, p. 1133).

Percebe-se ao longo do processo histórico, que questões geradas no campo das diferenças, naturalizaram formas de subalternidade e objetificação a partir de aspectos como raça e gênero. Sobre as condicionantes que geram formas de exercer poder e delimitar as formas de representatividade e visibilidade da mulher negra, bell hooks destaca que “[...] a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado” (HOOKS, 1995, p. 469).

Ao mesmo tempo que na mídia origina-se o domínio da criação e veiculação de sentidos, que inferiorizam determinados grupos, a esfera da produção simbólica torna-se um importante campo de disputa para desenvolver as lutas contra hegemônicas. Custódio exemplifica que “a imprensa negra brasileira [...] tinha por objetivo valorizar a população negra, esforçando-se para melhorar a sua autoestima e a autoimagem, visando dar ao negro orgulho e confiança em si, eliminando o complexo de inferioridade” (CUSTÓDIO, 2005, p. 41). Portanto, foram nesses espaços de poder alternativos que diferentes grupos sociais buscaram desenvolver seus discursos narrativos e imagéticos, criando significados e buscando legitimá-los diante de seus pares e de toda a sociedade.

Com isso, a geração dos discursos e a sua reprodução produzem reflexos que passaram a incidir nas falas individuais, replicando pensamentos que se tornam consensuais ou que reiteram as práticas hegemônicas. Segundo Mendonça, a “esfera simbólica reflete-se nos processos de construção de identidades, pois elas se constroem em referência a múltiplos contextos, nas relações sociais mais amplas e nas representações sociais fornecidas pelo mundo simbólico” (MENDONÇA, 2004, p. 2). Por isso, práticas discursivas contrapostas ou contestadoras, podem modificar as significações consideradas inaceitáveis ou não fidedignas, levando a incorporá-las dentro da formação discursiva. Desse modo, além de combater as práticas discriminatórias gerando novos discursos por meio da imprensa negra, a militância poderia promover a visibilidade da população negra, uma de suas pautas políticas.

Após analisar sobre os enfrentamentos sociais delegados à mulher negra, referentes aos processos identitários, o presente estudo se debruçará sobre a análise das fontes. O recorte será feito a partir da análise das colunas assinadas por mulheres no jornal “Quilombo” (onde será destacada a coluna “Fala a Mulher”, escrita por Maria Nascimento) e da análise iconográfica, constituída por fotografias e ilustrações nas quais apareçam figuras femininas. A partir da imagem e do discurso, se verificará como o jornal contribuiu nas reflexões sobre a imagem da mulher negra. Sendo assim, na próxima seção será percorrida a produção intelectual feminina apresentada pelo editorial do jornal “Quilombo”.

2.3 A PRODUÇÃO INTELECTUAL FEMININA NO JORNAL “QUILOMBO”

Ao longo das dez edições do jornal “Quilombo” foram identificadas três mulheres como autoras de artigos. São elas: Rachel de Queiroz (no jornal consta a grafia “Raquel”), escritora que publicou um texto intitulado “Linha de côr” na coluna “Arquivo”, publicado na edição 1 de dezembro de 1948; Guiomar Ferreira de Mattos, advogada e ativista que publicou uma resenha sobre o livro “Romanceiro do Negrinho” na edição 10 de jun./jul. de 1950; e Maria Nascimento, assistente social, que era responsável pela coluna “Fala a mulher”. Abdias do Nascimento, como diretor responsável pelo jornal, pontua que “os artigos assinados são de responsabilidades de seus autores. As colaborações devem ser remetidas a esta redação datilografadas, de um lado só do papel, não se devolvendo originais não publicados” (QUILOMBO, n. 1, dez. 1948, p. 1), evidenciando que antes da publicação os textos enviados passavam por uma revisão.

Os textos produzidos pelo departamento feminino do jornal demonstravam a apreensão com a integração da população negra, sobretudo, das mulheres, nos aspectos intelectuais, laborais, maternos e sociais. Spivak, sustenta que a marginalidade do subalterno é mais fortemente conferida ao gênero feminino, uma vez que a “[...] mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (SPIVAK, 2010, p. 15). Desse modo, a autora demonstra que a mulher é duplamente explorada: de um lado pela divisão internacional do trabalho e de outro pela dominação patriarcal na construção ideológica de gênero.

O primeiro texto escrito por uma mulher aparece na página 2, na edição 1 do jornal. Era o texto “[...] ‘Linha de Cor’, artigo de Rachel de Queiroz, publicado primeiramente na revista carioca O Cruzeiro, em 24 de maio de 1947 e republicado no jornal Quilombo, em dezembro de 1948” (MACEDO, 2013, p. 87) na coluna “Arquivo”. A cearense Rachel de Queiroz, atuou como romancista, jornalista e tradutora.

A coluna “Arquivo” era dedicada a republicar textos presentes em jornais nacionais e internacionais e buscava destacar os problemas enfrentados pela população negra do Brasil. O artigo “Linha de Cor” de Rachel de Queiroz inaugurou

a coluna “Arquivo”. Abdias do Nascimento, ao republicar esse artigo na primeira edição de seu jornal, utiliza a estratégia de demonstrar que as ideias que circulavam em outros periódicos era uma problemática que condizia a toda população, não se restringindo apenas à comunidade negra.

O texto de Rachel de Queiroz começa mencionando outro escritor, que duvidava que no Brasil existisse discriminação racial no Brasil. Em resposta a ele, lembrou casos de preconceito racial presentes no país. Todos eles relacionavam-se à restrição do acesso de negros em festas, ordens religiosas, hotéis, bares, colégios de elite, empresas estatais (como a Light), mercado de trabalho (lojas que não empregavam vendedores) e clubes de futebol carioca, que não contratavam jogadores negros. Ela reitera que:

Se isso não é discriminação racial – e, mais grave ainda, discriminação admitida e amparada pelo governo – que nome lhe daremos? [...] Também não é novidade para nós que o problema de cor no Brasil está estreitamente vinculado ao problema de classe. [...] Porque o branco, assim que se engravate e tenha dois vitens no bolso, sai automaticamente da sua classe, ascende socialmente e penetra onde quiser. Enquanto o negro, de gravata ou sem gravata, é sempre negro, e nem com dinheiro e nem com educação, verá abertas diante de si as restrições acima enumeradas e, muitas que não foram citadas (QUILOMBO, n. 1, dez. 1948, p. 2).

Parte da sociedade do período duvidava que ocorressem discriminações de cunho racial, pois muitos acreditavam no fato de que o Brasil fosse um país mestiço. Nesse artigo, Rachel de Queiroz apontou o governo como colaborador e agente displicente ao combate do preconceito:

O fato inconteste é que cada dia vai engrossando mais no Brasil, a casta de reacionários, de racistas de má morte que teimam – eles e não nós – em traçar uma linha de cor neste país. O governo da ditadura estimulava essa gente e o atual governo parece que ainda não lhe retirou seu amparo (QUILOMBO, n. 1, dez. 1948, p. 2).

Na edição 10 do jornal “Quilombo”, publicado em jun./jul. de 1950, Guiomar Ferreira de Mattos publica o texto “Romanceiro do Negrinho”. Nele, a advogada e ativista entrevista a poetisa Sonia Regina, autora do livro que dá nome ao artigo e seu rosto aparece em uma fotografia muito pequena.

Sonia Regina era licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia. Seu livro retratava a dura realidade em que viva a população negra, as relacionando com o período da escravidão. Sobre esse fato, Guiomar aponta que a poetisa estava realizando uma ação positiva:

E é um movimento de recuperação do negro que se processa no mundo inteiro, o que se agita no nosso Brasil. Recuperação integral de sua personalidade, visando situá-lo em seu devido lugar, na sociedade que êle, com tanto sacrifício e abnegação, ajudou a formar (QUILOMBO, n. 10, Jun/Jul. 1950, p. 2).

Para aquele período, o fato de uma poetisa branca prestar condolências poéticas, chamava a atenção do grande público sobre a situação em que se encontrava parte da sociedade brasileira. Mas Guiomar foi além: por meio da análise dos livros produzidos acerca da população negra, ela publica o artigo “O preconceito nos livros infantis” em 1954 na Revista Forma nº 4 e em 1966 ele é inserido no livro “Teatro Experimental do Negro: testemunhos”. Sobre esse texto escrito pela ativista, Ana Célia pontua que “Guiomar introduz um tema que só na década de setenta passa a ser preocupação dos pesquisadores da academia” (SILVA, 2011, p. 117), demonstrando o vanguardismo da advogada ao denunciar as formas de racismo simbólico e a ausência de representatividade.

Além dos artigos assinados por essas ativistas, o jornal traz duas menções sobre o pensamento da dançarina estadunidense Katherine Dunham, ambos presentes na edição 10 de jun/jul. de 1950. O primeiro deles ocorreu de modo indireto, referindo-se à fala dela realizada na conferência preparatória para o I Congresso do Negro Brasileiro. Nesta conferência, o pensamento de Dunham foi expresso por John Pratt, diretor técnico de sua companhia, que compôs a mesa diretora. Embora no enunciado do artigo se dê ênfase ao nome de Dunham, o texto não explicita o que foi dito por Pratt ou Dunham.

Já o segundo texto, intitulado de “Nós e Katherine Dunham”, operou como um espaço de direito de resposta ao artigo “A dignidade da arte de Katherine Dunham”, assinado pela jornalista Yvonne Jean na coluna “Inquéritos e Depoimentos” do jornal “Correio da Manhã”. Nele, Yvonne Jean causou um mal-estar entre a ativista e o movimento negro brasileiro, alegando que Dunham tinha uma impressão desagradável sobre o jornal “Quilombo” e sobre as formas de segregação negra existente no Brasil, reforçadas pela própria comunidade negra.

Para esclarecer o mal-entendido sobre a opinião da dançarina e ativista, o jornal “Quilombo” publicou uma versão traduzida da carta de Katherine Dunham. Em um trecho, consta que:

Acredito, de fato, que a sua referência ao meu comentário com respeito a este assunto de auto-segregação foi mal interpretado quando extraído do conteúdo geral da conversação, e temo que isto tenha magoado o Sr. Nascimento que, certamente, conta com a minha completa cooperação. Gostaria, profundamente, que V.S. escrevesse uma nota sobre esta declaração aos seus leitores ou, ao menos, para o sr. Nascimento, isto é: eu lamento a necessidade da população negra do Brasil segregar-se de qualquer forma, porque, ideal e normalmente, ela deve ser uma parte tão integrante da vida social e econômica brasileira, que esta separação não ocorra (QUILOMBO, n. 10, Jun/Jul. 1950, p. 11).

Não foi localizada a errata de Yvonne Jean em relação a essa situação. Esse episódio ocorreu dias antes de Dunham ter sua hospedagem recusada no Hotel Esplanada em São Paulo, que será abordado na seção “A produção iconográfica acerca da figura feminina no jornal Quilombo”.

2.3.1 A Coluna “Fala a Mulher”

Maria de Lurdes Vale Nascimento, dentro do jornal “Quilombo”, era a autora da coluna “Fala a Mulher”. Além disto, a partir da edição 2, ela consta como “diretor-secretário” e da edição 5 em diante, ela assume como “diretor-gerente” do periódico.

Maria Nascimento era assistente social e atuou no Serviço de Assistência Social da Guanabara, defendendo a população negra. Coordenando diversas atividades dentro Teatro Experimental do Negro, era instrutora de psicodrama; articulou o Conselho Nacional de Mulheres Negras e a Associação das Empregadas Domésticas; e “criou também um balé infantil, cuja aula inaugural foi ministrada pela famosa bailarina afro-americana Katherine Dunham” (SILVA, 2010, p. 32).

Giovana Xavier, professora especialista na história de mulheres negras brasileiras, que nos últimos anos tem tentado saber mais sobre a trajetória de vida de Maria Nascimento destaca que apesar de cofundadora do TEN e do jornal “Quilombo”, tendo grande atuação no fortalecimento da cultura e identidade negra brasileira, teve, assim como outras mulheres, “[...] suas biografias ausentes na história acadêmica e nos conteúdos da história escolar, simbolizando as ‘culturas negadas e silenciadas no currículo’” (XAVIER, 2015, p. 2).

Ao estudar sobre sujeitos históricos e grupos com uma vivência no passado de subalternização, uma das dificuldades é a ausência ou a precariedade de informações e registros sobre estes sujeitos. Por isso, ainda são poucas as

pesquisas e os documentos disponíveis que trazem informações sobre personalidades negras, e sobretudo, sobre mulheres negras e suas trajetórias. Muitas delas, passam a ter projeção por meio da militância e da colaboração com os jornais negros. Embora nesse período as mulheres tenham conquistado maior campo de atuação, especialmente na imprensa negra e em postos de chefia em determinadas organizações, Petrônio Domingues salienta que elas continuaram “marginalizadas e exercendo, predominantemente, as tarefas de apoio dentro das organizações ou as atividades recreativas e assistenciais, as quais eram vistas pelos homens do Movimento como de menor relevância” (DOMINGUES, 2009, p. 34). Dessa forma, elas foram habitualmente ocultadas em sua época e, posteriormente, as mulheres negras estiveram presentes nos espaços em que homens negros renomados e anônimos estiveram protagonizando os seus próprios destinos e alterando os rumos em prol dos avanços dos direitos da população.

A partir disso, o jornal “Quilombo” possibilitou as reivindicações da mulher negra. A coluna “Fala a Mulher” possui artigos, que aparecem de modo intermitente, ao longo das publicações do jornal “Quilombo”, que ocorreram entre dezembro de 1948 e março de 1950. Essa coluna tinha por finalidade discutir “[...] nossos problemas, minhas patricias, com a simplicidade de verdadeiras irmãs e amigas que se amam.” (QUILOMBO, n. 1, dez. 1948, p. 8). Embora a aplicação do conceito sororidade no discurso feminista seja recente, evidencia-se essa categoria analítica no discurso de Maria Nascimento. Simone Silva Alves em sua tese de doutoramento em Educação defende que:

Sororidade é o pacto entre as mulheres que se reconhecem como próximas fisicamente afetivamente; são relações contínuas e regulares que com o tempo assumem uma equivalência muito semelhante àquelas que se estabelecem nos espaços de familiares ou através de vínculos sanguíneos (ALVES, 2014, p. 73)

Percebe-se que a colunista almejava estabelecer uma união entre as mulheres leitoras, visando atingir finalidades práticas nas esferas políticas, sociais e culturais e que adquiriam dimensões de companheirismo e alteridade. Os artigos produzidos por Maria Nascimento para o jornal “Quilombo” são: “Crianças racistas”, de dezembro de 1948; “Infância agonizante”, de maio de 1949; “Morro e favela”, de junho de 1949; “O Congresso Nacional das Mulheres e a regulamentação do trabalho doméstico”, de julho de 1949; “A ‘Fundação Leão XII’ e as favelas”, de

janeiro de 1950; “Nosso dever cívico”, de fevereiro de 1950; “O Conselho Nacional das Mulheres Negras”, de abril de 1950; e “Instalado o Conselho de Mulheres negras”, de abril de 1950, sendo que esse último não faz parte da coluna “Fala a Mulher”, mas conta com o conteúdo desenvolvido por ela.

Assim como Maria Nascimento, a autora Spivak reflete sobre a mulher “pobre e negra” (SPIVAK, 2010, p. 15). As restrições e imposições sociais, como a questão de gênero, a origem étnica e a classe econômica, fazem com que a mulher negra permaneça em lugar demarcado ideologicamente, o qual é periférico. Para Spivak, isso ocorre em função do patriarcado e do imperialismo. Assim, “na constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da ‘mulher do Terceiro Mundo’, encurralada entre a tradição e a modernização” (SPIVAK, 2010, p. 185).

Ao refletir sobre a mudez feminina experienciada em função da supremacia masculina no âmbito das práticas colonializadoras, Spivak sinaliza que o reposicionamento da mulher no espaço social deve se configurar como um exercício de fala. Isso é perceptível na coluna “Fala a mulher”. Nela, Maria Nascimento, em tom fraternal e acolhedor, conclamava para que as mulheres se articulassem em prol de melhorias as quais não estavam sendo conquistadas por falta de oportunidades, e que, como colocado por ela: “[...] doravante lutaremos por conseguir” (QUILOMBO, n. 1, dez. 1948, p. 8). Para isso, Maria Nascimento pedia que suas companheiras também escrevessem para o jornal, independente dos erros gramaticais, incentivando a reflexão sobre situações cotidianas e a articulação com o movimento.

Buscando abordar temas, os quais ainda se constituem como dilemas da atualidade, Maria Nascimento se dirigia às mulheres negras. Sua crítica social possuía notas de reivindicação e denúncia. Os textos também realizavam aconselhamentos, colocando as questões como missões a serem executadas dentro do cotidiano de suas leitoras. A performance jornalística de Maria Nascimento ampliava a discussão sobre as condições de vida da população negra ao abordar recortes sobre gênero.

Inicialmente, o primeiro texto da coluna “Fala a mulher” foi intitulado de “Crianças racistas”. Partindo do exemplo de uma amiga que é empregada doméstica, Maria Nascimento demonstra como o filho do patrão, que tem dez anos, já havia incorporado os mecanismos que criavam formas de discriminação sutil, mesmo ele sendo filho de um judeu com uma baiana. No jornal aparece a seguinte fala: “‘Então, Robertinho, gostou da casa das crianças?’ Robertinho deu de ombros, fez uma cara de desprezo, [...], respondeu: - Não, não gostei. Muita mistura. Crianças brancas e pretas, todas nas mesmas salas...” (QUILOMBO, n. 1, dez. 1948, p. 8).

Na sequência, o segundo texto, publicado em maio de 1949, foi “Infância agonizante”. Nele há informações alarmantes sobre a infância negra:

- Vocês sabem, minhas amigas, qual foi o coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal entre 1939-1941 ? Pasmem: segundo estatísticas do Departamento Nacional da Criança, brancos – 123,30 e pretos e mestiços 227,60 ! Portanto morre quase duas crianças de cor por cada uma branca. Na cidade de São Paulo, entre 1938-1940, a situação foi ainda mais grave: brancos – 120,59 e pretos e mestiços – 275,39. Quer dizer que enquanto morria uma criança branca, morriam mais de duas crianças de cor ! (QUILOMBO, n. 2, mai. 1949, p. 8).

Trazendo dados do Departamento Nacional da Criança, Maria Nascimento defendia que a população negra deveria receber assistência e proteção materno-infantil, buscando “[...] frequentar postos de puericultura, conseguir leitos em maternidades, aprender a preparar alimentação adequada ao bebê, e a manter um ambiente de higiene mesmo com o pouco dinheiro que pudermos dispor” (QUILOMBO, n. 2, mai. 1949, p. 8).

Naquele período, os postos de Puericultura tinham como objetivo ensinar a puericultura, a alimentação adequada, o controle de doenças e as causas da mortalidade infantil. Durante o período getulista, ela se tornou um dos alicerces das políticas públicas desenvolvidas pelo Departamento Nacional da Criança. Sobre isso, Jussara Maria Viana Silveira pontua que a Puericultura foi um instrumento estatal de controle, que a partir de práticas médicas, ajudou a forjar o modelo de família burguesa e, especialmente, a “[...] disciplinar a família pobre, ditando normas e regras de comportamento acerca de alimentação, vestuário, exercícios físicos das crianças e até da sexualidade dos pais” (SILVEIRA, 2012, p. 3).

Ainda que fosse um interesse estatal, as mulheres negras encontravam grande dificuldade de se inserirem dentro das políticas públicas médico sanitárias. Isso fica evidenciado pela fala de Maria Nascimento, que busca incentivar suas leitoras:

Nada de desânimo quando uma maternidade, por exemplo, negar o ingresso. Devemos procurar o diretor do estabelecimento, insistir, usar todos os meios e remover as dificuldades, ainda mesmo que sejam motivadas por discriminação de cor, conforme muitos casos que conheço (QUILOMBO, n. 2, mai. 1949, p. 8).

Para convencer, Maria Nascimento colocava que superação das negativas e das barreiras impostas pelo racismo eram necessárias em prol dos cuidados aos filhos. Ela pontuava isso como uma questão imprescindível para que as crianças nascessem sadias e vigorosas. Além disso, ela argumentava que a busca pelo acompanhamento pré-natal e pediátrico eram as formas que as mulheres negras poderiam encontrar para se inserirem dentro da civilização e dos conhecimentos científicos produzidos por ela. Desse modo, ela termina o texto, suscitando a seguinte questão: “você não acha que para progredirmos devemos ser diligentes, abandonar ideias e hábitos do passado?” (QUILOMBO, n. 2, mai. 1949, p. 8).

Apesar dos esforços, propostos por Maria Nascimento, torna-se evidente que a discriminação racial se manifestava através das diferenças de oportunidades ao que se refere ao acesso a bens e serviços públicos. Nesse sentido, as condições racializantes conduziam a um atendimento discriminante que obstruía o desenvolvimento da população negra, demarcando como um fator que repercute nas condições de vida e saúde desse grupo.

Essa discriminação racial, muitas vezes ocorrida de forma velada, se exprime a partir de situações que não infringem explicitamente as normas. Essa prática pode ser entendida como racismo institucional, definido como:

[...] o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (BRASIL, 2006, p. 22).

Essas formas de exclusão decorrentes da estereotipação e das formas de preconceito de forma (in)consciente, fazem com que grupos fiquem em situações de desvantagem.

No texto “Morro e favela”, Maria Nascimento tece uma crítica interseccional, que tem como eixo as formas de racismo e a garantia dos direitos humanos. Ela destaca que ao mesmo tempo em que as favelas, localizadas nos morros, provocavam asco aos grupos sociais que não viviam nelas, esses espaços eram utilizados como mote em campanhas políticas. Do mesmo modo, as favelas ganhavam tons de exotismo em função do samba, que “[...] nasceu no morro, ganhou a cidade, e varou nossas fronteiras [...]” (QUILOMBO, n. 3, jun. 1949, p. 3).

O samba foi assimilado pelos interesses do Estado, que o legitimou como um elemento nacional. Adalberto Paranhos, posiciona que isso ocorreu “mais especificamente pelo ‘samba carioca’ — conectado ao contexto mais geral do desenvolvimento industrial capitalista” (PARANHOS, 2003, p. 82). Desse modo, o samba, ao ser adaptado, atendia aos projetos ideológicos e políticos, que corroboravam com a propaganda idealizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda criado durante o período varguista. Sobre a questão étnico racial, havia “o reconhecimento de que o samba era negro de nascença provinha inclusive de compositores e intérpretes brancos que não viam nisso, necessariamente, algo de negativo” (PARANHOS, 2003, p. 95). Esse fato, inclusive, passou a tematizar o caráter multirracial que deveria ter a sociedade brasileira, presente nos debates realizados por intelectuais que correlacionavam a identidade nacional à temática racial.

Ainda que enaltecido o som oriundo no morro, Maria Nascimento denunciava a condição de vida dos moradores. Eles estavam “trabalhando para um mundo em que – [...] - constroem muitos edifícios e não têm casas prá morar [...] participam sòmente com a musica que eles oferecem com a mesma inocência e espontaneidade do suór que réga o barro da economia [...]”. (QUILOMBO, n. 3, jun. 1949, p. 3). Desde seu adensamento, as favelas foram atingidas por múltiplos fatores que afetam diretamente a sua população. Entre eles, está a estigmatização que reforça as formas de violência física e simbólica; a invisibilização, por parte dos agentes estatais, dos problemas existentes; e a segregação física e discursiva,

produzida pela grande mídia, atendendo os interesses dos grupos hegemônicos. Em 1960, a mineira Carolina Maria de Jesus, mãe solteira de três filhos e catadora de papel, publica o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. O livro aborda sua trajetória pessoal na comunidade do Canindé. Esses registros, revelavam as condições de vida de várias outras trabalhadoras negras, que assim como ela, eram negligenciadas pelo poder público.

No texto “O Congresso Nacional de Mulheres e a regulamentação do trabalho doméstico”, Maria Nascimento destaca que:

[...] considerando que não existe ainda nenhuma legislação que proteja os direitos das empregadas domésticas e lavadeiras profissionais, houve por bem incluir em suas resoluções a conquista de normas jurídicas que fixem as obrigações e vantagens dessa enorme classe. E’ inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça social possa existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair no serviço, sem aparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e post-parto sem maternidade, sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás, pior do que nos tempos da escravidão (QUILOMBO, n. 4, jul 1949, p. 3).

Nessa reportagem, Maria elencou as formas de abuso laborais, debateu sobre as situações cotidianas e cobrava medidas. Sidney Chalhoub e Ana Flávia Pinto, destacam que Maria Nascimento “foi precursora, ao lado de Ruth de Souza, Lea Garcia, Guiomar Matos e outras, da defesa da regulamentação do trabalho doméstico” (CHALHOUB; PINTO, 2016, p. 264).

Na passagem século XIX para o XX, a atividade doméstica torna-se uma forma de assegurar a sobrevivência de famílias negras. No Brasil, o fim do regime escravista gerou novas configurações no mundo do trabalho, fazendo com que a população negra fosse incorporada ao novo modelo, sobretudo, pelo trabalho doméstico. Isso ocorreu porque o:

“[...] ‘serviço doméstico’ era extremamente amplo e diversificado em termos de trabalhadores. Grande parte desse fenômeno se devia ao fato de que, no final do século XIX, a categoria formada pelos ‘criados de servir’ era, provavelmente, a que mobilizada a maior parcela da população trabalhadora” (SOUZA, 2013, p. 5).

Assim, o trabalho doméstico se consolidava como elemento central nas relações de trabalho constituídas entre ex-senhores e ex-escravizados no Brasil republicano e dava continuidade ao modelo servil edificado durante o escravismo. Desse modo, a figura feminina negra continuou a desempenhar as tarefas do

domiciliares, estabelecidos dentro de novos arranjos sociais, mas que ainda permaneciam muito próximos à estrutura escravista existente no período anterior.

Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha enfatizam que:

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor-escravo (GOMES; CUNHA, 2007, p. 11).

Partindo do conceito de interseccionalidade, as mulheres negras e pobres são as que vivenciam de forma mais intensificada os modos de exploração e desempoderamento. Por isso, o movimento das trabalhadoras domésticas no Brasil esteve ligado ao movimento negro desde sua gênese. Tamis Nogueira, explica que “foi fundada em 1936 a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos pela doméstica Laudelina de Campos Melo, uma militante do movimento negro” (NOGUEIRA, 2017, p. 50). Laudelina participou da Frente Negra Brasileira. A organização liderada por ela, emerge em uma fase de ampla discussão em torno dos direitos trabalhistas durante o governo de Vargas. A Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos pleiteava regulamentar a profissão. Do mesmo modo, pretendiam conquistar a categoria de sindicato, pois era um dos direitos negados aos domésticos que também não gozavam de todos os direitos trabalhistas, como os demais trabalhadores.

Essa luta, ampliou-se durante a segunda fase do movimento negro. Era uma pauta amplamente defendida dentro do jornal “Quilombo”. Em um de seus artigos, intitulado “Precisam-se de escravas”, de autoria não declarada, denunciava-se:

[...] quando abnegada servidora já não dispuser de forças suficientes para arcar com as responsabilidades daquele lar, será sumariamente jogada no olho da rua, sem uma indenização [...]. e não terá direito a protestar [...]. não há, atualmente, qualquer lei que regule tal profissão (QUILOMBO, n. 6, fev. 1950, p. 9).

Neste artigo, foram evidenciadas questões que excluía as trabalhadoras negras domésticas dos benefícios concedidos pela Constituição de 1934. O jornal “Quilombo” acompanhava o projeto de lei que propunha a regulamentação da profissão e garantia dos primeiros direitos às domésticas, proposto pelo deputado Café Filho.

No período, o movimento pressionava pela concepção de uma legislação que garantissem direitos as empregadas domésticas. Essa intenção também esteve registrada nos documentos gerados a partir do I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Segundo Elisa Nascimento, “duas organizações de mulheres negras estabeleceram-se em 1950 no seio do Teatro Experimental do Negro. Além da Associação das Empregadas Domésticas, fundou-se em 18 de maio de 1950 o Conselho Nacional de Mulheres Negras” (NASCIMENTO, 2003, p.307). Maria Nascimento tornou-se a representante de ambas as organizações.

Porém, essas organizações políticas só se tornaram sindicatos a partir da promulgação da Constituição de 1988, consolidando-se somente com a aprovação da Lei Complementar nº 150, de 2015, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 72, na qual empregadas domésticos passaram ter acesso a direitos como remuneração igual ou superior ao salário mínimo; jornada máxima de trabalho de 8 horas por dia e 44 horas semanais; pagamento de horas extras; adicional noturno; e intervalos para descanso e alimentação.

No caso estadunidense, a atividade doméstica remunerada é, em sua maioria, executada por mulheres latinas. Segundo bell hooks, há no imaginário social uma forma persistente de associar a mulher negra com o trabalho doméstico. Sobre isso, a ativista argumenta que:

Em consequência disso negras de todas as camadas de vida das profissionais de empresa e professoras universitárias a empregadas domésticas se queixam de que colegas colaboradores supervisores e etc. lhes pedem que assumam papéis de zeladoras, que sejam suas consultoras, orientadoras, babas, terapeutas, padres, quer dizer, que sejam aquele peito que a todos amamenta — a mãe preta. Embora essas negras não sejam mais obrigadas pelas práticas trabalhistas exploradoras racistas a servir apenas em empregos julgados servis, espera-se que limpem a sujeira de todos (HOOKS, 1995, p, 470).

Dessa forma, proposições de cunho sexista e racista continuam a dispor, dentro do pensamento cultural, às mulheres negras afro-americanas determinados papéis sociais. No Brasil, a mulher negra é associada ao trabalho doméstico, tanto quanto é objetificada sexualmente, especialmente em festividades como o carnaval (GONZALEZ, 1984; GIACOMINI, 2006). O enclausuramento de certos papéis atribuídos à mulher negra compõe um dos desafios ao movimento das mulheres negras no Brasil. Uma das táticas para reverter esse quadro é o aprimoramento e a

profusão do pensamento feminista negro, que busca posicionar as mulheres como protagonistas de suas trajetórias, assim como de suas próprias narrativas.

No texto “A ‘Fundação Leão XIII’ e as Favelas”, Maria Nascimento avaliou como essa instituição católica de assistência oferecia auxílio moral e material a partir dos Centros de Ações Sociais, onde atuou como colaboradora. Igor Robaina, esclarece que a Fundação Leão XIII, criada na cidade do Rio de Janeiro em 1947, é considerada um projeto fundamental no “[...] século XX por ter sido a principal instituição assistencial no tocante às intervenções para a melhoria nas favelas na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil” (ROBAINA, 2013, p. 177). A fundação contribuiu para a melhoria de vários aspectos dentro das comunidades, como o sanitário, com a presença de profissionais especializados; o jurídico, legalizando casamentos e obtendo certidões de nascimento; e o educativo, com professores que alfabetizavam a população e que prestavam formação profissional.

Maria Nascimento, definiu a educação como elemento primordial e destaca que:

E aqui chegamos ao ponto fundamental da valorização da gente de cor : a educação. Pela educação é que havemos de conquistar igualmente moral, intelectual, cultural, artística, econômica e política. Quando todo negro souber lêr e escrever teremos dado o passo mais decisivo para a nossa propria recuperação. Enfim, educar e alfabetizar a população dos morros é uma forma de libertar e emancipar a gente negra. Porque a ignorância, o analfabetismo, é a forma mais terrível de escravidão (QUILOMBO, n. 5, jan. 1950, p. 11).

Sendo assim, se por um lado a escolarização estava no universo desejado pela população negra, por outro lado, esse grupo, não estava completamente inserido nos espaços escolares. A comunidade negra daquele período também denunciava sobre a restrição de acesso que crianças e jovens negros enfrentavam ao tentar ingressar nas atividades oferecidas pelas instituições religiosas, que atuavam com fins assistenciais e educativos no final da década de 1940 e início da década de 1950. Nesse sentido, o Teatro Experimental Negro contou com a ajuda de Arinda Serafim, trabalhadora doméstica, que integrava o núcleo de estudos sobre os direitos das trabalhadoras domésticas. Ela incentivava que outras mulheres frequentassem as aulas de alfabetização, promovidos por seus colaboradores, como o professor Ironides Rodrigues, que também escreveu diversos artigos para o jornal “Quilombo”. Percebe-se que, na busca por soluções, a militância do período

efetivava as formas de educação em várias frentes. O tema da educação foi discutido nos congressos e conferências organizadas pelo grupo.

No artigo “Nosso dever cívico”, Maria Nascimento usa como exemplo a indiana Vijaya Lakshmi Pandit, mãe e viúva, que esteve ligada as lutas pela libertação de seu país e atuou em vários cargos políticos. Maria, salienta que a Índia na condição de país que fora colonizado, a emancipação era recente e grande parte da população era analfabeta, mas que esforços coletivos já começavam a mostrar modificações. No seu texto, está escrito que “a lição que devemos aprender com a Índia é essa de que quanto mais necessitado um povo, mais deve ele atuar politicamente” (QUILOMBO, n. 6, fev. 1950, p. 7).

Para Maria Nascimento, era por meio das atividades políticas que se conquistariam as melhorias apontadas pela população negra. Destacando que isso se dava por meio de persistência junto aos representantes do executivo, suscitava suas companheiras a aderirem a luta política para sobrepujar as desigualdades sexistas e raciais:

Se nós, mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, se quisermos de fato alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade da nossa condição de seres humanos, precisamos sem mais tardança fazer política. [...] A longa luta pela valorização da gente negra em nosso país não póde dispensar a colaboração entusiastica da mulher, afim de que em breve a igualdade de níveis moral, cultural e social entre pretos e brancos reflita uma esplendida realidade da nossa democracia racial (QUILOMBO, n. 6, fev. 1950, p. 7).

Em função disso, propunha como dever cívico, a necessidade de votar para ampliar as bases democráticas. Do mesmo modo, acreditava que as mulheres deveriam ingressar nos partidos políticos, participando na elaboração dos programas. A estimulação para ter mulheres negras atuando politicamente, evidencia o vanguardismo de Maria Nascimento, que enfatizava a necessidade de que as mulheres negras se conscientizassem sobre o papel de protagonistas para obter mudanças na sociedade.

No último texto, a coluna aparece como “Escreve a Mulher”. Nela, Maria Nascimento aborda sobre “O Conselho Nacional das Mulheres Negras” destacando suas intenções, referindo-se as mulheres negras como patrícias, ou seja, como sinônimo de compatriotas:

Afim de atingir o caracter nacional, estamos enviando convites às nossas patricias de todo o Brasil para emprestarem sua adesão e apoio ao novo órgão que tem, entre outros objetivos, o de dar oportunidade as brasileiras pigmentadas de manifestarem seus anseios e problemas. Sòmente auscultando permanentemente o nosso coração e o nosso cerebro, poderemos encontrar remedio para os graves males oriundos do nosso despreparo cultural, profissional e técnico (QUILOMBO, n. 7/8, abr. 1950, p. 4).

Dentre as dificuldades sociais existiam cinco pontos centrais elencados pelo Conselho Nacional das Mulheres Negras. Para atender a demanda do ensino profissional, almejava-se criar uma Escola de Artes Domésticas. Para realizar amparo moral e material às mulheres que trabalhavam em casas de família, pretendia-se criar a Associação Profissional das Empregadas Domésticas. Desse modo:

Em 10 de agosto de 1950, com Arinda Serafim e Elza de Souza à frente, o Teatro Experimental do Negro empossou mais uma diretoria da Associação das Empregadas Domésticas. Assessora e advogada permanente da Associação das Empregadas Domésticas e do Conselho Nacional das Mulheres Negras, a Dra. Guimar Ferreira de Mattos apresentou ao 1º Congresso do Negro Brasileiro uma tese sobre a necessidade de regulamentação do trabalho doméstico (NASCIMENTO, 2003, p. 305).

A Associação das Empregadas Domésticas foi fundada em 10 de maio de 1950 e contou com a direção de Elza de Souza e Arinda Serafim. Ela era vinculada ao Conselho Nacional das Mulheres, órgão que pertencia ao Teatro Experimental do Negro. Para que o Conselho atendesse na área da proteção à infância; desejava-se construir o Abrigo do Negrinho Abandonado. Já para atender a educação na infância; pretendia-se criar um jardim de infância, onde fossem aplicadas aulas de teatro, dança, canto e música. A partir do levantamento das necessidades, Maria Nascimento convidava todas mulheres para participar dessa campanha, buscando desenvolver ações, de modo eminentemente prático, restringindo o trabalho teórico apenas ao absolutamente necessário.

Em 18 de maio de 1950 foi criado o Conselho Nacional das Mulheres Negras. Ele era uma ação que se desdobrou do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro. Como dirigente do órgão, Maria Nascimento, junto a outras colaboradoras, definiu que:

Irão funcionar imediatamente os seguintes setores do Conselho Nacional das Mulheres Negras: Ballet Infantil – de preferência formado de crianças dos morros cariocas, já havendo inscritas várias meninas e meninos do Morro do Salgueiro. Educação e instrução - vários cursos, desde alfabetização até finásio, sob a orientação pedagogica da Dra. Guiomar

Ferreira de Matos coadjuvada pelos snrs. Ironides Rodrigues, Wilson Silva e Milka Cruz. Curso de Orientação às Mães – em colaboração com o “Centro de Orientação e Reeducação”, dirigido pelas Dras. Nely Goethschel, Virginia Pahim e Maria Maranhães; Teatro Infantil – com a colaboração do autor, interprete e diretor teatral Ody Fraga; Assistência jurídica – criminalista Dr. Celso Nascimento. Orientação sociológica – Prof. Guerreiro Ramos. Corte e Costrura – Nina de Barros. Tricot – Sra. Natalina Santos Corrêa. Bordados – Catty Silva. Natação – Caramurú do Amaral. Educação Física – Alberto Cordovil. Datilografia – Milka Cruz (QUILOMBO, n. 9, mai. 1950, p. 4).

O Conselho Nacional das Mulheres Negras colocou em discussão, no I Congresso do Negro Brasileiro de 1950, os problemas relacionados direitos das empregadas domésticas, com a apresentação do texto “A regulamentação da profissão de doméstica”, escrito pela advogada Guiomar Ferreira de Matos. A maior parte das ações propostas pelo Conselho não se efetivaram em função das dificuldades em que esbarravam os militantes. Elisa Nascimento, pontua que “ao perder o TEN sua sede, a continuidade dessas atividades foram prejudicadas” (NASCIMENTO, 2003, p. 309). No entanto, as pautas levantadas no período foram essenciais para as conquistas posteriores ligadas à comunidade negra.

Nessa seção, verificou-se que as autoras dos artigos conclamavam a população a refletir e a lutar contra o racismo. As críticas sociais incidiam nos aspectos sobre reivindicação, denúncia e aconselhamento. Petrônio Domingues (2009), enfatiza que nesse período as mulheres negras se agregam, realizando um discurso politizado em torno das questões raciais e de gênero. A seguir, será feita uma discussão sobre a natureza da imagem jornalística e implicações do fotojornalismo, para analisar as produções iconográficas a acerca da mulher contidas no jornal “Quilombo”.

2.4. A NATUREZA DA IMAGEM JORNALÍSTICA E AS IMPLICAÇÕES DO FOTOJORNALISMO

Dentro das sociedades, as produções imagéticas estão inseridas no cotidiano dos sujeitos e das organizações sociais, articulando dentro nas relações operando no campo do visível e o invisível. No início do século XX, a Escola dos Annales expandiu a gama de fontes históricas abrangendo as imagens, em oposição à Escola Metódica que se incidia a análise sobre documentos escritos. Charles Monteiro, lembra que “as imagens acompanham o processo de hominização e de

socialização do homem desde a Pré-história. Antes de apreender e de interpretar o mundo por meio de códigos escritos, o homem desenha, pinta e educa o olhar através de imagens” (MONTEIRO, 2013, p. 4). Isso implica na necessidade de interpretar as narrativas visuais, levando em consideração o processo de construção das imagens, os meios de circulação, os meios de validação e os modos de consumo.

A imagem está diretamente atrelada a concepção de mimese, que visa a busca realizar uma cópia do real por meio da representação e da semelhança. Maria Kern explica que “o próprio termo [imagem] teve a sua origem na palavra latina *imago* que no mundo antigo significava a máscara de cera, utilizada nos rituais de enterramento, para reproduzir o rosto dos mortos” (KERN, 2005, p.17). Assim, a representação imagética busca gerar uma realidade, e nela estão imbuídos sentidos sociais explícitos e implícitos.

Na atualidade, a imagem possui a capacidade de operar “[...] como meio de conhecimento e da verdade, como mecanismo de persuasão, de projeção social, de culto e ritual de sacralização [...]. Neste momento, ela se peculiarizou pela eficácia para fundar, construir e autorizar o poder” (KERN, 2005, p. 17). Por isso, Ulpiano Meneses destaca alguns parâmetros para a análise das fontes visuais.

Segundo Meneses, é preciso considerar o visual, o visível e a visão. O visual “[...] engloba a ‘iconosfera’ e os sistemas de comunicação visual, os ambientes visuais, a produção / circulação / consumo / ação dos recursos e produtos visuais, as instituições visuais etc.” (MENESES, 2003, p. 30). Essas questões evocam aspectos políticos, sociais e culturais que envolvem a produção, a circulação e a interpretação das imagens. Já o visível, refere-se à “[...] esfera do poder, aos sistemas de controle, à “ditadura do olho”, ao ver/ser visto e ao dar-se/não—se-dar a ver, aos objetos de observação e às prescrições sociais e culturais de ostentação e invisibilidade, etc” (MENESES, 2003, p. 30-31). Nesse sentido, o “dar-se a ver” é composto pelas formas performáticas e materiais. Elementos como os gestos, a indumentária e o espaço representado simbolizam o modo de como se almeja construir a representação de uma figura. Por fim, a visão condiz aos “[...] instrumentos e técnicas de observação, os papéis do observador, os modelos e modalidades do ‘olhar’” (MENESES, 2003, p. 31). Isso significa que, ao mesmo

tempo, os sujeitos e as instituições possuem sua imagem edificada a partir do olhar e das escolhas do outro.

A fotografia foi a primeira técnica mecânica de produção de imagens do século XIX, que ocorreu paralelamente ao surgimento do movimento impressionista. O processo fotográfico forneceu imagens com notável semelhança e fidelidade em relação à cena presenciada.

Sendo assim, a fotografia é uma técnica que cria imagens a partir de uma exposição luminosa, que se fixa em uma superfície sensível a luz. Dessa forma, cria-se uma imagem a partir de uma série de processos químicos. No final do século XX, surgiram os processos digitais de obtenção de imagem, os quais usam sensores eletrônicos, que armazenam e processam os dados, sendo reproduzido a partir de hardwares e softwares.

Nesse contexto, o constante avanço do fluxo fabril e o sistema capitalista fizeram com que a fotografia estivesse presente cotidianamente nas relações humanas, interferindo os modos de pensar e agir. Sobre isso, Monteiro declara que:

Por um lado, a fotografia respondeu a uma demanda crescente de imagens e de autorepresentação da burguesia em ascensão, oferecendo uma forma mais rápida e considerada mais fiel de fabricar imagens. De outro lado, o dramático processo de urbanização criou a necessidade de controlar e de disciplinar um contingente crescente e diversificado de sujeitos em uma sociedade de massas, mediante processos de identificação fotográfico (MONTEIRO, 2013, p. 6).

Dentro das formas de produzir uma imagem, a fotografia se diferencia de acordo com alguns aspectos como: pela técnica de produção, que utiliza recursos mecânicos e digitais; pela reprodutibilidade, gerando um alto e rápido volume de cópias; pela forma de veiculação, que ocorre em diversos suportes impressos e digitais; e pela apropriação realizada por diferentes grupos sociais.

Com isso, a fotografia pode demonstrar a inscrição de um indivíduo em um determinado período histórico. A peculiaridade da produção da imagem fotográfica, está no fato de que, a medida em que ela realiza registros, causa a impressão de congelamento de um período do tempo e do espaço. Gerando a ideia de captura do real, a fotografia se constitui como “um dos principais pilares da visualidade moderna” (FLORES, 2016, p. 9), conduzindo os ocidentais a tomarem como verdade o que está projetado no plano visual como uma reprodução fidedigna. Desse modo,

a fotografia também se firmou como um método de preservar memórias, fazendo com que ela exerça um papel decisivo no olhar dos sujeitos.

A socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí aponta que no ocidente as informações sobre o mundo são processadas, sobretudo, pela visão e que por isso, os corpos são tão evidenciados dentro desse sistema. Isso é perceptível inclusive no emprego do termo “cosmovisão”, “[...] usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, que capta o privilégio ocidental do visual” (OYĚWÙMÍ, 2002, p. 394).

Segundo François Soulages, “a fotografia não é uma restituição do objeto mundo, mas a produção de imagens que interpretam alguns fenômenos visíveis e fotografáveis, de um modo particular existente num espaço e numa história dados [...]” (SOULAGE, 2010, p. 31). Nesse contexto, as imagens veiculadas na mídia, tracejam vieses ideológicos, muitas vezes articulados a estratégias publicitárias, que geram sentidos que afetam em decisões políticas, profissionais, econômicas e culturais, como no caso do âmbito das aparências e dos costumes. Desse modo, a fotografia se define também como uma linguagem, se constituindo como uma forma de discurso, permeada por códigos abertos e contínuos, gerando significados e representações.

O historiador Roger Chartier, considera que as representações podem ser compreendidas como classificações e divisões, que estabelecem a apreensão do mundo social como categorias, de percepção do real e:

Nesse sentido, as representações podem ser entendidas como: esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado [...] em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Dessa forma, as representações, geradas pelos sujeitos e grupos sociais, são usadas tanto para interpretar como para conferir sentido à realidade em que vivem. Portanto, as representações são orientadas pelos interesses sociais, imposições, resistências, motivações e necessidades dos que as tramam, estando, assim, a serviço dos grupos para tentar impor seus valores e suas concepções de mundo social. Através dos meios técnicos e dos códigos da linguagem visual, os veículos jornalísticos exprimem deliberadamente seus interesses, conforme as suas inserções empresariais, culturais e políticas.

Considerando o campo das representações, como um ambiente de disputa entre as concepções do mundo social desenvolvidas pelos grupos, os objetos históricos devem ser percebidos dentro das práticas que os determinam, já que são constituídas historicamente e são socialmente variáveis, conforme os arranjos sociais e culturais. Sendo assim, por meio do uso do conceito de representação, é possível verificar como a imprensa, a partir da visão que tinham sobre a sua participação na sociedade, traduziu uma determinada forma de ver e pensar a mulher negra.

Vaz e Tavares, esclarecem que “a imagem no jornal possui força e torna-se a comprovação visível de um acontecimento, instrumento que justifica e legitima a informação escrita pelo jornalista” (VAZ; TAVARES, 2003, p. 1), demonstrando que, permeada por interferências, as imagens operam como uma linguagem que media os sujeitos/instituições e a realidade social. Assim, a representação por meio das imagens também é edificada a partir do intercâmbio entre quem produz a imagem, os sujeitos abordados nela e os seus leitores. Ana Maria Mauad salienta que para haver a compreensão de textos visuais:

É importante levar em conta também que o controle dos meios técnicos de produção cultural envolve tanto aquele que detém o meio quanto o grupo ao qual ele serve, caso seja um fotógrafo profissional. Nesse sentido, não seria exagero afirmar que o controle dos meios técnicos de produção cultural, até por volta da década de 1950, foi privilégio da classe dominante ou frações dessa (MAUAD, 2005, p. 141).

Sendo assim, ainda que a fotografia seja verossimilhante, é necessário levar em consideração de que o registro é um recorte da realidade, efetivado com a finalidade de cristalizar uma certa visão entre várias possíveis. O uso da composição e a aplicação das normas de enquadramento são recursos que operam para criação de perspectivas e pontos de vista que estão contidos dentro da imagem.

Roberta Oliveira, pontua que “a primeira efetiva aparição da fotografia em jornais europeus ocorreu na França, em 1910, contudo é na Alemanha que a fotojornalismo ganhou impulso e se expandiu para o restante do mundo” (OLIVEIRA, 2019, p. 44). A partir disso, os periódicos repletos de imagem protagonizam uma mudança nas relações sociais. As informações passaram a ser consumidas mais rapidamente, aliadas ao custo parcialmente acessível e a atratividade gerada pela imprensa ilustrada.

As imagens contidas nos periódicos também reduziram as distâncias. Cláudio Fachel Dias, explica que “a transição dos anos 1940 para a década de 1950 foi uma conjuntura de ruptura das fronteiras temáticas e de desenvolvimento da fotorreportagem, na qual, com um conjunto de fotos, se procura fazer um discurso [...] compreensível [...]” (DIAS, 2009, p. 78). A partir disso, a fotografia no campo jornalístico, começou a colaborar para delinear o texto escrito, conferindo credibilidade, ao passo em que ele também é usado como baliza na leitura das imagens presentes nas fotorreportagens. O historiador também salienta que nesse período no Brasil:

O regime visual em que está inserida a fotografia de imprensa no que diz respeito aos jornais diários ainda está muito ligada na tecnologia da década de 1940 e 1950, os fotógrafos na sua grande maioria ainda não haviam internalizado a cultura do fotojornalismo estando mais ligados aos padrões do retrato, entretanto, existe uma mudança em andamento (DIAS, 2009, p. 80).

Com isso, no Brasil, a partir da década de 1940, a fotografia de propaganda e o fotojornalismo se inscrevem em um movimento de ativação das táticas de divulgação do consumo. Naquele período, as classes média e alta recebiam influência direta dos ideais e hábitos advindos do modelo estadunidense. Dessa forma, as mulheres passam a ser alvo de campanhas publicitárias de diversos produtos para o lar que eram veiculadas em periódicos, como a revista “O Cruzeiro”. Butoni explica que:

A revista O Cruzeiro, iniciada em 1928, no Rio de Janeiro, implantou definitivamente uma consciência foto-jornalística, com grandes reportagens a partir da década de 1940. Nos anos 1950, era a maior revista brasileira, com tiragens imensas. Cenas da vida urbana, celebridades, crimes, famosos e um mapeamento visual das diferentes regiões do Brasil construíam uma imagem do país para os brasileiros (BUTONI, 2010, p. 4).

Entre as colunas existentes na revista “O Cruzeiro”, existia a “Maria Tereza” voltada para o público feminino. Entre temas abordados, estavam questões de comportamento e sexualidade. Realizando uma idealização do modelo feminino, a coluna realizava orientações sobre o modo como as mulheres deveriam tratar seus esposos e desempenhar as tarefas domésticas. Ao analisar o modo como a mídia impressa representava e propagava conceitos de corpo feminino saudável, Denise Siqueira e Aline Faria, destacam que:

Nos anos 1950, as novas revistas voltadas para o público feminino eram frequentemente ilustradas com fotografias de atrizes do cinema europeu ou

norte-americano, vencedoras de concursos de miss ou de beleza, vedetes do teatro de revistas, atrizes das chanchadas e rainhas do rádio. Criadas naquela década, Cinelândia, Querida, Capricho estão entre as publicações em que os conselhos de beleza são recomendados por estas mulheres-mito: Gina Lollobrigida, Sophia Loren, Marilyn Monroe, Martha Rocha (SIQUEIRA; FARIA, 2007, p. 177).

Além do aparecimento das fotografias realizadas em poses espontâneas, conhecidas como fotografias cândidas, é a partir da década de 1950 que se começa a dar visibilidade a escândalos, inicialmente na “[...] Itália, dando lugar ao nascimento de uma nova raça de fotógrafos: os paparazzi. Estes servem-se de teleobjetivas para surpreenderem as pessoas na sua vida privada”. (FREUND, 1995, p. 176).

Kossoy e Carneiro, ao analisarem o negro na iconografia brasileira do século XIX, salientam que no início do século seguinte a população negra aparece nas fotografias jornalísticas de modo incipiente. Devido aos custos, em grande parte, as fotografias das comunidades negras eram encomendadas, basicamente, por outros grupos sociais. Segundo os pesquisadores, a maioria delas retratava a população negra atrelada aos espaços públicos, buscando salientar o desenvolvimento das cidades e que:

Nessa trajetória do negro enquanto modelo de representação, pode-se constatar que estamos diante de cenas construídas onde o negro se viu embelezado por uns e animalizado por outros; [...] estigmatizado em seu traje de escravo ou trajado aristocraticamente no cenário do estúdio fotográfico, no momento em que, já liberto, pode optar por um estilo de representação (KOSSOY; CARNEIRO, 2002, p. 212).

Ainda que essas imagens fotográficas tenham sido retratadas pelo olhar do outro, esses sujeitos representavam algo que tendia a ser invisibilizado. Por isso, as fotografias demonstram processos de exclusão e inclusão na sociedade. Na próxima seção, serão analisadas as fotografias contidas sobre as mulheres negras no jornal “Quilombo”.

2.5 A PRODUÇÃO ICONOGRÁFICA ACERCA DA FIGURA FEMININA NO JORNAL “QUILOMBO”

Ao longo das dez edições publicadas pelo jornal “Quilombo”, aparecem 213 imagens que fazem referência à figura humana. Esse número é composto por

fotografias e ilustrações, incluindo as que também estão presentes nas campanhas publicitárias. Desse total de 213 produções iconográficas com figuração humana no jornal “Quilombo”, 122 delas representam mulheres, o que já demonstra que o jornal estava estimulando diferentes modelos de construção de identidade e imaginários sociais. Porém, existe um aspecto importante que Monteiro explica e que precisa ser levado em consideração ao analisar as fotografias jornalísticas. Segundo ele, deve-se ir:

Descartando as fotografias publicitárias e todas as demais que apenas “alugam” espaço nas páginas de um periódico, mas que não fazem parte de seu conteúdo editorial. Assim, propõe centrar a análise nas fotografias que a imprensa planifica, produz ou compra e que publica como conteúdo próprio. A este conjunto de imagens pode se atribuir o termo de “fotografia de imprensa” [...] a imagem fotojornalística é aquela produzida ou adquirida pela imprensa com conteúdos editoriais próprios, que estaria relacionada com valores de informação, atualidade e notícia de acontecimentos de relevância social, política, econômica, e que pode ser associada às classificações habituais da imprensa em suas diversas seções (MONTEIRO, 2016, p. 68).

Assim, desconsiderando as imagens em que apareciam figuras femininas, mas que se enquadravam como propagandas, restam 110 produções imagéticas. Esse levantamento foi realizado por edição, conforme detalhado pela listagem da tabela 1.

TABELA 1 - LISTAGEM, POR EDIÇÃO, DE IMAGENS COM FIGURAÇÃO HUMANA E FEMININA

NÚMERO DA EDIÇÃO	IMAGENS EM QUE APARECE FIGURAÇÃO HUMANA	PROPAGANDAS COM FIGURAÇÃO HUMANA	PRODUÇÕES IMAGÉTICAS FEMININAS, DESCONSIDERANDO AS PROPAGANDAS
1	17	0	7
2	13	1	5
3	26	1	14
4	25	2	15
5	24	6	7
6	21	0	12
7 e 8	34	1	14
9	36	1	24

10	17	0	12
Total	213	12	110

Ao analisar a composição fotográfica nas imagens selecionadas do jornal “Quilombo”, foram levados em consideração aspectos como tipo, formato, tamanho, nitidez, enquadramento, espaço e relação com o texto.

Dessa forma, identificou-se que as fotografias do jornal foram registradas em momentos espontâneos e posados. Já os formatos geométricos das impressões foram: quadrado, circular, oval e, predominantemente, retangular. De modo geral, a qualidade das fotografias do jornal é baixa, muitas delas, apresentando baixa nitidez, granulação, desfoque ou turbidez, que, por vezes, dificultam a identificação dos indivíduos e elementos que a compõem. Porém, algumas fotografias, sobretudo as realizadas em estúdio, possuem boa visibilidade. O tamanho das fotografias variou entre muito pequeno, pequeno, médio, grande e extragrande. As imagens muito pequenas ocupavam um espaço igual ou inferior a 1/8 de uma página de jornal; as imagens pequenas ocupavam cerca de 1/6 das páginas; as imagens médias ocupavam cerca de 1/4 da página; as grandes ocupavam até meia página; e as extragrandes referem-se as imagens que ocuparam mais de 60% da página. Nessas imagens, verifica-se que o enquadramento foi realizado em vários planos. Existem fotografias com o plano aberto (com a câmera distante do objeto), com o plano médio e com o plano fechado (com a câmera muito próxima do objeto). Nas fotografias com o enquadramento com o plano fechado há predominância de rostos e corpos. No plano médio, assim como no plano aberto, aparecem grupos de pessoas e parte do ambiente é observável. Os espaços físicos abordados pelas fotografias retrataram estúdios, cenas de filmes, peças teatrais, salões de baile, auditórios, locais de culto e ambientes públicos. As fotografias em relação aos textos, aparecem de três formas: fotografias avulsas e que estão sem título, legenda ou texto; fotografias acompanhadas somente da legenda ou título; e fotografias com título, texto e legenda.

Sendo assim, analisando-se as 110 produções imagéticas que retratam figuras femininas, as mulheres brancas aparecem em 14 fotografias. Dessas 14, em seis elas aparecem junto com mulheres negras. Somente em três fotografias as

mulheres brancas aparecem sozinhas. As mulheres brancas que aparecem sozinhas nestas fotografias são: Luiza Barreto Leite (apoiadora do TEN), Clélia Guerreiro Ramos (esposa de Guerreiro Ramos) e Sonia Regina (autora do livro “Romanceiro do Negrinho”). Nessas três fotografias, o enquadramento se dá apenas em seus rostos e as imagens são de pequenas proporções. Nas demais fotografias, em que aparecem mulheres brancas no jornal, elas estão acompanhadas por outras pessoas, como homens e crianças.

Ainda, dentro do total de 110 fotografias com figuras femininas, em 90 delas aparecem mulheres negras. Nessas imagens, as mulheres negras estão sozinhas ou acompanhadas por homens, crianças, idosos e mulheres brancas. Ainda, cinco dessas 90 fotografias estão duplicadas, isto é, aparecem duas vezes na mesma edição.

Em 48 das 90 fotografias em que aparecem mulheres negras, há a presença de, pelo menos, um homem na imagem e em 22 fotografias elas aparecem sozinhas. Destas 22 fotografias, em 11 delas, as mulheres negras ocupam lugar de destaque no jornal. Como fotografia de destaque consideram-se imagens em que as mulheres negras aparecem sozinhas e que sejam acima do tamanho grande, ocupando mais de meia página do jornal.

Também, foi realizada uma classificação das 110 produções imagéticas com representação feminina nas 10 edições do jornal “Quilombo”, subdividindo-se em oito categorias temáticas que se evidenciaram ao longo do jornal. São elas: atividades artísticas e teatrais; manifestações religiosas; concurso de beleza; ativistas; família; cultura popular; escravidão; e política. Na tabela 2 estão apresentados o quantitativo de imagens em cada uma das oito categorias.

TABELA 2 - NÚMERO DE IMAGENS POR CATEGORIA

CATEGORIA	TOTAL	Porcentagem
Atividades Artísticas e Teatrais	47 (5 duplicadas)	42,73%
Concurso de Beleza	20	18,18%
Família	13	11,82%
Ativistas	10	9,09%

Política	7	6,36%
Cultura Popular	6	5,45%
Manifestações Religiosas	5	4,55%
Escravidão	2	1,82%
Total	110	100%

Com base no critério de proporcionalidade, foram selecionadas algumas imagens de cada grupo para serem destacadas dentro desse trabalho, em que as mulheres negras estão presentes.

Para a categoria de atividades artísticas e teatrais foram identificadas 47 ilustrações e fotografias com presença feminina, das quais cinco são duplicações das fotografias das capas. Esta categoria é composta por fotografias de atrizes, como Ruth de Souza, Maria Gonçalves, Dulcina, Luiza Barreto Leite, Eseza Makumbi, Beatriz Dafonseca, Neuza Paladino, Ethel Wathers, Jeanne Crain, entre outras. Ainda que atuassem no sentido de colaborar com as atividades do movimento negro no período, Maria Nascimento e Clélia Guerreiro Ramos também aparecem fotografadas em cenas de psicodrama. Também apareceram cantoras, como Maria do Carmo, Jújú, Marian Anderson, entre outras; pintoras, como Cleoo Novarro; artistas, como Philippa Schuyler; poetizas, como Sônia Regina; bailarinas, como Josephine Baker, Mercedes Batista, Katherine Dunham, Dolores Harper, entre outras. Acompanhados dessas mulheres aparecem homens, identificados como ativistas, escritores e artistas. Nessa categoria, as cenas retratavam temas que abordavam sobre ilustrações de figurino; ensaios teatrais adultos e infantis; encenação de peças teatrais; cenas de filmes; desfiles de escola de samba e apresentações de dança.

Sendo assim, a figura 1 retrata uma fotografia que está na capa da edição 1, que ocupa um tamanho pequeno, com a presença da atriz Ruth de Souza. Na coluna “Cinema”, o editorial do jornal traz um artigo intitulado “Encontro com Ruth de Souza”, exaltando a atuação da atriz.

FIGURA 1 - FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ RUTH DE SOUZA NA CENA DO FILME
“TERRA VIOLENTA”.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 1, dez. 1948, p. 1).

Essa fotografia mostra a atriz em uma das cenas de seu primeiro filme, “Terra Violenta” lançado em 1948 pela Atlântida Cinematográfica. O longa foi dirigido por Edmond Bernoudy e o elenco contavam com atores como Anselmo Duarte e Grande Otelo.

Ruth Pinto de Souza nasceu no bairro do Engenho de Dentro, localizado na zona norte do Rio de Janeiro. Até os seus nove anos morou em uma fazenda no estado de Minas Gerais. Com o falecimento do pai, ela e a mãe voltaram para o Rio e passaram a morar em uma vila no bairro de Copacabana. Ruth de Souza chegou a trabalhar como empregada doméstica, mas consolidou-se na carreira

cinematográfica. Ao ler a “Revista Rio” descobre o Teatro Experimental do Negro, liderados por Abdias do Nascimento e une-se a ele. Sua carreira de atriz iniciou dentro do TEN em 1945. Maria Angela de Jesus, no livro “Ruth de Souza: estrela Negra”, realizou sua biografia. Em um depoimento contido no livro, a atriz disse que na sua infância as pessoas lhe diziam: “Imagina! Olha, o que ela quer! Ela quer ser artista! Não tem artista negra, como é que ela quer ser artista?!” (JESUS, 2007, p. 30).

Os atores do TEN se encontravam nos salões da União Nacional dos Estudantes, porém o grupo não possuía recursos para financiar as primeiras montagens e, sobretudo, para adquirir direitos autorais. Assim, o grupo teve a ideia de solicitar para que O’Neill cedesse os direitos autorais da peça “O Imperador Jones”. Abdias do Nascimento escreveu a carta e O’Neill respondeu liberando os direitos autorais de “O Imperador Jones”. A carta foi publicada na íntegra na 1ª edição do jornal “Quilombo” em 09 de dezembro de 1948⁶.

O episódio ganhou repercussão na imprensa do período, com notícias que descreviam algo como: “Sogro de Charles Chaplin cedeu os direitos de suas peças para o Teatro Experimental do Negro aqui no Brasil” nas palavras de Ruth de Souza (JESUS, 2002, p. 37). A notoriedade deste evento contribuiu para o processo de legitimação grupo. Assim, em maio de 1945, a atuação de Ruth de Souza, ao lado de outras mulheres negras, abriu espaço para o artista negro no Brasil, ao participar do primeiro grupo de teatro negro a subir ao palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a peça “O Imperador Jones” do escritor Eugênio O’Neill.

⁶ “O’Neil ao T.E.N - 6 de Dezembro de 1944 - Meu prezado Snr. Nascimento: Sua cara de 8 de novembro atrasou-se grandemente no caminho e não me chegou em San Francisco sendo ontem. Perdoe-me pois este atraso, Não é minha culpa. Dou-lhe a minha permissão para montar “O Imperador Jones” sem nenhum pagamento a mim, e quero desejar-lhe todo o sucesso que você espera para o seu “Teatro Experimental do Negro” Conheço muito bem as condições que você descreve do teatro brasileiro. Tivemos as mesmas condições no nosso teatro antes que “O Imperador Jones” fosse representado em New York em 1920 – qualquer parte de responsabilidade era sempre desempenhada por atores brancos pintados de preto. (Isto, naturalmente, não se aplicava à comédia musical ou ao teatro de variedades, onde uns poucos negros conseguiam alcançar grande sucesso). Depois de “O Imperador Jones”, representado originalmente por Charles Gilpin e mais tarde por Paul Robeson, fazer um grande sucesso, o caminho estava aberto para o negro representar drama sério em nossos teatros. O que dificulta agora é a falta de peças. Mas acho que bem cedo haverá dramaturgos negros de real mérito para suprir essa falta. Em qualquer situação póde contar sempre comigo para cooperar com voces porque desejo acima de tudo que o seu teatro tenha bom êxito e longa vida. Agradeço-lhe muito a gentileza do seu oferecimento de remeter-me os comentarios sobre a sua representação, traduzidos para o inglez. Ficarei contente de ve-los. Os melhores votos para você e para todos aqueles relacionados com seu teatro. (as.) Eugene O’ Neil” (QUILOMBO, dez, 1948, n.1, p 7)

Em 1946, quando o grupo possuía dois anos de existência, participou de uma celebração com outras companhias do período, realizado no Teatro Regina, (atual Teatro Dulcina). No evento, o TEN em parceria com a companhia Os Comediantes apresentaram a adaptação feita por Graça Melo de “Terra do Sem Fim”, de Jorge Amado. O autor com frequência, esteve nos ensaios, contribuindo com suas opiniões. Após essa adaptação teatral, Jorge Amado vendeu os direitos do livro ao cinema e indicou Ruth de Souza para atuar no mesmo papel da peça, marcando a sua estreia no cinema. Nesta mesma fase, além de fazer adaptações, o TEN passou a dispor com espetáculos escritos especialmente para ele, trazendo novos temas ligados as culturas de origem africana para os palcos brasileiros.

O baiano Jorge Amado possuía estreitamento com personalidades da política e das letras em um período de grande ebulição cultural do Rio de Janeiro, como Raul Bopp, José Américo de Almeida, Gilberto Freyre, Carlos Lacerda, José Lins do Rego e Vinicius de Moraes. Jorge Amado desenvolveu temas ligados aos problemas brasileiros no mesmo período em que Rachel de Queiroz lhe apresentou ideais igualitários do comunismo. Fez parte da segunda fase do modernismo no Brasil (1930-1945), marcada pelo engajamento das questões sociais. Seu primeiro sucesso internacional foi com o romance publicado em 1934 intitulado de “Jubiabá”, protagonizado pelo herói negro Antônio Balduino. A ficção publicada em francês foi elogiada por Albert Camus⁷ em 1939 em um artigo de jornal francês.

Jorge Amado militava junto às associações negras. Em 1937, participou dos trabalhos do II Congresso Afro-brasileiro⁸, ocorrido em Salvador. Neste sentido,

⁷ Albert Camus recebeu o Nobel de Literatura em 1957.

⁸ O I Congresso Afro-Brasileiro, ocorreu em novembro de 1934, no Recife. O II Congresso Afro-Brasileiro ocorreu em janeiro de 1937, dentro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, teve como o principal articulador o advogado Edison Carneiro. Na abertura, explicou a natureza do evento: “Eminentemente científico, mas também eminentemente popular, o Congresso não reúne apenas trabalhos de especialistas e intelectuais do Brasil e do estrangeiro, mas também interessa à massa popular, os elementos ligados, por tradições de cultura, por atavismo ou por quaisquer outras razões, à própria vida artística, econômica, religiosa do Negro no Brasil. Assim, no Congresso da Bahia, ao lado das teses de, por exemplo, Melville Herskovits, Arthur Ramos e Gilberto Freyre, serão discutidas as teses de Escholastica Nazareth, chefe do ‘terreiro’ de Gantois, de Silvino Manuel da Silva, tocador de tabaque nesse mesmo ‘terreiro’, e de Eugenia Anna Santos, chefe do Centro Cruz Santa do Aché Opô Afonjá. O Congresso Afro-Brasileiro tem, portanto, uma orientação democrática, todos os presentes podendo entrar nos debates, afim de melhor esclarecer os assuntos estudados” (CARNEIRO; BONFIM; FERRAZ, 1940, p. 15-16). As relações estabelecidas por Edison Carneiro e as diversas lideranças negras possuíram múltiplos sentidos e significados, os quais se inscrevem nos

observa-se que o escritor estava engajado no combate as desigualdades da sociedade brasileira. O evento teve como principal articulador o escritor Edison Carneiro⁹, que se tornou posteriormente um colaboradores do TEN. Nele, discutia-se a necessidade de organizar a luta antirracista das associações negras contemporâneas.

Na figura 2, uma fotografia da atriz Eseza Makumbi, de Uganda, em tamanho extragrande é destacada. Ela foi a capa da edição 3 do jornal. Sua imagem ilustra a expectativa da estreia do filme “Atavismo” no Brasil.

FIGURA 2 - FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ ESEZA MAKUMBI, DO FILME “ATAVISMO”.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 3, jun. 1949, p. 1 e 3).

contextos intelectuais, “científicos”, sociais, culturais e políticos do período. Dentro deste contexto, os próprios “cientistas” e seus “objetos” de pesquisa, são parte de um mesmo processo histórico, em que as relações de raça e a cultura brasileira foram analisadas.

⁹ Edison Carneiro também foi responsável por organizar a União das Seitas Afro-Brasileiras.

O filme londrino denominado de “Atavismo” foi lançado em 1946 e produzido por Joseph Arthur Rank. Sua trama retrata uma história iniciada no continente africano. Neste filme, a atriz ugandense foi recrutada para ser coadjuvante. No final de 1949, o filme estreou no Brasil. Na edição de número 3, ainda havia a expectativa, entre os ativistas brasileiros, de que o negro não seria retrato de forma pitoresca nesse filme. Porém, na coluna “Cinema” da edição número 6 de fevereiro de 1950, consta uma resenha crítica, de autoria desconhecida, sobre o filme e a atuação de Makumbi. A atriz foi premiada pela Associação Brasileira dos Críticos de Cinema (ABCC) e seu desempenho foi exaltado. No entanto, o jornal teceu fortes julgamentos ao filme, salientando que havia forte propaganda imperialista britânica. Além disso, a coluna destacou que o filme ridicularizava as crenças africanas, demonstrando ignorância sobre os costumes e práticas religiosas da população africana. Ao longo das 10 edições, a fotografia de Makumbi aparece 3 vezes (sendo que uma delas é repetição da fotografia de capa da edição 3 em tamanho muito pequeno) e relaciona-se diretamente com o filme “Atavismo”.

Em outra fotografia de destaque na capa, a figura 3 apresenta a atriz Ruth de Souza na edição 4. Nas páginas seguintes, essa fotografia é reproduzida novamente em tamanho muito pequeno e junto há uma breve biografia da atriz. Ela também é apresentada pelo jornal como uma das principais colaboradoras femininas do TEN.

FIGURA 3 - FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ RUTH DE SOUZA.



FONTE: Jornal "Quilombo" (QUILOMBO, n. 4, jul. 1949, p. 1 e 3).

Nessa fotografia produzida pelo fotografo "Wilson", Ruth aparece com os trajes de "Desdêmona", personagem na obra teatral "Otelo", escrito por Shakespeare. Na obra, Desdêmona era a esposa de Otelo, um general mouro.

Com um ano de existência, em 1945, o TEN participou do "Festival Shakespeare" organizado por Paschoal Carlos Magno. Cada grupo apresentava uma peça. Nele, a atriz Cacilda Becker interpretou a Desdêmona com Abdias do Nascimento, porém Ruth de Souza e Abdias do Nascimento fizeram a cena do estrangulamento. A atriz declarou: "Fui à primeira Desdêmona negra. Acho que a primeira Desdêmona negra do mundo!" (JESUS, 2002, 43). Por sua atuação neste papel, Paschoal Carlos Magno indicou a atriz para ganhar um bolsa de estudo da Fundação Rockefeller, onde passou um ano nos Estados Unidos com passagens na

Universidade Harvard, em Washington, e na Academia Nacional do Teatro Americano, em Nova York.

Poucos anos mais tarde, “Ruth foi cotada ao prêmio de melhor atriz no Festival de Veneza de 1953, ao lado de Michèle Morgan, Katharine Hepburn e Lilli Palmer” (JESUS, 2007, p. 19). Hepburn, até 1943 já havia sido indicada ao Oscar quatro vezes. Isso demonstrava a importância de Ruth de Souza, enquanto atriz brasileira, no cenário mundial.

A figura 4, demonstra a fotografia de destaque na capa da edição 5, onde aparece a pianista Philippa Schuyler. Essa imagem também aparece replicada na página seguinte em tamanho muito pequeno. Ali é feita uma homenagem do editorial na coluna “Nossa Capa”, considerando a artista um prodígio estadunidense.

FIGURA 4 - FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ARTISTA PHILIPPA SCHUYLER.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 5, jan. 1950, p. 1 e 2).

No jornal, consta que aos sete anos, Philippa já “[...] se apresentava no auditório da Feira Mundial de Nova York” (QUILOMBO, n. 5, jan. 1950, p. 2). Ela também chegou a se apresentar no Carnegie Hall e em vários outros espaços imponentes, porém por ser parda, sofreu muitos embargos. Ela era filha de Josephine Schuyler, uma mulher branca, e de George Schuyler, escritor e ativista negro. Na mesma edição, onde sua filha aparece como destaque de capa, Schuyler traz uma colaboração ao jornal como correspondente, na coluna “Arquivo”.

O artigo de George Schuyler, intitulado de “Quilombo nos Estados Unidos” foi publicado originalmente no jornal “The Pittsburgh Courier”, em setembro de 1949 e com o auxílio de João Conceição o texto foi traduzido para o português. Antes de começar a tratar das questões nos Estados Unidos, Schuyler, dirige-se às pessoas de cor de seu país que estejam nas universidades ou estudando alguma língua latina, recomendando “[...] a leitura permanente de QUILOMBO, um jornal mensal editado no Rio de Janeiro, Brasil, por gente de côr para a gente de côr.” (QUILOMBO, n. 5, jan. 1950, p. 4). Segundo Schuyler, os conhecimentos sobre as questões raciais brasileiras eram limitados no seu país e a leitura do jornal também auxiliaria a população estadunidense a compreender a própria vida do negro nos Estados Unidos. Como colaboradores, a família Schuyler tentou elevar o número de leitores do jornal “Quilombo” e ampliar as demandas do movimento negro brasileiro para além das fronteiras nacionais.

Em mais uma fotografia de capa, o jornal destaca uma personagem feminina negra com carreira internacional. Trata-se da bailarina estadunidense Josephine Baker, naturalizada como francesa, como é possível observar na figura 5.

FIGURA 5 - FOTOGRAFIA DE CAPA COM A BAILARINA JOSEPHINE BAKER.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 6, fev. 1950, p. 1).

A biografia de Baker foi apresentada na coluna “Nossa Capa”, junto com a repetição dessa mesma fotografia em tamanho muito pequeno. O jornal destaca que ela estimulava outros artistas negros e chegou a patrocinar estreias de artistas em início de carreira. Tida como propulsionadora do modernismo na dança, foi aclamada por intelectuais brancos e ativistas negros. Baker esteve no Brasil em 1929. Petrônio Domingues, em um artigo que aborda sua trajetória, destaca que “A ‘Vênus Negra’ era festejada pela imprensa dos ‘homens de cor’” por ter conquistado Paris, cidade tida como a mais civilizada, culta e moderna da Belle Époque” (DOMINGUES, 2010, p. 106).

A capa do jornal da edição 7-8, traz uma fotografia de destaque. Nela está a bailarina Mercedes Batista, conforme apresentado pela figura 6. Na coluna “Nossa capa”, a fotografia se repete em tamanho muito pequeno e é descrita sua trajetória.

FIGURA 6 - FOTOGRAFIA DE CAPA DA BAILARINA MERCEDES BAPTISTA.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 7-8, abr. 1950, p. 1).

Mercedes Baptista foi a primeira bailarina negra a compor o Corpo de Baile do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Mantendo as atividades no teatro, ela integrou à militância do TEN, em busca de uma identidade afrobrasileira. Mestiça e filha de uma empregada doméstica, formou-se em balé clássico. Apresentou-se para plateias compostas por intelectuais como Albert Camus, como destacado pelo jornal “Quilombo”.

Mercedes Baptista também ganhou o concurso “Rainha das Mulatas” em 1948, e no mesmo ano ganhou uma bolsa de estudos junto da companhia de

Katherine Dunham, composta somente por negros, nos Estados Unidos. Ao retornar, Mercedes fundou um balé afro-brasileiro, intitulado de “Ballet Folclórico” em 1953. Sobre sua companhia de dança, Marianna Monteiro aponta que:

Mercedes estruturou uma aula de dança afro, com barra, centro e diagonal. Criou uma gramática corporal específica, a partir da observação das danças do candomblé do folclore e acabou sendo de enorme importância para o aperfeiçoamento dos bailarinos que criavam e dançavam nos musicais do TEN (MONTEIRO, 2015, p. 11).

Sua atividade promoveu a visibilidade do legado africano, demarcando uma estética e gerando uma cultura em torno da dança afrobrasileira.

A bailarina e ativista, Katherine Dunham, foi a capa da décima edição do jornal, conforme é possível observar na figura 7. No editorial, sua presença é demarcada como de grande importância para a militância. Ela ministrou a aula inaugural do balé infantil do TEN, junto com a presença de Maria Nascimento.

FIGURA 7 - FOTOGRAFIA DE CAPA DA BAILARINA KATHERINE DUNHAM.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 10, jun./jul. 1950, p. 1).

Na mesma edição são apresentadas diversas imagens com composições de dança elaboradas pela bailarina. Junto com a companhia “The Katherine Dunham School of Arts and Research”, fundada em 1933 em Chicago, Dunham veio ao Brasil e apresentou-se no Rio de Janeiro e em São Paulo. A performatividade do seu grupo também se constituía como um ato de afirmação da cultura afro-americana. Dunham é considerada a precursora da dança negra moderna na América, marcando o rompimento com o classicismo europeu vigente até aquele momento.

Durante sua passagem pela cidade de São Paulo, por discriminação racial, foi impedida de se hospedar no Hotel Esplanada, conhecido na época como o “hotel das celebridades” e muito frequentado por estadunidenses. O caso repercutiu na imprensa internacional e levantou um debate sobre a questão da discriminação racial. Esse escândalo levou Gilberto Freyre a realizar uma nota dirigida ao presidente da República, que foi proferida na Tribuna da Câmara Federal, em julho de 1950 e que foi descrita na íntegra dentro do jornal “Quilombo”. A seguir, está o trecho inicial de sua argumentação:

- Sr Presidente. Se é certo que um hotel da capital de São Paulo recusou acolher como seu hóspede a artista norte-americana Katherine Dunham por ser pessoa de cor, o fato não deve ficar sem uma palavra de protesto nacional nesta casa. Pois entre nossas responsabilidades de representantes da Nação Brasileira está a de vigilância democrática da qual tanto se fala hoje nos discursos, mas que nem sempre é praticada nos momentos precisos. Este é um momento – o ultraje à a r t i s t a admirável cuja presença honra o Brasil – em que o silêncio comodo seria uma traição aos nossos deveres de representantes de uma nação que faz do ideal, se não sempre da prática, da democracia social, inclusive a étnica, um dos seus motivos de vida, uma das suas condições de desenvolvimento (QUILOMBO, n. 10, jun./jul. 1950, p. 8).

Responsabilizando a nação brasileira, Freyre pondera que as ações democráticas são necessárias para manter o convívio em sociedade. O constrangimento e a humilhação impostos a Katherine Dunham, famosa internacionalmente, impulsionou a criação de uma medida pública que visasse contornar um dilema que poderia causar mal-estares diplomáticos, sanções econômicas e danos para a imagem de paraíso racial que o Brasil ostentava.

Assim, o deputado federal Afonso Arinos de Melo Franco apresentou um projeto que classificava como contravenção penal a recusa de atender uma pessoa em função do preconceito racial. O jornal “Quilombo” trouxe na íntegra o projeto de

lei “nº 562” e salientava que sua aprovação fazia parte da “cruzada para a segunda abolição” (QUILOMBO, n. 10, jun./jul. 1950, p. 8).

A lei nº 1.390 foi promulgada por Getúlio Vargas em 3 de julho de 1951. Essa legislação representou uma vitória para a comunidade negra. Além de ser a primeira norma contra a discriminação racial no Brasil, a articulação em torno de sua aprovação conseguiu criar uma congregação nacional que visava combater o racismo. Porém, a legislação vigente, teve muita pouca efetividade. Bertulio descreveu que “a visão racista de quem propunha e julgava a ação penal achava as provas suficientes ou relevantes” (BERTULIO, 1998, p. 215) tornando as ações invalidadas.

Já na categoria de manifestações religiosas, em que constam figuras femininas, estão cinco imagens. Entre elas estão fotografias de divindades femininas, da orquestra de culto, do detalhe de uma boneca de culto religioso e de uma cerimônia religiosa em ambiente público. Há também uma de ilustração sobre o candomblé.

A estatueta de Yemanjá, uma divindade africana, aparece retratada de forma antropozoomórfica. Sua cauda é de uma sereia, mas sua metade humana é retratada como uma mulher branca. Nessa mesma fotografia, aparece uma parte de uma imagem de uma santa católica. Sobre os processos de inculturação, o cientista político camaronense Achille Mbembe publicou o livro “África Insubmissa: Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial” discorrendo sobre os estados e sociedades africanas, sobretudo, após o colonialismo. Ao analisar a inserção das teologias europeias, Mbembe demonstra que a religião cristã passou por diversas reapropriações, reconfigurações e reinterpretações pelas sociedades locais, como explica:

Tomaram mensagens e imagens das ofertas cristãs que lhes eram apresentadas, retrabalharam-nas de acordo com sua própria compreensão da sua história e das suas tradições, calculando sempre as suas possibilidades no contexto das emergências diárias e das necessidades imediatas com que se deparavam. (MBEMBE, 2013, p. 26)

Assim, as experiências populares da fé foram modificadas como tática simbólica e material para a resistência sociopolítica, uma vez que “[...] as classes populares fazem empréstimos e transformam tanto os produtos culturais quanto o poder que impera sobre os mesmos” (MBEMBE, 2013, p. 26). A reflexão de Mbembe

demostra como que, apesar da dominação colonial, existem sobrevivências intensas das religiões tradicionais de matriz africana.

A ilustração da figura 8, está junto da fotografia de Yemanjá. O texto que acompanha a ilustração e as fotografias, explicam como ocorre uma festa de candomblé.

FIGURA 8 - ILUSTRAÇÃO SOBRE O CANDOMBLÉ.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 1, dez. 1948, p. 4-5).

Na ilustração da figura 8, é possível identificar duas figuras femininas, porém a figura central dessa ilustração é um filho de Xangô. Isso é reforçado pelo fato de que no canto inferior esquerdo seu machado também aparece em destaque. Porém, o texto que acompanha a imagem, deixa evidente o eixo matriarcal das religiões de matriz africana. O ritual começa “[...] com a assistência apenas da mãe, do sacrificador (axôgun) e de algumas filhas mais velhas, co-administradoras da comunidade” (QUILOMBO n. 1, p. 4, dez. 1948). Durante toda a prática litúrgica, as mulheres desempenham funções elementares.

Já a figura 9 apresenta a fotografia de um ritual religioso em ambiente público em Adis Abeba, onde há homens e mulheres. A falta de nitidez da imagem e o enquadramento em plano aberto dificulta a compreensão da leitura visual. A legenda

descreve o imperador Haile Sellassiê assistindo uma cerimônia copta na capital da Etiópia.

FIGURA 9 - FOTOGRAFIA DE UMA CERIMÔNIA RELIGIOSA COPTA EM ADIS ABEBA.



FONTE: Jornal "Quilombo" (QUILOMBO, n. 4, jul. 1940, p. 5).

Um ponto importante, está no fato de que na reportagem consta que "a Imperatriz dirige e vela as atividades que correspondem às necessidades da vida feminina, em todas suas manifestações, sendo, ela mesma exemplo com seus costumes, da mais elevada responsabilidade" (QUILOMBO, n. 4, jul. 1940, p. 5).

Na fotografia da figura 10 é retratada uma boneca utilizada em cerimônias religiosas. Os traços de africanidades são destacados nessa imagem, sobretudo, pelos cabelos e o tom da pele.

FIGURA 10 - BONECA UTILIZADA EM CULTO RELIGIOSO.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 10, jun./jul. 1950, p. 5).

Neste caso, visualmente a boneca remete a uma androgenia, possuindo características que podem estar presentes no gênero feminino ou masculino. A fotografia acompanha um texto que aborda o problema da liberdade de culto e discriminação religiosa. O artigo aborda sobre a supressão dos direitos religiosos e a falta de dispositivos constitucionais que os assegurem. Em destaque está escrito que “nas estatísticas do Departamento de Segurança não configuram os ‘terreiros’ como foco de desordens ou como contrários aos bons costumes” (QUILOMBO, n. 10, jun./jul. 1950, p. 5).

Na categoria concurso de beleza, são apresentadas 20 fotografias com mulheres. Nesse período, as mulheres negras encontravam espaço para concorrer em concursos de beleza promovidos pelas organizações negras. Esses eventos

objetivavam exaltar e estimar a beleza delas, ao mesmo tempo, que estabeleciam uma beleza cívica urbana que representava a comunidade negra em geral.

Existem registros que apontam que desde a década de 1920 existiam concursos de beleza no Brasil, que ocorriam de modo irregular. A nível nacional, o concurso de Miss Brasil só se oficializou em 1954. Desde então, anualmente, o concurso elenca uma representante da beleza brasileira entre 26 candidatas, uma para cada estado do país. A eleita disputa o Miss Universo nos Estados Unidos. No entanto, antes disso, o concurso do Miss Brasil já funcionava. Ferraz esclarece que:

Em 1922, integrando as comemorações do Centenário da Independência, o jornal A Noite e a Revista da Semana promoveram um concurso para revelar a mulher mais bonita do Brasil escolhida em eliminatórias estaduais. A vencedora, [foi] Zezé Leone [...]. Seguiram-se a elas a carioca Olga Bergamin de Sá, em 1929, a gaúcha Iolanda Pereira, em 1930, a carioca Ieda Telles de Menezes, em 1932, a também carioca Vânia Pinto, em 1939 e a goiana Jussara Márquez em 1949. (FERRAZ, 2011, p. 5)

A exemplo dos concursos de misses que ocorriam no Brasil e fora dele, a comunidade negra promoveu seus concursos, enquanto os jornais da imprensa negra começaram a estampar suas candidatas vencedoras.

No jornal “Quilombo”, destacam-se premiações e concursos de beleza promovidos pelo próprio TEN, como o “Boneca de Pixe” e o “Rainha das Mulatas”. Esses concursos ocorreram nos anos de 1947, 1948, 1949 e 1950. Eles ocorreram no Rio de Janeiro, que na época, ainda era a capital do Brasil e cidade onde se localizava a sede do TEN. As fotografias das candidatas vitoriosas destes concursos também circularam na grande imprensa, uma vez que “é nos concursos de beleza que as identidades podem e são frequentemente tornadas públicas e visíveis” (COHEN, 1996, p. 2, tradução nossa).

No intuito de ressignificar adjetivos pejorativos utilizados como insulto racial, como o termo “mulata” e “pixe”, estes concursos receberam esses nomes. Para Abdias Nascimento, era necessário que o próprio negro pudesse codificar a sua experiência de quase cinco século de opressão, a sistematizando e interpretando. Sobre esse processo de alteração de significados, Abdias discorre que o grupo buscava realizar uma:

Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeados pelo colonialismo e o racismo. Enfim reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que

ainda for útil e positivo no acervo do passado. (NASCIMENTO, 1980, p. 262)

A produção deste conhecimento sistematizado, advindo da leitura da realidade social do negro, buscou a emancipação destes sujeitos por meio do seu próprio conjunto de valores, da procura de uma autodefinição e da busca de colocar estes indivíduos como protagonistas de suas vidas em oposição do colonialismo eurocêntrico. Esta estratégia de utilizar um termo de subalternização da população negra para transmutar o sentido para positivo no seu aspecto semântico começa a emergir com o movimento de negritude nas primeiras décadas do século XX.

O desenvolvimento do movimento de negritude passa a ganhar força a partir da década de 1930, a partir de intelectuais diaspóricos¹⁰. Neste período, efervesceram discussões nos Estados Unidos, nas Antilhas e na Europa ao passo em que na África emergia os ideais pan-africanistas. Somente em 1939, com a publicação do poema manifesto “Cahier d’un Retour au Pays Natal”¹¹, o termo negritude foi cunhado pelo martinicano Aimé Césaire. Buscando um novo significado positivo e de orgulho racial, Césaire, em entrevista, explicou que:

Como os Antilhanos tinham vergonha de ser negros, eles buscaram toda espécie de perífrase para designar um negro. Falava-se de 'homem com pele curtida' e outras coisas estúpidas assim ... e então adotamos a palavra preto como um desafio de palavras. Este foi um nome de desafio. Foi um pouco a reação de um jovem à raiva. Já que eles tinham vergonha da palavra preto, bem, nós usaríamos preto. Devo dizer que quando fundamos L'Étudiant noir eu realmente queria chamá-lo de L'Étudiant nègre, mas houve grande resistência na mídia Antilhan ... Alguns consideraram que a palavra nègre era muito ofensiva: por isso tomei a liberdade de falar sobre negritude (négritude). Havia em nós uma vontade de desafio, uma afirmação violenta na palavra nègre e na palavra négritude (DESPESTRE, 1977, p. 337, tradução nossa).

A palavra negritude deriva de nègre, negro em francês. Na época, o termo possuía caráter ofensivo, sendo aplicado para insultar e inferiorizar em detrimento

¹⁰ Petrônio Domingues no artigo “Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica” explica que “Pelo fato de Du Bois ser uma das primeiras lideranças a adotar com veemência um discurso de orgulho racial e de volta às origens negras é considerado da mesma maneira, o pai simbólico do movimento de tomada de consciência de ser negro, embora o termo negritude tenha sido cunhado somente anos mais tarde” (DOMINGUES, 2005, p. 194-195).

¹¹ [...] minha negritude não é uma pedra, sua surdez lançada contra o clamor do dia / minha negritude não é uma mancha de água morta sobre o olho morto da terra / minha negritude não é uma torre nem uma catedral / ela mergulha na carne rubra do solo / ela mergulha na carne ardente do céu / ela perfura o abatimento opaco com sua reta paciência. (CÉSAIRE, 2012, p. 65)

da palavra *noir*, que significa preto em francês. A palavra *noir* aplicada aos seres humanos refere-se também a pessoas deste determinado grupo étnico-racial, porém de forma respeitosa. Petrônio Domingues esclarece que: “a intenção do movimento foi justamente inverter o sentido da palavra *négritude* ao pólo oposto, impingindo-lhe uma conotação positiva, de afirmação e orgulho racial. (DOMINGUES, 2005, p. 184)

Petrônio Domingues esclarece que o conceito de *negritude* não se refere somente ao termo linguístico e possui três dimensões iniciais: a política, a ideológica e a cultural. A dimensão política alicerça a militância a fim de reivindicar direitos e políticas afirmativas; a dimensão ideológica relaciona-se ao desenvolvimento de uma consciência de pertença a um determinado grupo e sua experiência específica; enquanto a dimensão cultural visa valorizar as manifestações culturais de matriz africana (DOMINGUES, 2005, p. 26)

Elisa Nascimento, lembra que “[...] sobre o concurso Boneca de Pixe de 1948, por exemplo, o articulista aponta a preparação naquele momento do concurso do Miss Brasil, patrocinado pelo jornal O Globo, que escolheria a candidata brasileira a Miss Universo” (NASCIMENTO, 2003, p. 296). A candidata eleita foi Jussara Souza Marques de Amorim, que sustentou o título por 5 anos, até a primeira versão oficial da premiação, em 1954. Na figura 11 é apresentada uma fotografia de Mercedes Baptista, eleita a “Rainha das Mulatas de 1948” promovido pelo TEN.

FIGURA 11 - FOTOGRAFIA DE MERCEDES BAPTISTA, ELEITA “RAINHA DAS MULATAS DE 1948” EM CONCURSO DE BELEZA.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 1, dez. 1948, p. 6).

Buscando consolidar uma identidade baseada na matriz negra, o movimento negro, passou a se preocupar em construir um processo identitário baseado em sua própria instância estética. Um aspecto muito intenso na atualidade sobre raça no movimento negro brasileiro são os padrões estéticos levando em consideração o colorismo também denominado de pigmentocracia. Harris explica que:

Mais especificamente, a “ocracia” na pigmentocracia traz consigo noções de valor hierárquico que os espectadores colocam em tais tons de pele. Tons de pele mais claros são, portanto, mais valorizados do que tons de pele mais escuros. Tais preferências têm implicações sociais, econômicas e políticas, já que pessoas de tons de pele mais claros eram frequentemente - e estereotipicamente - vistas como mais inteligentes, talentosas e socialmente graciosas do que suas contrapartes negras mais escuras. Negros mais escuros eram vistos como não atraentes, de fato feios e

geralmente considerados de menor valor. Os padrões europeus de beleza dominaram um povo africano durante a maior parte. (HARRIS, 2010, p. 32, tradução nossa)

Durante a análise da produção do jornal “Quilombo” não se verificou explicitamente o debate entorno dessa questão, no entanto, o fato de existir um concurso denominado “Boneca de Pixe”; do jornal destacar a atriz Eseza Makumbi – que inclusive possuía os cabelos raspados – ; e de ter candidatas no concurso de beleza com diferentes tons de pele, pode indicar que o TEN buscava contemplar a diversidade dentro do movimento. Na fotografia da figura 12, está Maria Tereza, vencedora da primeira edição e da segunda edição do concurso “Boneca de Pixe”, também idealizado pelo TEN, que ocorreu em 1947 e 1948.

FIGURA 12 - FOTOGRAFIA DE CAPA DA EDIÇÃO 2, COBRINDO A PRIMEIRA EDIÇÃO DO CONCURSO DE BELEZA “BONECA DE PIXE” EM QUE MARIA ELEITA EM 1947.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 2, mai. 1949, p. 1).

Nelí, em um registro fotográfico tem seu rosto estampado no jornal, como é possível observar na figura 13. Ela é apresentada como uma das candidatas ao concurso de beleza “Boneca de Pixe”.

FIGURA 13 - FOTOGRAFIA DE NELÍ, CANDIDATA A “BONECA DE PIXE”.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 4, jul. 1949, p. 12).

Indicando o sistema escravocrata e colonial como elemento fundador dos estigmas atrelados a população negra e a padronização de modelos estéticos, Abdias do Nascimento analisa que:

O teatro rebolado sempre incluiu negras e mulatas reboativas em seu elenco, mas, quando é hora de falar em ‘beleza brasileira’, os juízes sempre assumem gostos helênicos. Importam da Europa e da Grécia Antiga os padrões do que é bonito. Pura alienação cultural. Houve críticos esquerdistas fazendo confusão dos concursos com exploração meramente sexual da mulher negra. Essas pessoas não compreendiam, não podiam compreender, a distância que nos separava, qual uma linha eletrificada, de tais preocupações. Pois o alvo de tais concursos era exatamente pôr um ponto final na tradição brasileira de só ver na mulher negra e mulata um objeto erótico, o que vem acontecendo desde os recuados tempos do Brasil-Colônia (NASCIMENTO, 1978, p. 44).

Assim, os concursos de beleza promovidos pelo TEN foram concebidos como ferramenta pedagógica que enfatizava o biótipo da beleza da mulher afrobrasileira, educando a apreciação estética popular, deturpada pelas imposições imperialistas que consolidaram os padrões eurocêtricos como sinônimo de beleza. Essa questão ainda perdurou nos anos seguintes.

Na década de 1960, as principais revistas de abrangência nacional que abordavam sobre variedades, voltadas, sobretudo, para o público feminino, eram “O Cruzeiro”, “Manchete”, “Claudia” e “Jóia”. Maria Claudia Bonadio, ao analisar sobre as modelos negras na publicidade de moda no Brasil dos anos 1960 afirma que “[...], os padrões de beleza e status dominantes e propagados pela mídia estavam longe de remeter à pele e ao biótipo negro. A veiculação de imagens dos negros na mídia impressa e audiovisual era restrita e estigmatizada” (BONADIO, 2012, p. 72). A pesquisadora, aponta que a população negra quando aparecia na publicidade produzida no país, ainda ocupava um lugar estigmatizado associado a criadagem. Como apontado por Bonadio, a participação de modelos negras, no âmbito internacional, nos desfiles, editoriais e peças publicitárias de moda, sobretudo nos Estados Unidos a partir da década de 1960. Isso ocorreu devido a ascensão do movimento “Black is Beautiful” que se tornou uma das bandeiras da luta antirracista e do movimento pelos direitos civis e que, no Brasil, estimulou a inserção de modelos negras em campanhas publicitárias.

Em 1950, o jornal “Quilombo” realizou a cobertura do “Grande Baile da Abolição”, que comemorava a passagem de mais um ano da Lei Áurea. Esse evento contou com a presença de figuras ilustres, como o embaixador Haiti, a embaixatriz do Haiti e o ator Grande Otelo. Dentro desse baile, ocorreu também o encerramento do concurso de beleza “Boneca de Pixe”, de 1950. No evento, Agostinha Reis foi eleita “Bonequinha de Pixe” e Catty Silva foi a vencedora do “Boneca de Pixe”. Sua fotografia de destaque na capa da edição 9 do jornal, como apresentado na figura 14. Esta fotografia, de Catty Silva, ocupou integralmente a capa da edição 9 do jornal “Quilombo”

FIGURA 14 - FOTOGRAFIA CATTY SILVA, VENCEDORA DO CONCURSO DE BELEZA “BONECA DE PIXE”.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 9, mai. 1950, p. 1).

A figura 15 mostra que, na cerimônia de premiação das candidatas, o engenheiro e industrial Jael de Oliveira Lima cumprimentou Catty, eleita a “Boneca de Pixe” de 1950, entregando a ela um prêmio financeiro no valor de 10.000 cruzeiros. Jael Lima também concedeu outros prêmios até a quinta colocada.

FIGURA 15 - FOTOGRAFIA DA PREMIAÇÃO DE CATTY COMO “BONECA DE PIXE 1950”, ENTREGUE PELO ENGENHEIRO E INDUSTRIAL JAEI DE OLIVEIRA LIMA.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 9, mai. 1950, p. 6).

A figura 16 registra Catty, a “Boneca de Pixe” de 1950; Abdias Nascimento; Maria Tereza, a “Boneca de Pixe” de 1948; e a modista Lucila, que vestiu a vencedora.

FIGURA 16 - FOTOGRAFIA DE CATTY, A “BONECA DE PIXE DE 50”, ABDIAS NASCIMENTO, MARIA TEREZA, A “BONECA DE PIXE 48”, E A MODISTA LUCILA.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 9, mai. 1950, p. 12).

Acompanhado dessas fotografias, o jornal trouxe o artigo “Catty, a ‘Boneca de Pixe’ de 1950”. Nele, além de detalhar a cobertura da festa de coroação, o editor explicou a finalidade do evento. No jornal consta que:

O certame, tendo a finalidade de promover a valorização social da mulher de cor não poderia se ater apenas à beleza física das candidatas, tendo sido exigido também qualidades morais, predicados de inteligência, requisitos de graça e elegância (QUILOMBO, n. 9, mai. 1950, p. 6).

Isso é reforçado pelas imagens. Percebe-se que a postura das candidatas alude à aspectos visuais relacionados a doçura e ao comedimento, contrapondo-se ao estereótipo de mulher luxuriosa. Para os padrões morais do período, este aspecto pode demonstrar uma busca de reprodução do ideal de feminilidade pautado pelo olhar masculino de recato. É possível que dentro deste contexto, o concurso buscou contrapor a figura erotizada e racializada da mulher negra, buscando um modelo pautado pelo padrão ocidental masculino no qual valorizava-se o comedimento e doçura da mulher. Ainda assim, é necessário levar em consideração que a mulher exposta, seja ela na forma erótica ou na recatada, são duas facetas da mesma forma de dominação masculina.

Verifica-se que a atitude das mulheres enquanto candidatas do concurso de beleza negra, estão diferentes das mulheres que aparecem na categoria relacionada as atividades artísticas e teatrais. Na categoria anterior, existe a acentuação das atitudes corporais, que reforça a capacidade técnica de atuação dentro do campo das artes e do entretenimento, ao passo que na categoria concurso de beleza, predomina a impressão de recatada, que é corroborado pelas vestimentas, como é o caso de Mercedes Baptista nas fotografias da figura 6 e da figura 11.

As roupas das candidatas, conferem sofisticação, elegância e delicadeza, gerada pelos modelos dos vestidos e a escolha dos acessórios. Nessa categoria de fotografias, seus corpos não estão expostos e não entram como critério de avaliação para ganhar a premiação. Desse modo, ainda que os cabelos e as roupas seguissem um padrão distanciado da matriz africana, havia um empenho em veicular uma imagem ressignificada, distinta daquela que permeava o imaginário social e que era reforçada por teóricos raciais.

Ainda pode-se questionar em torno das vestimentas das candidatas. Será que para além de exaltar a beleza “recatada” da mulher negra como contraposição à figura erotizada que se tem na “normalidade” brasileira, suas roupas não estariam

em consonância com um padrão conservador cristão? Tentando estabelecer uma relação entre a moda, as mulheres nos aspectos sociais e subjetivos da moda, bem como o discurso político-religioso no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 em grandes polos urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, é necessário levar em consideração que naquele período, o estilo de vida europeu que chegava com a aristocracia cafeeira, junto com outras questões importantes como o início da emancipação feminina e o “american way of life” estadunidense na década de 1930 que avançava globalmente através do cinema. João Braga destaca que a partir da década de 1920, no Brasil, “o banho de mar estava em evidência e, mais do que isso, também o banho de sol. Bronzear a pele, que havia começado a estar em moda [...] e, portanto, as roupas de banho foram diminuídas” (BRAGA, 2004, p. 77). Com a busca pela independência e a necessidade das mulheres se afirmarem pela capacidade intelectual, muitas mudanças ocorreram em relação à estética e moda, como por exemplo, “[...] a silhueta dos anos de 1920 que possuía como principal característica a ausência total de curvas [...]. A silhueta era tubular [...] possibilitando assim que a mulher ganhasse uma forma “retangular”. (MORAIS; IRSCHLINGER, 2012, p. 144-145).

Na década de 1930, a moda no Brasil é marcada pela influência da indústria cultural estadunidense, especialmente, com a criação do personagem de desenho Zé Carioca da Walt Disney e a ida da portuguesa radicada no Brasil, Carmem Miranda para Hollywood. Os produtos veiculados cosméticos, eletrodomésticos e têxteis apareciam em filmes, revistas, propagandas. Moraes e Irschlinger apontam que:

[...] em 1938, o corpo feminino ideal era considerado a cintura estreita, realçada pelos ombros estruturados, [...] já no começo da década de 1940, o uso do “sweater” [...] e sua popularidade, claro, se devia as estrelas do cinema. Este suéter modelava o busto e chagava até a cintura, sendo usado sempre com saias ou calças longas e [...] os cabelos eram usados mais longos do que na década anterior (MORAIS; IRSCHLINGER, 2012, p. 146)

A revista “O Cruzeiro”, que circulou entre 1928 e 1975, possuía uma publicação semanal e foi a primeira a veicular a nível nacional, influenciando nos gostos e padrões de moda e estética. O artista gráfico Alceu Penna era o responsável pela coluna “Garotas do Alceu” na revista entre as décadas de 1940 e 1950, o consolidando como um dos principais jornalistas de moda do país no período, desenhando croquis e ilustrações. Penna produziu releituras da moda

européia em seus desenhos, realizando uma nova representação da mulher brasileira. Gontijo pontua que “o artista marcou época com a elegância e atualidade de seu traço, influenciou todos os demais desenhistas de moda que o seguiram e ditou um padrão estético e de comportamento para as jovens de sua época” (GONTIJO, 1987, p. 74).

A revista “O Cruzeiro” impulsionava o público feminino a desenvolver novos comportamentos na esfera privada e pública. Tendo como padrão a mulher carioca, urbana e da classe média, representava um grupo que ascendia e ampliava o seu poder de consumo. Simultaneamente, seus desenhos, reforçam uma representação esperada para o perfil feminino da época. Assim, o artista desenhava mulheres brancas, magras e arrumadas, sendo que “as Garotas representavam o contraponto da mulher bem comportada da época, eram mais descontraídas, alegres, ousadas e independentes, embora não representassem uma ruptura total com a ideia da mulher-mãe e esposa” (SCHEMES; ARAUJO, 2011, p. 60). Esse padrão feminino concebia uma mulher atrelada às atividades do lar e em função disso, o corpo feminino não poderia ser exposto de forma exacerbada, pois a “[...] a mulher da década de 1950 ainda mantinha-se dentro de uma moral sexual forte, e o seu trabalho era subsidiário ao trabalho masculino [...]” (SCHEMES; ARAUJO, 2011, p. 64). Por isso, era necessário, preservar características específicas, que foram expressas nos desenhos de Penna, como a brandura, a candidez, o recato e o instinto materno. Claudia Schemes e Denise Araujo, concluem que “apesar de se aproximarem dos corpos, são modelos que não evidenciam as formas femininas, reiterando, assim, a necessidade de não revelar essa mulher, apenas vesti-la com elegância e decoro” (SCHEMES; ARAUJO, 2011, p. 64). Nesse sentido, as mulheres participantes dos concursos de beleza promovidos pelo TEN estavam em consonância com o modelo burguês feminino vigente da época, que era reforçado por períodos circulados pela indústria cultural do período.

No jornal “Quilombo”, fica expresso, pelas colunas jornalísticas e pelas fotografias, que os editores possuíam forte estreitamento com intelectuais e personalidades, sobretudo, atreladas de algum modo aos movimentos negros. Na categoria ativistas, foram identificadas 10 fotografias em que há presença feminina relacionada às ações de militância. Marina Gonçalves, apoiadora do TEN; a repórter

do jornal “Quilombo”, não identificada, entrevistando o sr. Isnard de Aquino; a professora Rosemonde de Castro Pinto como membra da Comissão Nacional de Julgamento também se enquadram nessa categoria.

A figura 17 retrata a fotografia de Guiomar Ferreira de Matos, com os trajes típicos da advocacia usados na época. Seu rosto, ilustra uma reportagem especial referente a criação da Conferência Nacional do Negro que se reuniria para formular uma agenda temática para o I Congresso do Negro Brasileiro.

FIGURA 17 - FOTOGRAFIA DA ADVOGADA E ATIVISTA, GUIOMAR FERREIRA DE MATOS, PARTICIPANDO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO NEGRO.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 2, mai. 1949, p. 2).

Na edição seguinte, a figura 18 apresenta o registro da Conferência Nacional do Negro. A mesa de conferencistas contou com a presença de “[...] Maria Manhães, uma das raras médicas negras do país, que atuava no departamento médico da criança” (NASCIMENTO, 2012, p. 37).

FIGURA 18 - FOTOGRAFIA DA MESA DE CONFERENCISTAS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO NEGRO, COM A MÉDICA NEGRA, MARIA MANHÃES.



FONTE:Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 3, jun. 1949, p. 6).

O momento em que Maria Nascimento realizava uma fala durante o ato de instalação do “Conselho Nacional das Mulheres Negras” está apresentado pela fotografia da figura 19. Neste mesmo ato, identificou-se a presença de mulheres negras como representantes de suas comunidades e o secretário da escola de samba Azul e Branco, Albertino Cordovil.

FIGURA 19 - FOTOGRAFIA DO MOMENTO DE UMA FALA DE MARIA NASCIMENTO, NO ATO DO
“CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES NEGRAS”.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 9, mai. 1950, p. 4).

Na figura 20 em uma conferência realizada pelo TEN, estavam autoridades como o escritor Renato de Almeida; o diretor técnico da companhia Katherine Dunham, John Pratt; o diretor do TEN, Abdias Nascimento; o professor Guerreira Ramos; o deputado e sociólogo Gilberto Freyre; e uma conferencista.

FIGURA 20 - FOTOGRAFIA ONDE MOSTRA A CONFERENCISTA AO LADO DE AUTORIDADES E ESCRITORES.



FONTE: Jornal "Quilombo" (QUILOMBO, n. 10, jun./jul. 1950, p. 7).

Essa fotografia, onde aparece uma conferencista não identificada, era um prelúdio sobre uma reportagem que seria publicada na próxima edição, mas que não chegou a existir. Ao lado da fotografia aparece a seguinte chamada: "Katherine Dunham – 'Conferência pronunciada em português, no auditório do S.N.T. sob o patrocínio do Teatro Experimental do Negro'" (QUILOMBO, n. 10, jun./jul. 1950, p. 6-7).

O jornal, ao longo das edições, demonstrou diversos relacionamentos e laços sociais, incluindo os interracialis. Rebatendo às representações estereotipadas de desagregação familiar, comumente relacionadas à comunidade negra, destacam-se 13 fotografias de reuniões familiares com a presença de mulheres. Entre elas, estão: a família do poeta negro Solano Trindade, composta por sua esposa Margarida e

sua filha, destaque no Congresso Infanto-Juvenil de Escritores; o casamento de Lucilia Santiago; o primeiro aniversário de Zenaide, filha de Zélia e do fotógrafo José Medeiros; o aniversário de Nilza, filha de Maria e João Conceição; a cerimônia de casamento da modista Adeiza Veloso Coelho e o desenhista naval Alcides Santos Coelho; o aniversário de Maria Conceição, esposa do jornalista João Conceição; a reunião de família do sr. Hipolito Rodrigues Alves e o casamento de Maria Manoquio, filha branca de um fazendeiro, com o futebolista negro Isaac Cavalcante.

O escritor Edison Carneiro, foi homenageado na coluna “Cartaz: Edison Carneiro” da edição 7-8. Ele aparece ao lado de sua família, como é possível observar no registro da figura 21. Por ser especialista em temas afrobrasileiros, o escritor recebeu elogios do editorial, que destacou sua trajetória de vida e trabalho.

FIGURA 21 - FOTOGRAFIA DA FAMÍLIA DO ESCRITOR EDISON CARNEIRO, ESPECIALIZADO EM TEMAS AFRO-BRASILEIROS.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 7-8, mar./abr. 1950, p. 2).

Apesar de Madalena Carneiro aparecer nesse registro de família, o foco da matéria era o seu esposo e seu nome consta apenas na legenda. O mesmo ocorreu no caso da família de Solano Trindade e de Guerreiro Ramos.

Na categoria cultura popular, o jornal apresenta festas como a de São João e a do Bumba-meu-boi. Na figura 22, em uma festa de São João, ocorrida em 1949, são retratados os participantes em uma encenação de um “casamento caipira”, onde verifica-se uma grande presença da comunidade negra.

FIGURA 22 - FOTOGRAFIA DO CASAMENTO EM FESTA DE SÃO JOÃO, COM DESTAQUE PARA A NOIVA E O NOIVO.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 4, jul. 1949, p. 12).

O jornal, ao retratar os eventos e festas populares em teatros e ambientes públicos, exaltava as manifestações culturais com referências e origens africanas.

Na categoria escravidão, aparecem duas produções imagéticas, sendo que, em ambas há a presença feminina. Na edição 4, há ilustrações de homens e

mulheres aparecem na presença de crianças nos porões de um navio, seminuas, acorrentadas e sob tortura.

Na edição 6, há uma produção ilustrando o momento do desembarque de escravizados em um porto, com a presença de compradores e traficantes. Nessas duas imagens, não é evidenciada a questão feminina, mas a condição humana. As imagens dessa categoria demonstravam a preocupação do editorial do jornal “Quilombo” em lembrar a crueldade pela qual passou o povo africano trazido ao Brasil, buscando sensibilizar a população para a igualdade racial.

Por fim, a categoria política é composta pela presença de mulheres em sete fotografias. Há fotos de Guiomar Ferreira de Matos; da embaixatriz do Haiti, chamada de senhora Pierre Rigaud; de baianas usando trajes típicos ao lado do presidente Dutra e da demonstração das ações do programa de assistência social do Sesi, criado pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra, que dava alimentação infantil e atendimento a terceira idade, onde aparece uma idosa ajuda.

A fotografia da figura 23 registra um grupo de pessoas que compareceram ao ato de lançamento de candidatura de Abdias do Nascimento à vereador da Câmara do Distrito Federal.

FIGURA 23 - FOTOGRAFIA DE PESSOAS QUE COMPARECERAM AO ATO DE LANÇAMENTO DE CANDIDATURA DE ABDIAS DO NASCIMENTO À VEREADOR.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 7-8, mar./abr. 1950, p. 12).

Neste registro, é observável que havia presente um número expressivo apoiadoras femininas. Dos 28 rostos que aparecem na imagem, 10 são de mulheres. Nesta mesma fotografia, que é posada, percebe-se a preocupação em deixá-las em primeiro plano.

Já a figura 24 apresenta um registro da embaixatriz do Haiti, esposa de Pierre Rigaud, homenageado no evento do “Baile da Grande Abolição” em 1950 promovido pelo TEN.

FIGURA 24 - FOTOGRAFIA DA EMBAIXATRIZ DO HAITI, ESPOSA DE PIERRE RIGAUD.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 9, mai. 1950, p. 6).

Embora a embaixatriz apareça na foto e tenha discursado durante o evento, o jornal não menciona os aspectos levantados em sua fala, assim como seu nome não é apresentado, sendo retratada apenas como “senhora Pierre Rigaud”, nome de seu marido. Na ocasião, ela recebeu uma cesta de flores, que foi entregue por Ruth de Souza. Seu esposo também proferiu um discurso, enaltecendo os laços de amizade e os interesses que uniam a comunidade negra do Haiti e do Brasil.

Por fim, a figura 25 retrata a visita do presidente Eurico Gaspar Dutra a um grupo de mulheres negras com trajés típicos da Bahia.

FIGURA 25 - FOTOGRAFIA DAS BAIANAS RECEBENDO O PRESIDENTE DUTRA.



FONTE: Jornal “Quilombo” (QUILOMBO, n. 3, jun. 1949, p. 2).

Nessa fotografia, demonstrando interesses políticos em realizar aproximação com a população negra, o presidente posa com mulheres que enfatizam cultura de matriz afrobrasileira.

Em função da importância da representatividade que as fotografias jornalísticas expressam, pode-se visualizar processos e diferenças históricas. Isso auxilia a compreender as estruturas da hierarquia étnica, política, econômica e social, que permeiam as relações entre os diversos sujeitos dentro do recorte temporal analisado.

Nessa seção, evidenciou-se que a luta política pelo reconhecimento dos direitos civis da população negra também se deu no plano simbólico, agindo pedagogicamente. É nesse sentido, que se pode afirmar que o TEN por intermédio do jornal “Quilombo” agiu de forma afirmativa¹² em relação a representação da mulher negra. A popularização do uso do termo ação afirmativa, é recente e, normalmente, está atrelada as políticas públicas que buscam garantir o princípio constitucional da igualdade, realizando feitos que diminuam os processos de desigualdade. O jurista Joaquim Barbosa Gomes, em uma perspectiva mais abrangente, defende o entendimento de que, as ações afirmativas são:

impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade de observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano (GOMES, 2001, p. 7)

Assim, ao longo das dez edições do jornal “Quilombo”, destaca-se o processo contínuo de superação da estereotipação, a ressignificação da imagem do negro e a ampliação de sua visibilidade, estimulando diferentes modelos de construção de identidade e imaginários sociais, especialmente sobre a mulher negra.

¹² Paulo Menezes explica que a primeira vez em que se aplicou a expressão “ação afirmativa” foi em um decreto presencial em 1961 nos Estados Unidos da América assinado por John Kennedy abordando sobre contratos com o governo federal. Neste decreto constava que “[...] o contratante não discriminará nenhum funcionário ou candidato a emprego devido a raça, credo, cor ou nacionalidade [...] [e] adotará uma ação afirmativa para assegurar que os candidatos sejam empregados, como também tratados durante o emprego, sem consideração a sua raça, credo, cor ou nacionalidade” (MENEZES, 2001, p. 81).

3. PROPOSTA PARADIDÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Depois de desenvolver a pesquisa acerca do contexto de produção do jornal “Quilombo” e fazer a análise das fontes escritas e visuais propostas, esse trabalho desenvolveu um curso.

Devido ao surgimento de novas formas de ensino, o presente trabalho apresenta o conteúdo do material em um ambiente virtual moodle, para ser utilizado com estudantes do Ensino Médio como ferramenta paradidática digital no ensino História. Objetivou-se ampliar a utilização de fontes históricas, como as contidas no jornal “Quilombo”, que demonstrem uma abordagem que contribuía a descolonizar a da representação da mulher negra, que ressignificou processos identitários em um período marcado pelo mito da democracia racial, que ainda se faz presente na atualidade, engendrador de formas de violência simbólica e física.

3.1. AMBIENTES VIRTUAIS COMO FERRAMENTA COMPLEMENTAR DE ENSINO

Nesta seção, serão apresentadas as características e possibilidades de utilização de uma ferramenta paradidática virtual, como meio complementar e transversal ao ensino regular, a partir do ambiente virtual Moodle, uma vez que as fontes de pesquisa, bem como as edições completas do jornal “Quilombo”, podem ser acessadas por meio da internet e os estudantes participantes do curso na plataforma Moodle podem compartilhar ideias e construir o conhecimento de forma conjunta para além da sala de aula.

Sabendo-se das prerrogativas de precarização do ensino em face dos desenvolvimentos de cursos em ambientes virtuais, empregados de forma massiva em diversas instituições de ensino para formação acadêmica como substitutivo ao ensino presencial, o presente trabalho busca usar o ambiente virtual Moodle como ferramenta complementar, e não substitutiva, ao ensino regular. Ávila et al. apresentam em seus estudos um debate sobre o processo de mercantilização do ensino no Brasil, devido as atuais legislações e reformas, analisando como o Ensino a Distância (EaD) passou a ser empregado de forma privada como política pública no Brasil:

Sem deixar de reconhecer a importância que as tecnologias da comunicação adquirem atualmente no âmbito da educação formal, a apologia ao EaD transfigura uma subordinação aos interesses pragmáticos da agenda reformista do Estado, aliada ao progressivo processo de privatização e mercantilização do ensino. Desconsiderar ou escamotear as gritantes diferenças e ambiguidades entre os processos de formação presencial e virtual constituiu, minimamente, abstinência de interpretação didática e pedagógica. (ÁVILA et al., 2019, p.161).

Desse modo, os autores apresentam que o ensino a distância não pode se configurar como única alternativa à ampliação dos índices de formação educacional, visto que o processo educacional é muito mais amplo e complexo. Contudo, eles não descartam a importância das novas tecnologias de comunicação para o sistema educacional, desde que não estejam dissociadas do contexto social em que surgem e que não desconsiderem seus agentes.

Com isso, os ambientes virtuais quando empregados de forma complementar, o uso da tecnologia, segundo Isabel Souza e Luciana Souza, pode aproximar os estudantes do aprendizado, a fim de suprimir as dificuldades escolares, já que o uso da tecnologia enquanto recurso pode servir “[...] para atender ao aluno que tem necessidade de aprender, utilizando formas que modifiquem e transformem o aprendizado [. Isso] é uma das formas de diminuir essa dificuldade que os alunos têm em aprender na sala de aula” (SOUZA; SOUZA, 2010, p. 129). Souza et al. também apresentam resultados positivos sobre essa questão em um estudo do uso do ambiente virtual como apoio a aula de um curso presencial:

A análise dos dados mostra que o uso de ferramentas como glossário, fórum e wiki disponíveis no AVA Moodle são potencializadoras de práticas pedagógicas que auxiliam no processo de ensino em cursos presenciais de Pedagogia, pois proporciona interação, autonomia, cooperação, respeito mútuo, autoria, atividades centradas no aprendiz e na identificação e resolução de problemas. (SOUZA et al., 2016, p. 92)

Portanto, o presente trabalho apresenta um material paradidático desenvolvido com a finalidade de complementar o ensino de História do Brasil de forma transversal, sendo disponibilizado em uma plataforma virtual e indicado ao Ensino Médio regular e presencial. Sendo assim, este material faz uso da tecnologia como ferramenta para apresentar contextos históricos com enfoque na representatividade da mulher negra, utilizando, para isso, a fonte histórica do jornal “Quilombo”. Dessa forma, a escolha da plataforma Moodle para o presente trabalho

foi realizada devido a sua facilidade de acesso e a quantidade de ferramentas didáticas disponíveis.

Assim, o presente estudo desenvolvido é uma ação alternativa de integração aos currículos tradicionais das escolas, bem como destinado ao aprofundamento da educação das relações étnico-raciais, aproximando da realidade cotidiana dos estudantes os assuntos trabalhados em sala de aula a partir de fóruns de discussão e questionários. Esta aproximação com o cotidiano dos estudantes será realizada a partir do contato deles com o ambiente virtual e no compartilhamento de relatos de experiências de suas realidades. Segundo Isabel Souza e Luciana Souza: “é preciso existir trocas do conhecimento e compartilhamento de teorias e ideias para que a construção do saber científico se desenvolva entre os alunos” (SOUZA; SOUZA, 2010, p. 139). A participação e a experiência de estudantes de diferentes realidades, enriquece a construção do conhecimento e compreensão das relações étnico-raciais na formação da identidade brasileira, fomentando o debate e a análise da realidade brasileira frente ao contexto histórico-social vivido no período do jornal “Quilombo”.

A importância da integração do ensino presencial com ferramentas tecnológicas, como o “Classroom” do Google e a ferramenta aberta Moodle, são apresentadas por Ferri como:

requisito muito importante na formação destes jovens, pois o uso destas podem ser capazes de permitir um maior apoio ao aluno na busca por conteúdo, assim como recursos diversos e diferenciados para seu aprendizado, aumento de seu interesse e desenvolvimento mais autônomo (FERRI, 2019, p. 46)

Apesar dos benefícios e dos pontos positivos do uso dessas tecnologias, deve-se levar em consideração que estas ferramentas são mercantilizadas. Plataformas como a “Classroom” são gratuitas aos seus usuários, por serem financiadas por patrocinadores que podem se beneficiar e se apropriar de informações, ideias, recursos e pesquisas disponibilizadas online. Do mesmo modo, empresas de serviços online como Google acumulam seu capital obtendo e vendendo informações que compõe a bigdata, que é uma área do conhecimento em expansão, que busca obter recursos financeiros a partir da análise e cruzamento de dados.

As mídias digitais, dentro da sociedade contemporânea, estão em constante expansão, contribuindo com atividades na área da educação. Assim, os ambientes

virtuais podem ainda ser muito explorados, principalmente utilizando plataformas como o Moodle, definido por Almeida et al. como um “espaço virtual de organização, armazenamento e diálogo” (ALMEIDA et al., 2012, p. 74). Os autores defendem a integração dos currículos regulares com o uso de materiais digitais virtuais em um componente curricular presencial. Para isso, eles apresentam uma metodologia em que os estudantes produzem uma narrativa digital, por meio de editores de texto, após a leitura de materiais e discussões no ambiente virtual. Este mesmo emprego foi proposto no desenvolvimento do material. Nele, por exemplo, os estudantes farão resenhas a partir da leitura de colunas do jornal “Quilombo”.

Neste mesmo sentido de aproximação com o estudante, a abordagem paradidática proposta neste trabalho se baseia em documentos que integrem o currículo regular do ensino de História de forma transversal, os quais podem ser os mais distintos, como transcorre Thomson:

os documentos são aqueles [materiais paradidáticos] produzidos em uma perspectiva que não faz parte originalmente dos saberes das disciplinas escolares. Assim, eles são produzidos para atingirem um público mais amplo e não têm preocupação e intenção didáticas predefinidas. Sua utilização em meios escolares depende da seleção e/ou produção feita por professores ou pela escola, sendo que não são caracterizados necessariamente como produtos da indústria cultural. Alguns exemplos de documentos são: filmes e livros de ficção, textos jornalísticos, documentários, fotografias, pinturas, etc. (THOMSON, 2016, p. 29)

Dessa forma, foi elaborado um material paradidático embasado na fonte jornalística do jornal “Quilombo”, utilizando-se, para isso, o contexto histórico de sua criação e encerramento, a representação da mulher negra, suas produções intelectuais e a análise de fotografias digitalizadas das edições do jornal.

Rosa e Brandão (2010), e Hannel et al. (2016) abordam o Moodle enquanto plataforma livre e com filosofia incremental, apresenta módulos com grande quantidade de recursos e possibilidade de postagem de atividades dentro dos chamados objetos de aprendizagem. Tais objetos de aprendizagem são ferramentas tecnológicas de suporte ao ensino, como o Moodle, que permitem a construção do conhecimento por parte do estudante e “através destas abordagens, o aluno desenvolve sua autonomia estimulada pela curiosidade que o impulsiona à pesquisa e ao desenvolvimento de suas habilidades” (HANNEL et al., 2016, p. 4).

O ambiente Moodle permite empregar três perfis: estudante, moderador e professor, sendo que cada pessoa cadastrada no ambiente virtual é inscrita no

componente curricular terá permissões distintas de acesso e gerenciamento do curso virtual.

Sendo assim, o perfil de estudante permite o acompanhamento das atividades propostas, podendo visualizar os arquivos e materiais disponíveis, além de responder a questionários e publicar e compartilhar suas produções com todos nos fóruns de discussão. Já o perfil de moderador, pode ser atribuído aos professores que desejarem acompanhar os estudantes das turmas em que lecionam no ensino presencial. Neste caso, poderão acompanhar as atividades realizadas pelos estudantes e gerar relatórios gerais e individuais. Por fim, o perfil de professor da plataforma Moodle permite incluir novos moderadores, avaliar os estudantes, além de incluir, modificar e excluir as atividades disponíveis no curso virtual.

O ambiente virtual Moodle pode ser utilizado de diversas formas, entre elas, estão os recursos interativos. Neste sentido, Santos et al. (2016) apresenta vários recursos disponíveis para atingir os objetivos educacionais propostos em formatos de cursos virtuais que contenham os materiais didáticos publicados, bem como as ferramentas avaliativas:

As configurações do Ambiente Virtual Moodle permitem constituir-lo num sistema de gerenciamento de cursos, desenvolvido na filosofia do código livre, ou seja, tem seu código fonte disponibilizado gratuitamente, e pode ser adaptado, estendido e personalizado, permitindo aos educadores e educandos o uso de um conjunto de ferramentas, de recursos educacionais e de atividades por estes escolhidos. (SANTOS et al., 2016, p. 80)

Entre os exemplos apresentados estão o uso de fórum para reflexões acerca dos objetivos de aprendizagem, bem como na interação dos materiais com os estudantes.

Dessa forma, visto a grande importância e alcance do ambiente virtual Moodle, foram selecionados alguns dos recursos interativos do ambiente Moodle, a partir da plataforma FacEduc (FACEDUC, 2019), na criação de um curso para a disponibilização do material paradidático elaborado neste trabalho, inserindo materiais e atividades propostas ao ensino de História.

3.2. ESTRUTURA DO CURSO PROPOSTO NA PLATAFORMA MOODLE

Nesta seção, serão abordadas as principais estruturas da plataforma FacEduc baseada no ambiente virtual Moodle e o seu emprego no presente trabalho, no qual o estudante será instigado a analisar as fontes do jornal “Quilombo” apresentadas e, com isso, compartilhar seu entendimento, experiências cotidianas e os resultados dos seus estudos.

O material paradidático elaborado utilizou o FacEduc como objeto de aprendizagem, estabelecendo, para isso, a criação de um curso dentro da plataforma. Para acessar a plataforma FacEduc é necessário primeiramente realizar um cadastro gratuito no website (FACEDUC, 2019), que integra as ferramentas Moodle, conforme apresentado na figura 26.

FIGURA 26 – PÁGINA INICIAL DO FACEDUC.

A imagem é uma captura de tela de um navegador web mostrando a página inicial do FacEduc. No topo, há uma barra de endereço com o URL <https://profeberssa.com/faceduc/login/index.php> e uma barra de pesquisa. Abaixo, o cabeçalho da página diz "Facebook Educacional". O formulário principal contém campos para "Identificação de usuário" e "Senha", um checkbox para "Lembrar identificação de usuário" e um botão azul "Acessar". À direita do formulário, há links para "Esqueceu o seu usuário ou senha?", uma mensagem sobre cookies, uma opção para "Acessar como visitante" e uma seção para autenticação com Google ou Facebook. Abaixo do formulário, há uma seção para novos usuários com o texto "Esta é a sua primeira vez aqui?" e um botão "Criar uma conta". No rodapé, há uma barra preta com o texto "Você ainda não se identificou." e links para "Página inicial", "Resumo de retenção de dados" e "Obter o aplicativo para dispositivos móveis".

FONTE: FacEduc. Disponível em: <www.profeberssa.com>.

Após o cadastro, é possível acessar os cursos disponíveis pelo perfil “Profe. Julia Maria Fernanda Machado Fernandes” e realizar uma Autoinscrição (Estudante) clicando em “Inscreva-me”, conforme figura 27, no curso “História – jornal Quilombo”.

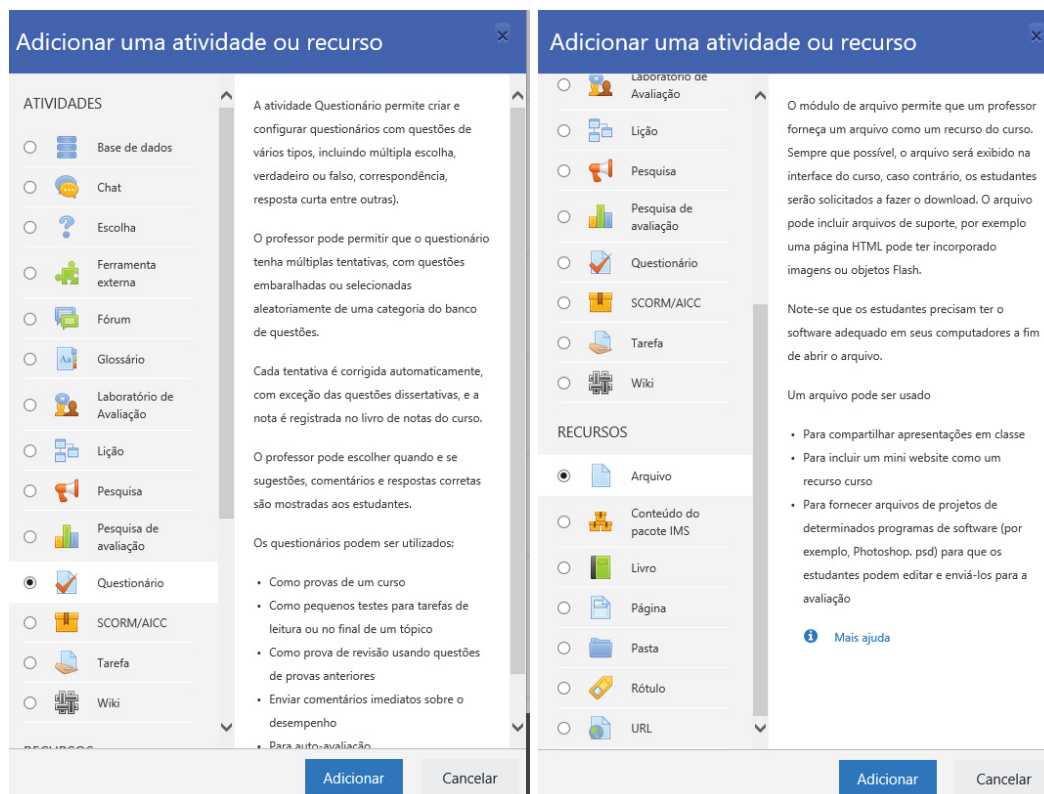
FIGURA 27 - ACESSO E AUTOINSCRIÇÃO AO CURSO HISTÓRIA – JORNAL QUILOMBO.



FONTE: FacEduc. Disponível em: <<https://profeberssa.com/faceduc/course/view.php?id=45>>.

A estrutura da plataforma FacEduc permite criar, editar, mover ou excluir o curso; inserir, ocultar e excluir um box no curso; e adicionar arquivos e vídeo do YouTube no curso. As atividades que podem ser incluídas na plataforma são diversas, entre elas estão: glossário, base de dados, atividade de escolha, ferramentas externas, fórum, laboratório de avaliação, lição, pesquisa, pesquisa de avaliação, questionários, tarefa, entre outros, conforme figura 28:

FIGURA 28 - ATIVIDADES E RECURSOS DISPONÍVEIS.



FONTE: FacEduc. Disponível em: <www.profeberssa.com>.

Ainda, a plataforma permite publicar materiais para consulta e análise dos estudantes, tais como: arquivos, livro, página, URL, rótulos e pasta. Dessa forma, é possível enviar arquivos para dentro do curso criado, o qual pode ser visualizado pelos estudantes, moderadores e professores, de acordo com as configurações de envio.

A partir do recurso de fórum, os estudantes podem realizar discussões assíncronas, ou seja, podem ser postadas e visualizadas pelos participantes em momentos distintos, ficando registrados os arquivos, links e textos compartilhados entre todos. Dentro de um mesmo fórum, é possível criar vários tópicos de discussão definidos pelo professor. A finalidade desta modalidade de atividade é fomentar a discussão a respeito do assunto específico de cada atividade pelos estudantes, sendo necessário pelo menos uma participação colaborativa dentro do fórum, para que os demais possam visualizar e interagir.

Já as atividades de tarefa permitem que o professor, bem como os moderadores recebam arquivos enviados pelos estudantes. Este arquivo pode ser

de qualquer conteúdo digital contendo imagens, explicações, resultados e conclusões a respeito de cada atividade proposta desenvolvida. A postagem pode ser realizada individual ou em grupos, de acordo com as configurações permitidas no ambiente virtual. Ainda, a atividade de questionário permite avaliar a compreensão dos estudantes a partir de perguntas dissertativas, de múltipla escolha, associação de colunas, entre outros, para diagnóstico da compreensão dos materiais abordados. A avaliação pode ser realizada automaticamente pela plataforma, ou manualmente pelos moderadores ou pelo perfil de professor.

Para desenvolver as atividades do presente curso, serão usados alguns dos recursos interativos disponíveis na plataforma, com a finalidade de apresentar um material paradidático utilizando o jornal “Quilombo” como fonte histórica, bem como seu contexto histórico, suas colunas e as imagens em formato digital, com enfoque na representação da mulher negra.

O professor do ensino regular que propuser utilizar este material paradidático elaborado, deverá se cadastrar na plataforma e seguir as orientações iniciais para se tornar um professor moderador. A partir deste momento, o professor, com perfil de moderador, poderá acompanhar seus estudantes, realizar discussões, avaliar o desempenho nos questionários e atividades por eles desenvolvidas. Ainda, o professor moderador será orientado a iniciar o debate em sala de aula e trazê-lo para dentro dos fóruns para compartilhamento com os demais estudantes de outras escolas. Da mesma forma, os materiais produzidos pelos estudantes e suas análises nos fóruns e atividades podem ser utilizadas dentro da sala de aula, como forma de consolidação dos posicionamentos e compreensões, alcançando assim os objetivos transversais do material proposto.

Sendo assim, foram elaborados quatro tópicos para o curso por meio de uma abordagem transversal ao currículo de História do Ensino Médio, aplicado à análise do contexto histórico ao qual o jornal “Quilombo” estava inserido, com enfoque na mulher negra. Nos tópicos foram utilizados os recursos disponíveis na plataforma FacEduc, tais como o questionário, cujo objetivo é conduzir à reflexão dos temas abordados; e o fórum de discussão, para compartilhamento de ideias e materiais resultantes de pesquisa e resenhas, visando a construção conjunta do aprendizado e a formação do estudante enquanto cidadão crítico e reflexivo.

Cada tópico contém um título e uma breve explicação da temática, seguido de uma contextualização para aproximar o assunto abordado do cotidiano do estudante, sendo, por exemplo, uma análise de um recorte jornalístico histórico ou fotografia. Ao longo de cada tópico são realizadas atividades, como questionários ou fórum de discussão, onde os participantes são convidados a contribuir com suas análises provenientes da leitura do material didático, análise de colunas ou imagens extraídas do jornal, e até mesmo com pesquisa direta no jornal “Quilombo”, propiciando um ambiente de diálogo e de construção coletiva do entendimento acerca da temática.

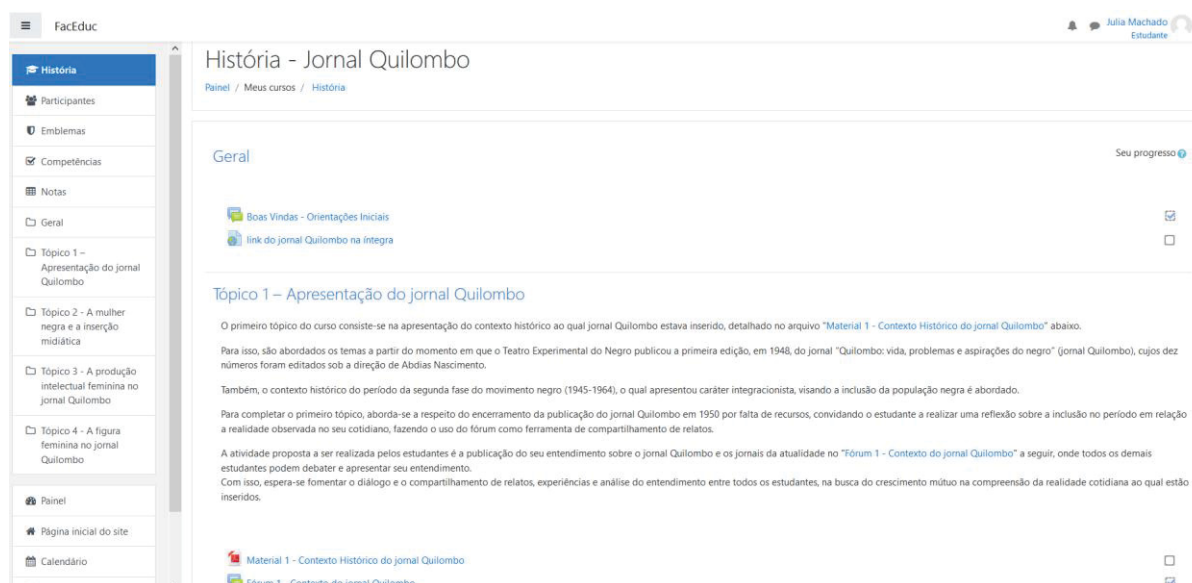
3.3. MATERIAL DESENVOLVIDO

O material paradidático desenvolvido está integrado ao curso virtual na plataforma FacEduc. Ele foi dividido em quatro tópicos detalhados nesta seção: Tópico 1 – Apresentação do jornal “Quilombo”; Tópico 2 – A mulher negra e a inserção midiática; Tópico 3 – A produção intelectual feminina no jornal “Quilombo”; e Tópico 4 – A produção iconográfica acerca da figura feminina no jornal “Quilombo”.

O primeiro tópico do curso consiste na apresentação do contexto histórico ao qual jornal “Quilombo” estava inserido. Para isso, são abordados os temas percorridos no capítulo 1 deste trabalho, partindo do momento em que o Teatro Experimental do Negro publicou a primeira edição, em 1948, do jornal “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”, assim como ele se localizada dentro do contexto da segunda fase do movimento negro (1945-1964). Para completar o primeiro tópico, aborda-se até o encerramento da publicação do jornal “Quilombo” em 1950 por falta de recursos. O estudante é convidado a realizar uma reflexão sobre as condições sociais da população negra naquele período e a realidade observada no seu cotidiano, fazendo o uso do fórum como ferramenta de compartilhamento de relatos.

Na figura 29, pode-se verificar o escopo geral do curso com sua apresentação, fórum e link para o jornal “Quilombo” na íntegra, bem como o primeiro tópico, contendo o material paradidático e o primeiro fórum de atividades.

FIGURA 29 - ESCOPO GERAL E PRIMEIRO TÓPICO DO CURSO.



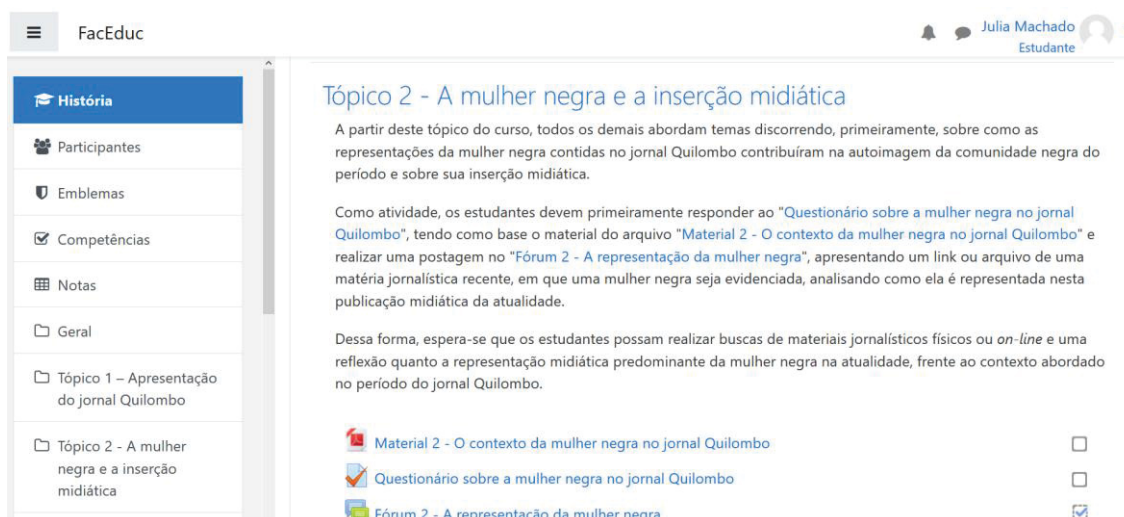
FONTE: FacEduc. Disponível em: <www.profeberssa.com>.

Outra atividade a ser realizada pelos estudantes, no mesmo fórum, é realizar a publicação do seu entendimento sobre o jornal “Quilombo” e os jornais da atualidade em um fórum, onde todos os demais estudantes podem debater e apresentar seu entendimento. Com isso, espera-se fomentar o diálogo e o compartilhamento de relatos, experiências e análise do entendimento entre todos os estudantes, na busca do crescimento mútuo na compreensão da realidade cotidiana ao qual estão inseridos.

A partir do tópico 2, que aborda sobre a mulher negra e a inserção midiática durante as décadas de 1940 e 1950, todo o conteúdo foi retirado do capítulo 2 desta pesquisa, percorrendo, primeiramente, sobre como as representações da mulher negra contidas no jornal “Quilombo” contribuíram na autoimagem da comunidade negra do período e sobre sua inserção midiática da mulher negra. Como atividade, os estudantes devem responder a um questionário sobre os conceitos históricos abordados no tópico e realizar uma postagem no fórum com o link ou arquivo de uma matéria jornalística recente, em que uma mulher negra seja evidenciada, analisando como ela é representada nesta publicação midiática da atualidade. Na

figura 30, aparece o segundo tópico, contendo o texto de apoio, o questionário e o fórum de atividades:

FIGURA 30 - ESCOPO DO SEGUNDO TÓPICO DO CURSO.

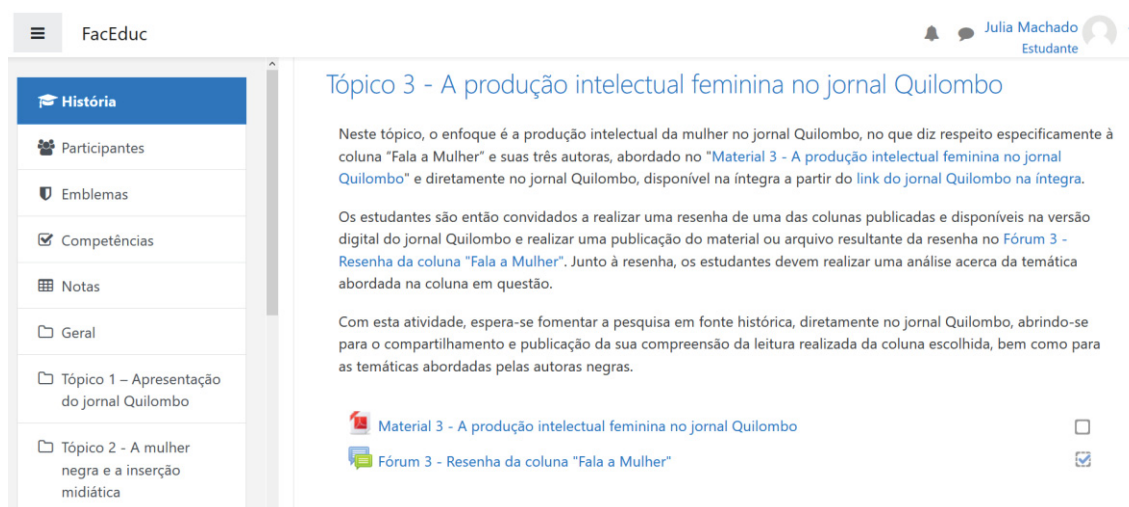


FONTE: FacEduc. Disponível em: <www.profeberssa.com>.

Espera-se que os estudantes possam realizar buscas de materiais jornalísticos físicos ou on-line, desenvolvendo uma reflexão quanto a representação midiática predominante da mulher negra na atualidade, frente ao contexto abordado no período do jornal “Quilombo”.

O Tópico 3, aborda sobre a produção intelectual feminina no jornal “Quilombo”. Os estudantes são convidados a realizar uma resenha de uma das colunas publicadas e disponíveis na versão digital do jornal “Quilombo” e realizar uma publicação do material ou arquivo resultante da resenha no fórum. Nessa resenha, os estudantes devem realizar uma análise acerca da temática abordada na coluna em questão. Na figura 31, aparece o Tópico 3, contendo a apresentação, o texto de apoio, o questionário e o fórum de atividades.

FIGURA 31 - ESCOPO DO TERCEIRO TÓPICO DO CURSO.



FONTE: FacEduc. Disponível em: <www.profeberssa.com>.

Com esta atividade, espera-se fomentar a pesquisa em fonte histórica, diretamente no jornal “Quilombo”, abrindo-se para o compartilhamento e publicação da sua compreensão da leitura realizada da coluna escolhida.

No Tópico 4, que analisa a produção iconográfica acerca da figura feminina no jornal “Quilombo”, se propõe a análise de duas tabelas contidas no capítulo 2 contidas desta pesquisa. A tabela 1, demonstra a quantidade de imagens com figuração humana, enfatizando a feminina, por edição e a tabela 2 classifica as 110 imagens da representação feminina por categoria.

A atividade neste último tópico é baseada na reflexão e análise do entendimento do estudante quanto ao perfil que o jornal “Quilombo” pretendia realizar a respeito da representação feminina, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa. A metodologia proposta neste último tópico é a sala de aula invertida. Para isso, o estudante é convidado a participar de dois fóruns, o primeiro de impressões iniciais, o segundo de análise fundamentada.

Na figura 32, mostra o Tópico 4, que contém sua apresentação, o texto de apoio e os três fóruns de atividades propostos:

FIGURA 32 - ESCOPO DO QUARTO TÓPICO DO CURSO.

Tópico 4 - A figura feminina no jornal Quilombo

A metodologia proposta neste último tópico é a sala de aula invertida. Para isso, o estudante é convidado a participar de dois fóruns, o **Fórum 4 - Impressões iniciais** o estudante apresenta as impressões iniciais a respeito da produção iconográfica acerca da figura feminina no jornal Quilombo, e o **Fórum 5 - Análise fundamentada** para uma nova análise fundamentada no Material 4 - A produção iconográfica acerca da figura feminina no jornal Quilombo.

No **Fórum 4 - Impressões iniciais**, o estudante é convidado a participar de diversos tópicos, cada um discorrendo sobre uma imagem específica do jornal Quilombo em que há representação feminina, e o estudante compartilha suas primeiras impressões a respeito de alguns aspectos da imagem como: expressão facial, vestimenta, evento, principal destaque da imagem, quantidade e gênero das pessoas na imagem, entre outros.

Este debate deve, então, ser levado para o ambiente escolar, no período letivo regular com o professor e a turma do componente curricular, onde o professor poderá consolidar os contextos históricos e realizar as reflexões pertinentes ao aprendizado de História.

Após este debate em sala de aula, deve-se então retornar ao curso virtual e participa do **Fórum 5 - Análise fundamentada**, baseando suas respostas no Material 4 - A produção iconográfica acerca da figura feminina no jornal Quilombo, no qual são apresentados diversos tópicos do fórum. No primeiro tópico do Fórum 5, o debate discorre sobre as tabelas de figuração humana e feminina, para fomentar a análise do perfil do jornal Quilombo pelo estudante, a respeito da representação feminina. Nos demais tópicos do Fórum 5, as mesmas imagens do fórum que iniciou o debate são reapresentadas, porém agora apresentado o contexto ao qual realmente a imagem estava inserida, fomentando o diálogo conclusivo dos estudantes na comparação com suas impressões iniciais.

- ☒ Fórum 4 - Impressões iniciais
- ☐ Material 4 - A produção iconográfica acerca da figura feminina no jornal Quilombo
- ☒ Fórum 5 - Análise fundamentada

FONTE: FacEduc. Disponível em: <www.profeberssa.com>.

No Fórum 4, o estudante é convidado a participar de diversos tópicos, cada um discorrendo sobre uma imagem específica do jornal “Quilombo” em que há representação feminina. No fórum, o estudante compartilha suas primeiras impressões a respeito de alguns aspectos da imagem como: expressão facial, vestimenta, evento, principal destaque da imagem, quantidade de pessoas, gênero, entre outros. A figura 33 apresenta as orientações do Fórum 4:

FIGURA 33 - ORIENTAÇÕES E TÓPICOS DO FÓRUM 4 DO CURSO.



Fórum 4 - Impressões iniciais

Este é o Fórum 4 - Impressões iniciais. Aqui o estudante é convidado a participar de diversos tópicos, cada um discorrendo sobre uma imagem específica do jornal Quilombo em que há representação feminina, e o estudante compartilha suas primeiras impressões a respeito de alguns aspectos da imagem como: expressão facial, vestimenta, evento, principal destaque da imagem, quantidade e gênero das pessoas na imagem, entre outros. Este debate deve, então, ser levado para o ambiente escolar, no período letivo regular com o professor e a turma do componente curricular, onde o professor poderá consolidar os contextos históricos e realizar as reflexões pertinentes ao aprendizado de História.

Após este debate em sala de aula, deve-se então retornar ao curso virtual e participa do Fórum 5 - Análise fundamentada, baseando suas respostas no [Material 4 - A produção iconográfica acerca da figura feminina no jornal Quilombo](#).

Abra vários tópicos deste fórum e clique em "Responder" para participar das discussões. Participe ao menos de 3 discussões.

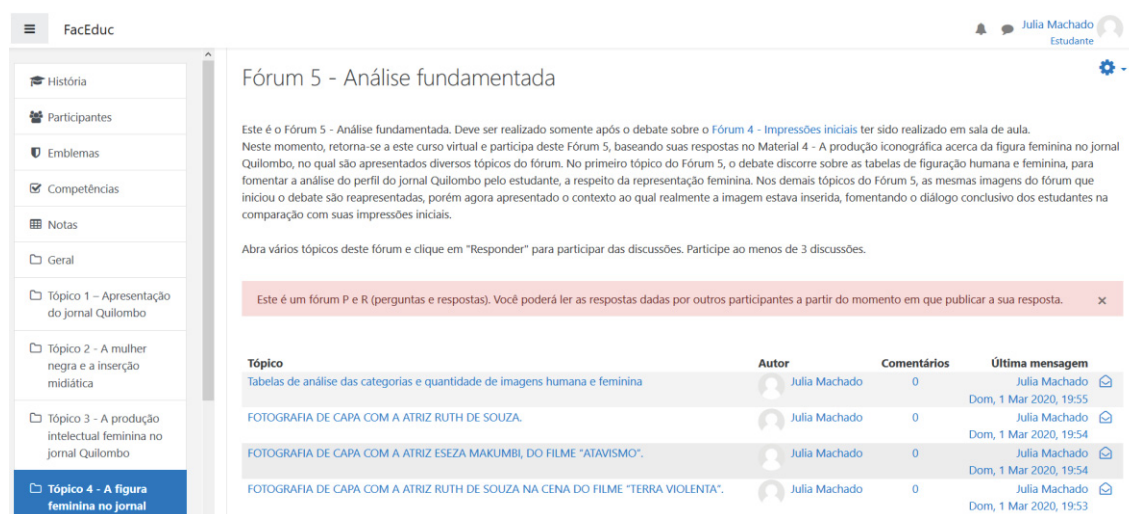
Este é um fórum P e R (perguntas e respostas). Você poderá ler as respostas dadas por outros participantes a partir do momento em que publicar a sua resposta.

Tópico	Autor	Comentários	Última mensagem
FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ RUTH DE SOUZA.	Julia Machado	0	Julia Machado Dom, 1 Mar 2020, 19:41
FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ ESEZA MAKUMBI, DO FILME "ATAVISMO".	Julia Machado	0	Julia Machado Dom, 1 Mar 2020, 19:41
FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ RUTH DE SOUZA NA CENA DO FILME "TERRA VIOLENTA".	Julia Machado	0	Julia Machado Dom, 1 Mar 2020, 19:05

FONTE: FacEduc. Disponível em: <www.profeberssa.com>.

Após as impressões iniciais inseridas no primeiro fórum, este debate deve, então, ser levado para o ambiente escolar, no período letivo regular com o professor e a turma. Em seguida, o estudante retorna ao curso virtual e participa do Fórum 5, no qual são apresentados diversos tópicos, conforme apresentado na Figura 34.

FIGURA 34 - ORIENTAÇÕES E TÓPICOS DO FÓRUM 5 DO CURSO.



Fórum 5 - Análise fundamentada

Este é o Fórum 5 - Análise fundamentada. Deve ser realizado somente após o debate sobre o Fórum 4 - Impressões iniciais ter sido realizado em sala de aula. Neste momento, retorna-se a este curso virtual e participa deste Fórum 5, baseando suas respostas no Material 4 - A produção iconográfica acerca da figura feminina no jornal Quilombo, no qual são apresentados diversos tópicos do fórum. No primeiro tópico do Fórum 5, o debate discorre sobre as tabelas de figuração humana e feminina, para fomentar a análise do perfil do jornal Quilombo pelo estudante, a respeito da representação feminina. Nos demais tópicos do Fórum 5, as mesmas imagens do fórum que iniciou o debate são reapresentadas, porém agora apresentando o contexto ao qual realmente a imagem estava inserida, fomentando o diálogo conclusivo dos estudantes na comparação com suas impressões iniciais.

Abra vários tópicos deste fórum e clique em "Responder" para participar das discussões. Participe ao menos de 3 discussões.

Este é um fórum P e R (perguntas e respostas). Você poderá ler as respostas dadas por outros participantes a partir do momento em que publicar a sua resposta.

Tópico	Autor	Comentários	Última mensagem
Tabelas de análise das categorias e quantidade de imagens humana e feminina	Julia Machado	0	Julia Machado Dom, 1 Mar 2020, 19:55
FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ RUTH DE SOUZA.	Julia Machado	0	Julia Machado Dom, 1 Mar 2020, 19:54
FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ ESEZA MAKUMBI, DO FILME "ATAVISMO".	Julia Machado	0	Julia Machado Dom, 1 Mar 2020, 19:54
FOTOGRAFIA DE CAPA COM A ATRIZ RUTH DE SOUZA NA CENA DO FILME "TERRA VIOLENTA".	Julia Machado	0	Julia Machado Dom, 1 Mar 2020, 19:53

FONTE: FacEduc. Disponível em: <www.profeberssa.com>.

No primeiro tópico do Fórum 5, o debate discorre sobre as tabelas de figuração humana e feminina, para fomentar a análise do perfil do jornal “Quilombo”, a respeito da representação feminina. Nos demais tópicos do Fórum 5, as mesmas imagens do Fórum 4 que iniciou o debate são reapresentadas, porém agora apresentado o contexto ao qual realmente a imagem estava inserida, fomentando o diálogo conclusivo dos estudantes na comparação com suas impressões iniciais. Já no Fórum 6, o estudante é convidado a estabelecer relações com a contemporaneidade. Neste fórum, é solicitado que o estudante busque uma mulher negra na atualidade, em uma reportagem jornalística, realizando uma discussão sobre como ela é apresentada, visualmente e verbalmente. Posteriormente, o professor, ao entrar em contato com o material levantado pelos estudantes, irá debater sobre a produção iconográfica e textual sobre a representação destas mulheres.

Ao utilizar essas tecnologias no ensino presencial, é possível ressignificar o uso de algumas ferramentas digitais e promover novas formas de processos de ensino e aprendizagem, diversificando o uso de materiais e buscando instrumentar o estudante para uma cultura digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XX, o Brasil ainda absorvia e aplicava as teorias raciais originárias da Europa. Pautado por essas ideias, a população foi categorizada e hierarquizada e sob processo emergiu um projeto de construção da identidade nacional. Desse modo, na fase pós-abolicionista, a política de branqueamento da nação, favoreceu a imigração europeia, ao mesmo tempo em que mantinha a população negra segregada ao acesso de oportunidades dentro dos mecanismos estruturantes do racismo. Adaptando com base nas especificidades locais, as teorias raciais buscaram abafar o discurso crítico, ao exaltar a miscigenação como uma característica genuína da construção socioidentitária do Brasil, gerando novas formas veladas e ostensivas de discriminação.

Atuando na liderança da luta antirracista e na formulação de discursos contra hegemônicos, o movimento negro agiu na perspectiva de problematizar e buscar soluções referentes as dificuldades presentes na sociedade, com ênfase nas questões oriundas dos preconceitos por motivação racial, que criavam mecanismos de marginalização da comunidade negra em diversas instâncias, dificultando ou impedindo a esse grupo, os acessos ao mercado de trabalho, ao sistema educacional, aos serviços públicos, entre outros.

A fundação do Teatro Experimental do Negro em 1944, no Rio de Janeiro, marcou uma nova fase de atuação do movimento negro no Brasil. As ações concretas do TEN coadunavam com discussões no campo intelectual, a fim de executar o objetivo principal do grupo, que era a elevação social e cultural do negro. Deste modo, o TEN, ainda que tenha se constituído enquanto grupo artístico, extrapolou as fronteiras teatrais ao desenvolver uma trama de relações que buscavam superar os problemas sociais e culturais que a população negra passava no Brasil, passando a incentivar seus integrantes a serem agentes provocativos, delineando rumos inéditos ao que tange a cultura afro-brasileira.

Para atingir seus objetivos, o TEN atuou em diversas frentes. Buscando a integração da comunidade negra, questionou a opressão cultural da brancura que subalternizava e ausentava o negro e junto a ele buscou a resignificação da identidade negra brasileira e a superação do sentimento de inferioridade. Abrindo

espaço para que o negro pudesse ser reconhecido para além de imagens estereotipadas, muitos de seus membros se consolidaram no campo artístico, atuando e se fazendo presente nos grandes círculos midiáticos do entretenimento, como Ruth de Souza, que atuou até 2019, ano de seu falecimento.

Com atuação política, o TEN esteve à frente da Associação das Empregadas Domésticas; do Conselho Nacional de Mulheres Negras; do I Congresso do Negro Brasileiro; dos concursos “Rainha das Multas” e “Boneca de Pixe”; e do jornal Quilombo, entre 1948 e 1950, recorte temporal desse trabalho.

Tendo em vista o propósito de analisar como as representações das mulheres negras no jornal Quilombo impactou no processo identitário foi feita uma análise dos artigos realizados por mulheres e das produções imagéticas sobre as mulheres negras, para elaborar um produto didático sobre isso. Cabe destacar que a discriminação racial no Brasil não ocorria somente por meio de ações visíveis. A ausência e a exclusão nos meios midiáticos também reforçavam essa situação, ao acentuar a presença de somente alguns setores, relegando outros.

As imagens são produtos históricos, que para além dos aspectos técnicos, possuem características estéticas que variam conforme o contexto em que foram produzidas e das diferentes concepções em disputa no jogo das relações sociais. A emergência da fotografia, ampliou o rol de funções e o alcance das imagens. Dentro do fotojornalismo, se constituiu como narrativa, para seu público consumidor, e suas diversas modalidades criam representações que se relacionam diretamente aos processos identitários.

Nesse sentido, as mulheres negras se relacionavam em uma sociedade impositiva, seja etnicamente ou patriarcalmente, e as representações que elas se deparam nos meios midiáticos de ampla circulação geravam estruturas que dificultam a construção de uma identidade de mulher negra positiva e distanciada de elementos ligados ao escravismo.

Verificou-se também que o jornal “Quilombo” adaptou certos discursos dominantes aos seus próprios códigos culturais tanto quanto os deslocaram e avançaram, alargando o repertório de representações de sujeitos negros. Para isso, utilizando componentes e premissas presentes na sociedade brasileira da época, foram aplicados códigos dos grupos dominantes como comportamentos e práticas

sociais (ações corporais, gestualidade, modos de ser, vestuário), que foram reproduzidos e adaptados para a comunidade negra, que desejava o reconhecimento social.

Enquanto mecanismo de transmissão de informação entre os associados, o jornal “Quilombo” atuava como agência da comunidade negra, no qual era valorizado o protagonismo dos atores sociais negros, dando-lhes visibilidade. Com base nos critérios quantitativos, foram identificadas 213 imagens que correspondiam a figuras humanas. Deste total, 51,64% representavam mulheres, sendo que mulheres negras correspondem à 42,25% de todas essas figuras.

Ao longo da análise do recorte proposto, observou-se que os textos procuram a protagonização das mulheres negras e propunham a reivindicação dos direitos negados a população negra. Já as imagens buscavam desenvolver referências estéticas positivas sobre a mulher negra. Assim, a valorização das relações familiares e relacionamentos sociais; a disposição para lutar em prol dos direitos sociais; a necessidade de ascender socialmente por meio do trabalho; e a defesa de que a intelectualização através dos estudos, foram marcadores pedagógicos destacados nos textos visuais e verbais do jornal “Quilombo”.

Constata-se que essas mulheres negras, envolvidas na emancipação de seu grupo, forneceram possibilidades de modificar e transformar a realidade social através do TEN e do jornal. A busca dessas mulheres para conquistarem espaços de atuação geraram narrativas contra hegemônicas, fornecendo novos caminhos para o cotidiano das mulheres leitoras e de toda a sociedade. A partir dos colaboradores do jornal, focou-se na desnaturalização de concepções sociais sedimentadas, construindo, por meio de textos e imagens, novas narrativas em torno do negro, gerando novas formas de subjetividades e identidades negras positivas, entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950.

Como apontada pelas próprias fontes investigadas, o movimento negro coloca como uma de suas pautas, a necessidade de desmistificar representações da população afro-brasileira, apresentando aspectos que ressignifiquem as relações socioculturais. Como sabido, a Lei 10.639 de 2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se constituiu como um marco para o avanço desta questão no campo educacional. Assim, a busca de realizar a adaptação didática

desta pesquisa para o público da Educação Básica tem o intuito de desenvolver estratégias de valorização da diversidade étnico-racial.

Esta pesquisa apontou como um dos desafios do ensino, dentro da Educação Básica, a necessidade de abordar a pluralidade da cultura brasileira dentro de Ensino de História, sobretudo, da História do Brasil, dando visibilidade e equidade aos demais grupos que compõe a sociedade brasileira. Focando na trajetória da população afrobrasileira, especialmente, da mulher negra, buscou-se desenvolver um material de demonstre uma abordagem afirmativa, rechaçando estereótipos ainda muito presentes no imaginário social brasileiro. Do mesmo modo, visa-se desenvolver um olhar crítico sobre produções midiáticas verbais e visuais produzidas no passado e na contemporaneidade, fazendo com que discriminações comumente naturalizadas e reforçadas pela imprensa possam ser questionadas. Cabe também frisar que as diversas temáticas abordadas dentro do jornal “Quilombo”, como a questão das domésticas, o reconhecimento de uma estética negra, o racismo imbricado, a intolerância religiosa, entre outros, são temas pertinentes a realidade contemporânea brasileira e que atravessa o cotidiano dos próprios estudantes.

Em relação a proposta didática desenvolvida, buscou propor um material deverá incentivar o protagonismo dos estudantes na pesquisa de materiais do seu cotidiano, disponíveis na internet ou meio impresso, fomentando a discussão da atualidade. Do mesmo modo, deverá ocorrer com o compartilhamento de ideias, já que estudantes são convidados a escolherem e selecionarem as imagens e matérias que serão analisadas em sala de aula e de forma virtual, propiciando a construção conjunta do conhecimento e o contato com fontes jornalísticas históricas.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019 promovido pelo IBGE, 1,1% dos brasileiros se declararam amarelos ou indígenas, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos e 56,2 dos brasileiros se compreendem como negros, sendo que 46,8% se auto identifica como pardo e 9,4% se auto identifica como pretos (IBGE, 2020), sendo esta autoidentificação ampliada em relação aos anos anteriores. Neste sentido, os estudantes necessitam de referenciais intelectuais, acadêmicos e estéticos que coadunem com as próprias características autodeclaradas por sua população. Por isso, é preciso que os

docentes, conforme a realidade brasileira, complementem os conteúdos curriculares a fim de desenvolver relações e conhecimentos que efetivamente sejam significativos aos estudantes.

Cabe salientar que um dos aspectos mais importantes ao difundir conteúdos intelectuais e imagéticos de caráter afirmativo em relação aos estudantes, é poder desenvolver novas relações sobre a autoimagem e a pertença racial. Ao compartilhar conhecimentos sobre a cultura negra e os processos históricos da luta antirracista no Brasil, também é possível contribuir para que outros professores possam se aprofundar na temática e fomentar investigações e pesquisas, já que as análises sobre o jornal “Quilombo” tangem diversas áreas do conhecimento, ampliando perspectivas e favorecendo uma abordagem interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; VALENTE, José Armando. **Integração currículo e tecnologias e a produção de narrativas digitais**. Revista Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 3, p. 57-82, 2012.

ALVES, Simone Silva. **Saberes das mulheres veteranas na economia solidária: sororidade a outra educação!** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014. 174 p.

ANDRADE, Daiana De Souza. **"Quilombo - vida, problemas e aspirações do negro": A presença negra em revista (1948-1950)** ' 26/04/2016 127 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo** (1888-1988). Bauru: Edusc, 1998.

_____. **América AfroLatina** (1800-2000). Trad. Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

_____. **Brazilian Racial Democracy, 1900-90**. In: American Counterpoint Journal of Contemporary History, Vol. 31, No. 3, jul., 1996, pp. 483-507, 2011. Disponível em: https://www.jmu.edu/lacs/files/George_Reid_Andrews_An_American_Counterpoint.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

APPADURAI, Arjun. **Soberania sem territorialidade**: notas para uma geografia pós-nacional. Revista Novos Estudos, CEBRAP, nº 49, 1997, p. 33-46.

_____. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

ARENDT, Hannah. **O pensamento racial antes do racismo**. In: Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras: 2012.

ÁVILA, Heleni Duarte Dantas de; NASCIMENTO, Jucileide Ferreira do; SILVA, Maurício Ferreira. **Neoliberalismo e restrição de direitos no Brasil**: notas sobre mercantilização do ensino e reforma do estado. Revista Humanidades & Inovação, v. 6, n. 17, p. 154-162, 2019.

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. **Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista**: um olhar sobre as formas de tratamento. São Paulo: Unesp: 2010.

BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do Estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Boletim CXXI. Sociologia nº 2. Estudos Afro-Brasileiros, 1951.

_____. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva Bento (Org.) *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. **Direito e relações raciais**: uma introdução crítica ao racismo. Dissertação (mestrado em Direito). Florianópolis: Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

BERNARDINO, Joaze. **Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista Estudos afro-asiáticos, volume 24, n. 2, 2002.

BLACK, Edwin. **A guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa, 2003.

BONADIO, Maria Claudia. **As modelos negras na publicidade de moda no Brasil dos anos 1960**. Visualidades. Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual - FAV I UFG, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/18190/10845>>. Acesso em 10 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, João. **História da moda**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Diário Oficial da União. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 14 mar. 2019.

_____. **Articulação para o combate ao racismo institucional**: identificação e abordagem do racismo institucional. Brasília: CRI, 2006.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Diário Oficial da União. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

BITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Fotojornalismo e ilustração**: imagens de crianças na mídia impressa. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1985-1.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2019.

CARNEIRO, Edison; BONFIM, Martiniano; FERRAZ, Aydano. **Palavras inaugurais do Congresso Afro-Brasileiro da Bahia**. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), Racismos contemporâneos. (p. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

_____. **Mulheres em movimento**. São Paulo: Estudos Avançados, Sept/Dec, vol. 17, nº 49, nº 03, 15 de novembro de 2003.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Cahier d'un retour au pays natal**: diário de um retorno ao país natal. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

CEVA, Antonia Lana de Alencastre. **Trajetórias de luta de intelectuais negras militantes de movimentos de resistência social**: um estudo comparativo entre Brasil e Angola. Niterói, v. 10, n. 1, p. 251-262, 2. sem. 2009.

CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Org.). **Pensadores negros – pensadoras negras**: Brasil séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Representação política e enfrentamento ao racismo**. Seminário Temático - III Conferência Nacional De Promoção Da Igualdade Racial. Subsídios para o debate. Disponível em: <<http://www.SEPPIR.gov.br/iii-conapir/noticias/2013/06/representacao-politica-e-enfrentamento-ao-racismo-prof-marilena-chau>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

COSCIONI, Fernando José. **O Darwinismo Social na geografia humana do início do século XX**: o caso da obra Influences of Geographic Environment, de Ellen Semple. São Paulo: Revista Espaço e Tempo, v. 22, n. 2, p. 349-365, 2018.

COHEN, Colleen Ballerino (Org). **Beauty Queens on the Global Stage**. New York: Routledge, 1996.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Criadas para servir**: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio (Orgs.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CUNHA, Patricia da Silva Simões; PAIVA, Jéssica Souza de. **A Erotização da Mulata na Cultura Brasileira**. In: V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2017. Salvador, Anais de Congresso, Editora Realize, 2017, p. 1-10. Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MM1_SA1_ID428_13062017162251.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

COSTA, Guilherme Souza. **Uma leitura sociocrítica do jornal Quilombo: vida, aspirações e problemas do negro (1948-1950)**' 17/12/2015 104 f. Mestrado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Londrina.

CUSTÓDIO, Meliza da Silva. **Mulher negra**: da inserção na história a inserção na propaganda. Revista de Iniciação Científica da Faculdade de Filosofia e Ciências, v. 5, n. 1/2/3, p. 37-49, 2005.

DAMATTA, Roberto. **Notas sobre o racismo à brasileira**. In: SOUZA, Jessé (Org.) Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil Estados Unidos. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1997.

_____. **Digressão**: A Fábula das Três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira. In: Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo negro**: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975 - 1996) /Mariana Santos Damasco. – Rio de Janeiro: s.n., 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil 1917-1945. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DAVIS, Angela. **Mulher, classe e raça**. São Paulo. Plataforma Gueto, 2013.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil** - volume I. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1949.

DEPESTRE, René. **Saludo y despedida a la negritud**. In: Fraguas, Manuel Moreno (org.). África em América Latina. México: Ed. Siglo XXI/Unesco, 1977.

DIAS, Cláudio Fachel **História e fotojornalismo nas páginas do jornal Última Hora (RS)**: imprensa e política na crise da legalidade (1961). Dissertação do Mestrado em História, PUCRS, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. São Paulo: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, 24-25-26: 193-210, 2002/2003/2004/2005.

_____. **A "Vênus negra"**: Josephine Baker e a modernidade afro-atlântica. Revista Estudos Históricos: volume 23, n. 45, p. 95-124, janeiro-junho de 2010.

_____. **Entre Dandaras e Luizas Mahins**: mulheres negras e anti-racismo no Brasil. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 17-48.

_____. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo [online]. vol.12, n.23, pp.100-122, 2007.

FACEDUC. **Facebook Educacional** Disponível em: <<https://profeberssa.com/faceduc>>. Acesso em: 05 set. 2019.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, 1978.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FERRAZ, José Ricardo. **Ninguém nasce bela, torna-se bela**: as passarelas como espaço de construção de gênero no concurso Miss Brasil - 1950/1972. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

FERREIRA, Nilda Tevês; EIZIRIK, Marisa Faermann. **Educação e Imaginário Social**: revendo a escola. Brasília: Revista Em Aberto, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994, pp. 5-14.

FERRI, Josiane Troleiz. **CLASSROOM ou MOODLE**: verificação e comparação da efetividade de ambas as ferramentas no apoio ao ensino presencial para cursos técnicos. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

FIRMIN, Joseph Anténor. **La igualdad de las razas**. Antropologia positiva. Editora de Ciencias Sociales, La Habana, 2013.

FLORES, Victor Manuel Esteves. **A Imagem Técnica e a Construção das suas Crenças - Investigação sobre as Confianças Visuais na Era do Digital**. Tese de doutoramento. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2016.

FRAZIER, E. Franklin. **Some Aspects of Race Relations in Brazil**. Phylon, n. 3, 1942.

FREUND, Gisèle. **Fotografia e sociedade**. Lisboa: Vega, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & senzala**. Brasília: MEC, 1980.

GADELHA, Regina Marta d'Aquino Fonseca. **A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão**: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. São Paulo: Revista História. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.

GARCIA, Wilton. **Corpo, mídia e representação** – Estudos contemporâneos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulatas profissionais**: raça, gênero e ocupação. Revista Estudos Feministas 14 (1), 2006, p. 85-101.

GOBINEAU, Artur J. de. **Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas (1854)**. Trad. Francisco Susanna. Barcelona: Editora Apolo, 1937.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade**: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

_____. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

_____. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Florianópolis: Revista Política & Sociedade. Volume 10 – Nº 18 – abril, 2011.

_____. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPEd, n. 15, set-dez, 2000.

GONTIJO, Silvana. **80 Anos de Moda no Brasil**. São Paulo: Nova Fronteira, 1987.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Brasília: Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global: Revista Crítica de Ciências Sociais, volume 33, nº 80, 2008; p. 115-147.

_____. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada**. In: BERNARDINO-COSTA, Joasi; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFÖGEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. São Paulo, Editora Autêntica, 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HANNEL, Kelly; LIMA, José Valdeni de; DESCALÇO, Luís. **Ensino personalizado: o MOODLE como ferramenta na busca da Aprendizagem Significativa**. Revista RENOTE- Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 14, n. 2, 2016.

HARRIS, Trudier. **"Pigmentocracy": freedom's story**, TeacherServe. National Humanities Center. 2010. Disponível em: <<http://nationalhumanitiescenter.org/tserve/freedom/1865-1917/essays/pigmentocracy.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

HASENBALG, Carlos A. **As imagens do negro na publicidade**. In: HASENBALG, Carlos A; SILVA, Nelson Valle. Estrutura Social, Mobilidade e Raça. São Paulo: Vértice, 1988.

HOOKS, bell. **Intelectuais negras**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJE; PPCIS/UERJ, v. 3 n. 2, 1995.

IBGE. **Indicadores Sociais Mínimos**: conceitos. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 18. abr. 2019.

_____. **Conheça o Brasil – População**: Cor ou raça. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 30. set. 2020.

JESUS, Maria Angela de. **Ruth de Souza: a estrela negra**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://aplausos.impressaooficial.com.br/edicoes/12.0.812.887/12.0.812.887.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2019.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo: EDUSC, 2001.

KERN, Maria Lúcia Bastos. **Tradição e modernidade**: a imagem e a questão da representação. Estudos Ibero-Americanos, PUC/RS, v. XXXI, n. 2, p. 7-22, dez., 2005.

KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza. **O olhar europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

LEITE, José Correia. **E disse o velho militante José Correia Leite**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

MACEDO, Márcio. **Baladas black e rodas de samba na terra da garoa**. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese de (Org.). Jovens na metrópole: Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2013.

MAIO, Marcos Chor. **A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos**. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.), Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/CCBB, 1997.

MARTIN- BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MAUAD, Ana Maria. **Na mira do olhar**: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1. p. 133-174. jan. - jun. 2005.

MATOS, Marilise. **Movimento e teoria feminista**: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? Revista de Sociologia Política, Curitiba, vol. 18, 2010, p. 67-92.

MATTOS, Guiomar Ferreira. **O preconceito nos livros infantis**. In: NASCIMENTO, Abdias (Org.). Teatro Experimental do Negro. Testemunhos. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

MAZIERO, Ellen Karin Dainese. **Mulheres e carnavais no Rio de Janeiro**: as representações da imprensa entre 1950 e 1962. Revista Antíteses, v. 10, n. 20, p. 1129-1152, jun/dez. 2017.

MBEMBE, Achille. **África Insubmissa**: Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial. Luanda: Pedago, 2013.

MENDES, Aline Lima. **A construção de outro olhar**: fotografias em acervos privados de famílias negras (1930-1960). 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/congresso/index.php/E/7/paper/viewFile/211/90>> Acesso em: 29 jun. 2019.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins. **Mídia e construção da identidade da mulher negra**: a revista Raça. Trabalho apresentado ao NP Comunicação para Cidadania, do XXIX Congresso da Intercom, 2004. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/r1626-1.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**: balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.

MENEZES, Paulo Lucena de. **A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MILES, Tshombe. **Abdias Nascimento e a tradição intelectual Afrodiaspórica**: no Combate ao Racismo. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p.106-136, jul./dez., 2017.

MONTEIRO, Marianna F. M. **Dança Afro**: uma dança moderna brasileira. 2015. Disponível em: <http://www.cachuera.org.br/cachuerav02/images/stories/arquivos_pdf/artigomarianna.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MONTEIRO, Charles. **Pensando sobre História, Imagem e Cultural Visual**. São Paulo: Revista História e Patrimônio, Unesp, volume 9, n. 2, p. 3-16, julho-dezembro, 2013.

_____. **História e Fotojornalismo**: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64 – 89. jan./abr. 2016.

MORAIS, Natani Cristtine; IRSCHLINGER, Fausto Alencar. **Moda, mulher e sociedade brasileira (1920-1940)**. Umuarama: Revista Akrópolis, v. 20, n. 3, p. 141-149, jul./set. 2012.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: editora Ática, 1992.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação -PENESB. Rio de Janeiro, 2003. Anais. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em: 17.set. 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Teatro Experimental do Negro**: trajetória e reflexões. São Paulo: Revista Estudos avançados, vol. 18, n. 50, jan./abr., 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NASCIMENTO, Mauricio Garcia Franco de. **iRepositório-Repositório Interativo de Conteúdos Digitais para cursos baseados na Internet**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2014.

NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos. **Mucama Permitida**: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. Cadernos de Gênero e Diversidade, Salvador, Vol 03, N. 04 - Out. - Dez., 2017.

NUNES, Rafael dos Santos Dias. **A formação e educação do negro pelo Teatro Experimental do Negro (TEN): um estudo a partir das páginas do jornal “Quilombo” (1948-1950)** 01/04/2012 69 f. Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC/SP.

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil**: alcances e limites. São Paulo: Revista Estudos Avançados, vol.18, n. 50, jan./abr., 2004.

OLIVEIRA, Roberta Cristiane de. **World Press Photo of the Year**: a reconfiguração estética do fotojornalismo contemporâneo. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-graduação em Comunicação, 2019.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Visualizando o corpo**: teorias ocidentais e sujeitos africanos. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 391-415.

_____. **Jornada pela academia**. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Journey Through Academe. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/221361499/Oyewumi-The-Journey-Through-Academe>>. Acesso em 19 dez. 2019.

PARANHOS, Adalberto. **A invenção do Brasil como a terra do samba**: os sambistas e sua afirmação social. História, São Paulo, volume 22, n. 1, p. 81-113, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. **O negro no Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

POLIAKOV, Leon. **O mito ariano, ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

QUADRA, Raíssa Rosa. **Projeto Pérolas Negras**: valorização da diversidade cultural na escola. Anais do congresso de pesquisa e extensão e da semana de ciências sociais da UEMG/Barbacena. v. 1, n. 1, 2014.

QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 09 dez. de 1948, 8 p.

_____. Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 9 mai. 1949, 8 p.

_____. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, jun. 1949, 12 p.

_____. Rio de Janeiro, ano I, n. 4, jul. 1949. 12 p.

_____. Rio de Janeiro, ano II, n. 5, jan. 1950. 12 p.

_____. Rio de Janeiro, ano II, n. 6, fev. 1950. 12 p.

_____. Rio de Janeiro, ano II, n. 7-8, mar./abr. 1950. 12 p.

_____. Rio de Janeiro, ano II, n. 9, mai. 1950. 12 p.

_____. Rio de Janeiro, ano II, n. 10, jun./jul. 1950. 12 p.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras**: uma trajetória de criatividade, organização e determinação. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: EDUSC, v. 16, n. 3, p. 987-1004. Florianópolis, set./dez., 2008.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Assistência social ou controle sócio-espacial**: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XII sobre as favelas cariocas (1947-1962). Revista Espacialidades, 2013, volume 6, n. 5. ISSN 1984-817x.

ROSA, Eliane Rodrigues Marion Santa; BRANDÃO, Leônidas de Oliveira. **iRCD: Proposta de um novo recurso de Repositório de Conteúdos Digitais Interativos para o Moodle**. Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. 2010.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1940.

SANTOS, Simone Andrade; VIEGAS, Shirley Ribeiro; REHFELDT, Márcia Jussara Hepp; MARCHI, Miriam Ines. **Uso pedagógico do ambiente virtual de aprendizagem Moodle como apoio a aula presencial**. Revista EDaPECI, v. 16, n. 1, p. 78-94, 2016.

SANTOS, Luana Diana dos. **“Comunicar é politizar”**: a revista Eparrei e a participação feminina na luta contra o racismo no Brasil. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 25, n. 1 - Jan./Jun. 2012, p. 139-152.

SANTOS, Pedro de Souza; SALVADORI, Maria Angela Borges. **Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo 1915 - 1933**. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Anais. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SCHEMES, Claudia; ARAUJO, Denise Castilhos de. **O artista gráfico Alceu Penna na Revista O Cruzeiro**: apropriações e ressignificações da moda europeia e a representação da mulher (1940-1950). Salvador: Revista Cultura Visual, n. 15, maio/2011, p. 57-69.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro, Senac Nacional, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculos das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou? por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Joselina da. **Vozes soantes no Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis**: mulheres negras nos pós 1945. Revista da ABPN, v. 1, n. 1-mar-jun de 2010, p. 28-38.

_____. **A União dos Homens de Cor**: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, nº 2, pp. 215-235, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n2/a02v25n2.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Os postos de puericultura: alicerce para a educação das mães brasileira**. IV Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão, Sergipe, 2012.

SILVEIRA, Oliveira Ferreira. **Palavra de negro**. In: SANTOS, Irene. Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre. Porto Alegre: Do Autor, 2005.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2011.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; FARIA, Aline Almeida de. **Corpo, saúde e beleza**: representações sociais nas revistas femininas. Revista Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, vol. 4, n. 9, p. 171-188, mar. 2007.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.

SOULAGES, François. **Estética da Fotografia**: perda e permanência. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan.- jun. 2013.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SOUZA, Lavia Fernandes de. **Criados ou empregados?** Sobre o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no antes e no depois da abolição da escravidão. In: Simpósio Nacional De História 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Isabel Maria Amorim de; SOUZA, Luciana Virgília Amorim de. **O uso da tecnologia como facilitadora da aprendizagem do aluno na escola**. Fórum Identidades, Itabaiana, v. 8, n. 4, p.127-142, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1784/1573>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STOLCKE, Verena. **Sexo está para gênero, assim como raça para etnicidade?** Revista Estudos Afro-Asiáticos, n. 20, p. 101-119, 1991.

STRAUSS, Lévi, **Raça e História**. Unesco: 1952. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%2C%20Claude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf>.
Acesso em: 03 jul. 2019.

TIEDE, Livia Maria. **Sob suspeita**: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX. 2006. 188p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:
<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279798>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. **Os paradidáticos no ensino de História**. Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação, volume 3, n. 4, 2016.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**. Power and the production of history. Beacon Press: Boston, 1995.

VAZ, Paulo Bernardo Ferreira; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **O negro-mestiço e a narrativa fotojornalística**: um outro nos cadernos “cidade”. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belo Horizonte– 2 a 6 Set 2003.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

XAVIER, Giovana. **“Fala a mulher” ou a mulher também fala?** Maria de Lurdes Vale Nascimento e as articulações entre gênero, raça e classe no jornal O Quilombo (Rio de Janeiro, 1948-1950). 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em:
<<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/congresso/index.php/E/7/paper/viewFile/211/90>> Acesso em: 27 abr. 2019.